

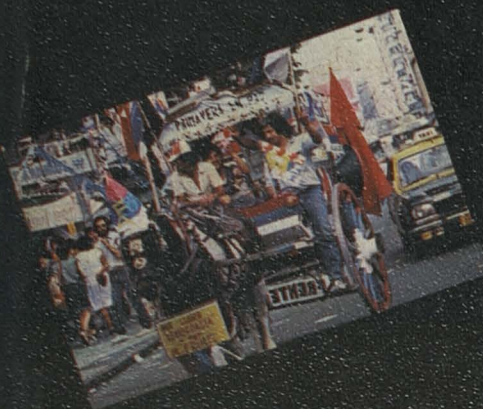
Mariaus, Santarém, Rio Branco, Altamira,
Boa Vista, Macapá, Porto Velho — Cr\$ 3.900,00

cadernos do

terceiro mundo

Cr\$ 3.000,00 — Ano VII — Nº 74

SERRA LEOA
O colapso do regime



URUGUAI


**ES LA HORA
DEL PUEBLO**



Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional




UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 73671-2/3 CP. 342
Teleg. "IN. CAFE" LUANDA



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola



ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 - Luanda
telex 3148 3260

Reflexões sobre uma eleição direta

No dia 25 de novembro, os uruguaios colocaram um ponto final numa longa abstinência eleitoral que durou 11 anos. Foi o segundo país do Cone Sul a sepultar uma longa ditadura militar e substituí-la por um governo eleito diretamente. Ainda não foi uma escolha plenamente democrática mas, pelo menos, foi o começo da volta à livre expressão das vontades políticas.

Antes do Uruguai, a Argentina havia aberto o caminho. Mas a eleição uruguaia teve uma novidade. A oposição de esquerda quase conquistou a Prefeitura de Montevideu e se afirmou como a segunda força política da mais importante cidade do país. O desempenho da Frente Ampla fez com que essa coalizão de partidos progressistas atraísse a atenção e as análises dos especialistas políticos, como mostramos na matéria de capa deste número.

Restam agora, no Cone Sul da América Latina, o Brasil, Chile e Paraguai como os últimos resquícios de uma agonizante era militarista. No Brasil, cresce a pressão popular pela restituição do direito de escolher diretamente o presidente da República. Chile e Paraguai parecem mais distantes, embora a ditadura de Pinochet já se mostre cambaleante. O fim definitivo do autoritarismo em toda a região se constitui, assim, na melhor esperança para 1985.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Biazio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavia
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett+

Revista Mensal nº 74
Janeiro - 1985
Preço de Capa: Cr\$ 3.000,00
Nºs atrasados: ao preço do
último exemplar

• **Edições em português**

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Administração
Marinete Silva

Secretário de Redação
José C. Gondim

Arte
Samara (editor de arte)
Sonia Freitas/Miguel Efe

Revisão
Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo
Lidia Freitas
Eunice H. Senna
Jessie Jane V. de Souza

Composição
Ronaldo Fonseca

Depto. de Circulação,
Assinaturas e Promoção
Henrique Menezes
Inácio dos Santos
Macário Costa

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 - CEP 05033
Josemar Pinheiro Silva
Rua Tamandaré, 1 - Sala 1
65000 - São Luís (Maranhão)
Horacio Verbitsky
Laval 1282 - 1º piso
oficinas 12 y 14
Tel.: 358194
Buenos Aires, Argentina
Fernando Reyes Matta
Casilla 16637 - Correo 9
Providencia - Santiago, Chile
Rafael Roncagliolo
Apartado 270031, Lima 27 - Peru

Fotolito e Impressão
Ehano Gráfica e Editora Ltda.
Rua Gal. Bruce, 799
Tels.: 580-4476/580-4326

Circulação em 70 países
editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registrado na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 - P. 209/73

ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Editor
Artur Baptista

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Alice Nicolau
Guimaraes Belo Marques

Documentação e Arquivo
Cristina Assis

tricontinental editoria Ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200
telex 42720 CTM TE P

Representantes
Angola
Luis Henriques, CP 3593 - Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito
Rua do Kongwa, 153 - Maputo

• **Edições em espanhol**
MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerônimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
Calle California, 98A - Coyoacán
México, 21 DF - telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA - CHILE - COLÔMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 - Peru - Telefone: 724-712

• **Edições em inglês**
ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belgrave

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua da Missão, 107/111 - Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Teolibras S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. **COLÔMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - News World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 14th St., New York, N. Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portuaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ-BREITANHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edición-Difusión do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Pesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D. F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D. F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal y 100 librerías en todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh, 103, Maputo. **NICARÁGUA:** IMELSA, Managua. **Nicarágua:** PANAMÁ: Librería Cultural Paramela, S. A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Diagonal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P. R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Con. Medien und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bremen. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S. A., Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S. A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Noviembre (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet), Dialogo Nord/Sud (Itália), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Capa: Mariano

cadernos do
**terceiro
mundo**

**Nova promoção
com mais opções
e brindes**

**Saiu
o guia do
terceiro mundo**

VOCÊ CONSEGUE:	E GANHA DE BRINDE:
3 assinaturas da revista	1 assinatura, ou 1 Guia ou 3 livros da "Estante" do Terceiro Mundo
3 assinaturas da revista com Guia	1 assinatura + 1 Guia, ou 1 Guia + 3 livros da "Estante"
3 compras de Guia	1 Guia ou 1 assinatura
3 pedidos diferenciados	1 assinatura ou 1 Guia + 2 livros da "Estante"

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) no valor correspondente aos pedidos efetuados, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer um pedido individual utilize apenas um cupom.

CUPOM DO BRINDE

Desejo receber: A - () Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 30.000,00); B - () Um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 25.000,00); C - () Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo mais um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 50.000,00); D - () Um Guia do Terceiro Mundo pelo reembolso postal (Cr\$ 25.000,00 + porte ao receber)

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Profissão: Tel.:

Desejo receber: A - () Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 30.000,00); B - () Um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 25.000,00); C - () Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo mais um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 50.000,00); D - () Um Guia do Terceiro Mundo pelo reembolso postal (Cr\$ 25.000,00 + porte ao receber)

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Profissão: Tel.:

Desejo receber: A - () Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 30.000,00); B - () Um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 25.000,00); C - () Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo mais um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 50.000,00); D - () Um Guia do Terceiro Mundo pelo reembolso postal (Cr\$ 25.000,00 + porte ao receber)

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Profissão: Tel.:

em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. De acordo com esta promoção, estou remetendo Cr\$ () cheque nominal ou () vale postal - Ag. Central - dentro do(s) brinde(s) a que tenho direito, escolho:

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Profissão:

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupos 104/105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241 - Tel.: (021)242-1957

estante do terceiro mundo

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 74, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade

- Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.
- Comprador: ☐ não-assinante ☐ já assinante ☐ assinante novo: estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data:/...../.....

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 5% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 10% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 20% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito aodesconto especial de assinante (até 25%) desta seção.



CPC - UNE
de Manoel T. Berlinck
O Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi um movimento realizado nos primeiros anos da década de 60 que teve profundas consequências para a produção cultural brasileira nos anos subsequentes. O livro realiza uma reconstrução histórica dessa experiência. 120 pág.
E-47 Cr\$ 8.000,00



LIÇÕES DA NICARÁGUA - À EXPERIÊNCIA DA ESPERANÇA
de Ernesto Cardenal, Fernando Cardenal, Ernesto Vallecillo, Roberto Saenz, Oscar Jara, Marcos Arruda e Carlos Brandão (org.)
Um livro indispensável para educadores e importantíssimo para quem se interessa pelo que se passa na Nicarágua, principalmente, no âmbito da educação popular e seus efeitos no desenvolvimento consciente e determinado de um povo. 130 pág.
E-48 Cr\$ 8.000,00



HISTÓRIA DA SEXUALIDADE (I) - A Vontade de Saber
de Michel Foucault
Terá a sexualidade sido bruscamente censurada, reprimida com o advento do capitalismo, depois de ter vivido em liberdade de palavras e atos? Segundo Foucault, a sociedade capitalista não obrigou o sexo a calar-se ou a esconder-se. Ao contrário. 150 pág.
E-49 Cr\$ 7.500,00

6 Cartas

9 Panorama Tricontinental

19 Editorial – Cone Sul: A unidade, eixo da luta contra as ditaduras

21 Matéria de capa – Uruguai: A reconquista da democracia, *Carlos Núñez, Eduardo Varela e Roberto Remo*

22 Os problemas de Sanguinetti

30 O papel da Frente Ampla

35 A herança da ditadura

América Latina

38 Venezuela: Uma política externa pendular, *Roberto Matthews*

45 Panamá: Os problemas na transferência do Canal, *Nils Castro e Oydén Ortega*

49 Adeus às armas?, *Roberto Bardini*

África

51 Serra Leoa: A corrupção em último grau, *Carlos Castilho*

57 Angola: Crise na Unita aumenta deserções, *Jim Cason e Mike Fleshman*

Ásia

61 Irã: Os senhores da guerra, *Manuel Anta*

Mulher

64 Moçambique: A família e a sociedade, *Etevaldo Hipólito*

67 Livros do 3º Mundo

Estratégia

69 Falcões ou pombos?, *Gino Lofredo*

73 Notas de Economia

Comunicação

76 Angop: O desafio da profissionalização

78 Notas

79 Notas de Cultura

80 Especial – Convenção de Lomé: Uma relação Norte/Sul diferente? *Agostinho Jardim Gonçalves, António Silva e Baptista da Silva*

81 O que se pode esperar de Lomé-3

89 Melhor a teoria que a prática

96 Humor: Wasserman.



Serra Leoa – Stevens:
ameaçado pela corrupção



Pasdarans: os eleitos
de Komeini



O papel da mulher em Moçambique

Cartas

Clube de Amigos

Gostaria que publicassem o trecho abaixo, para que eu possa manter contato com uma amiga que deseja manter intercâmbio comigo: "Em resposta a Vera Maria, de Fortaleza, afirmo minha pretensão de manter um intercâmbio, mas falta uma coisa muito importante: o endereço (não estava na carta)". Rudinaldo S. de Souza — São Paulo — SP — Brasil.

Sobre o plebiscito de Beagle

Acreditamos que é saudável para nossa frágil democracia formal o exercício da consulta popular antes das decisões dos grandes problemas nacionais, mas não depois de "iniciado" um acordo e menos ainda quando o governo já se decidira pelo "sim", antes mesmo da consulta. Chamados a fazer uso da democracia dessa maneira, muitos cidadãos argentinos gostariam, sem dúvida, de dar também sua opinião sobre o problema da dívida externa, por exemplo, pois não podemos esquecer que a soberania não se esgota em uma questão de limites.

Ao se acelerar uma decisão sobre a questão de Beagle, num quadro de entendimento com a ditadura genocida de Pinochet, pouco favor se faz ao povo chileno em sua corajosa e tenaz luta para derrubá-lo e recuperar, também, a democracia. É imperioso que nossos governantes pratiquem com ampla visão e seriedade política o latino-americanismo que proclamam. (...) Não parece correto tentar resolver bilateralmente questões que incidem sobre todo o continente; devemos tomar consciência da necessidade de percorrer o caminho inverso ao que nos impuseram. Devemos construir o futuro no presente, pois justamente não se trata de que "o Pacífico seja para o Chile e o Atlântico para a Argentina", mas de manter unidas e aproveitar conjuntamente as áreas de difícil resolução equitativa, para o benefício direto dos povos interessados. O caso de Beagle é claro a esse respeito, se levarmos em conta sua importância como passagem entre os dois oceanos e caminho de integração entre os países do Cone Sul. (...)

O acordo sobre o problema não favorece justamente uma futura ação conjunta dos países da região quanto

ao Tratado Antártico, dado o explícito interesse demonstrado pelo imperialismo em controlar toda a zona. As bacias de hidrocarbonetos e as reservas de krill existentes na área e os presumíveis materiais estratégicos que há na Antártida, são realmente os grandes interesses que estão em jogo e, se não os fizermos servir ao processo de integração, serão, com certeza, motivo de novas e grandes disputas bilaterais, a serviço dos interesses expansionistas dos grandes monopólios. Oscar Viñas — Buenos Aires — Argentina

História em quadrinhos no 3º Mundo

Tendo visto no nº 69 uma matéria referente aos quadrinhos cubanos, despertou-se em mim o sonho, por várias vezes adiado, de conhecer os quadrinhos dos países do Terceiro Mundo, que, evidentemente, fogem ao processo de massificação imposto pelos sindicatos de quadrinhos norte-americanos. Sempre tive a curiosidade de conhecer os quadrinhos dos oprimidos, ao nível do que nós, quadrinistas brasileiros, produzimos, conhecer sua história de resistência aos quadrinhos importados, e alternativas de veiculação em seu país de origem. Confesso que nunca encontrei fontes onde pesquisar esse tipo de material, muito em razão da pouca importância que a imprensa dá a essa arte, limitando-se à importação do material convencional. (...) Por isso, creio que seria de suma importância para nós, estudiosos e criadores de HQ, que cadernos publicasse uma ampla reportagem sobre o assunto. (...) Sugiro ainda que seja lançada uma revista mensal ou bimestral só com quadrinhos do Terceiro Mundo. Henrique Magalhães — João Pessoa — PB — Brasil

Em prol do Terceiro Mundo

O mundo está mudando. A duras penas, contra a vontade dos senhores feudais contemporâneos, à custa de muita luta, de muito esforço físico e intelectual, mas está.

Nesta mudança, desempenha um papel básico de grande importância o trabalho sério e frutífero de cadernos. Vai aqui o meu aplauso, apoio e incentivo às atuais empreitadas efetivadas a favor do Terceiro Mundo. Bruno Z. O. de Lavras Anna — Angra dos Reis — RJ — Brasil.

Quem são os terroristas?

(...) Ao fazerem tal pergunta, políticos e imprensa, em geral, estão propositalmente confundindo movimentos de libertação com movimentos terroristas. Dizem isso apenas para iludir os incautos e menos informados. Chegam ao ponto de fazer comparações absurdas, como a de colocar no mesmo "prato da balança" a Swapo e os bandos fantoches da Unita. Será isso assim? Vejamos: a Swapo luta pela descolonização da Namíbia, ocupada ilegalmente pelos racistas da África do Sul. Já a Unita, treinada pela mesma África do Sul, só vem implantar o terror, a miséria, a morte e a destruição dos bens materiais do povo angolano. Fica aqui bem patente a diferença que existe entre os lacaios armados, treinados e equipados por Washington e Pretória e os combatentes da liberdade na Namíbia.

E quem arma o terrorismo internacional? É o imperialismo internacional, encabeçado pelos Estados Unidos. O exemplo desse terrorismo é bem claro na invasão ianque a Granada e nas constantes violações do espaço aéreo, colocação de minas nos portos e bombardeios da Nicarágua. São os Estados Unidos que dão mostras de um aventureirismo e terrorismo internacional constante. Domingos Manuel — Namibe — Angola

De um jovem de 15 anos

Primeiramente quero dar meus parabéns pelo empenho firme com que vocês vêm mantendo a qualidade das reportagens e entrevistas publicadas. Sou um jovem de 15 anos de idade, mas já me interesso um pouco pela política. Não sou eu quem compro as revistas de vocês, é meu pai, que é assinante. Ele gosta muito dos cadernos e eu vou pelo mesmo caminho dele. Quem sabe, daqui há algum tempo, eu mesmo resolvo fazer minha própria assinatura? Tudo é possível. José Mauro — Rio de Janeiro — RJ — Brasil

Recado breve

Terminada a leitura do nº 70 dos cadernos do terceiro mundo, senti-me na obrigação de escrever-lhes. Entretanto, não sei se para dizer-lhes "parabéns" ou "muito obrigado"! Recebam então os dois. Adalberto J. Oliveira — Brasília — DF — Brasil

Grupo de estudo

Há algum tempo leio, assiduamente, as vossas publicações mensais de **cadernos**, mesmo que tenha que procurar em grandes centros, em vista de que residimos em um pequeno município, onde as bancas não os vendem. Sentimo-nos profundamente agradecidos por encontrarmos, ainda, neste país, gente que procura escrever e noticiar honesta e imparcialmente e, sobretudo, está empenhado na dura tentativa de difundir e alertar para a cultura terceiro-mundista.

Formamos em nossa cidade um grupo de 15 pessoas que tentará se reunir a fim de ler e discutir, em comissões, as reportagens de **cadernos**. Desejamos ainda receber livros da Estante, que servirão como leitura complementar a todo o grupo. **Luiz Alvaro Simão — Sombrio — SC — Brasil**

Acorda, Brasil!

Gostaria de parabenizar toda a equipe dos **cadernos**, principalmente pela sua garra de fazer um jornalismo aberto ao alcance de todos, e pelas excelentes reportagens contidas no nº 70. Entre elas, eu destacaria: "Acender uma vela", de Roberto Remo, que nos desperta para uma comunicação aberta a todos os povos e nos mostra que temos que lutar contra a monopolização das notícias; a reportagem sobre Botsuana e Zimbábue, de Carlos Castilho, e a matéria de Mark Fried sobre as pressões contra latinos nos EUA. Essa última mostra o quanto nós, latinos, estamos dependentes dos Estados Unidos, política e economicamente, mas que podemos fazer alguma coisa para inverter essa situação. Principalmente no Brasil, onde é uma vergonha a forma como os nossos ("nossos") ministros estão negociando — em nosso nome. Afinal, quem paga as dívidas, interna e externa, e as mordomias (ministérios e palácios), somos nós, o povo. **Acorda, Brasil! Adalberto F. da Costa — Brasília — DF — Brasil.**

Uma janela para a América Latina

(...) Nosso primeiro encontro com **cadernos** foi numa loja de produtos "étnicos" latino-americanos de Toronto, onde havia ido com minha esposa à procura de um contato com a nossa origem latino-americana (somos uruguaios). Naquela altura, **cadernos** nos surgiu como uma possível janela para a nossa distante América Latina.

A revista não só satisfaria essa aspiração, como haveria de nos abrir um horizonte muito mais amplo. A leitura da revista só pode reforçar, naqueles leitores originários do Terceiro Mundo, os laços que os unem a suas origens. (...) Os artigos de **cadernos** enfrentam, sacodem e identificam o leitor com sua inevitável condição de cidadão do mundo, ao qual pertence, quanto mais aprende a conhecê-lo, através da informação sem distorções, verdadeira e corajosa que oferecem os jornalistas de **cadernos**. Devido justamente ao caráter dessa informação, a revista consegue se tornar uma barreira mensal às fortes influências alienantes do sistema em que vivemos. **José Campione — Ottawa — Canadá.**

Números atrasados

Em geral, os dicionários de espanhol, publicados na Espanha, são pobres em termos castelhanos típicos da América Central e do Sul. A deficiência dificulta, sem dúvida, a leitura e compreensão de um romance ou outra obra de um escritor do lado de cá. Não poderia essa editora, com boa penetração no Terceiro Mundo de língua espanhola, iniciar a publicação seriada de termos particulares latino-americanos? Outro assunto: que edições atrasadas são disponíveis dos **cadernos** e como poderão ser adquiridos. **Odon Porto de Almeida — Arcoverde — PE — Brasil**

Anotamos sua sugestão, Odon. Quanto aos números atrasados, temos quase todos em estoque, a partir do nº 24 (quando começamos a circular no Brasil). O pagamento deve ser feito através de vale postal ou cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., tomando por base o preço do número que estiver circulando nas bancas. Sugerimos que antes, você adquira o nº 70, onde há um índice contendo todas as matérias já publicadas na edição brasileira.

Informação valiosa

Antes de mais nada, quero lhes felicitar por publicarem tão importante revista. As matérias que **cadernos** nos trazem são muito valiosas para compreender a situação tão complexa que nossos povos subdesenvolvidos vivem hoje em dia. A informação veiculada pela revista, acho eu, é a mais próxima da realidade. Os dados são valiosos para a reflexão e para mim são mais úteis ainda, porque sou professor de Ciências Sociais em uma escola

secundária de Guaymas, no estado de Sonora. **Marco A. Vallejo López — Guaymas — Sonora — México.**

Encontro de técnicos de nível médio

Completamos mais uma etapa de trabalho e nos preparamos para mais um período, onde esperamos contar com vosso apoio. No momento, organizamos a Comissão de Educação e Saúde "Paulo Freire" e a Comissão de Estudos Tecnológicos Malé, que tem por função congregar os técnicos agrícolas e industriais de nível médio. Queremos divulgar que realizaremos um "Encontro Nacional de Técnicos de Nível Médio", em março de 85, em Salvador — BA. Inscrições e informações na: **Sociedade Malé — CAN, Av. 2 de Julho, 17 — Senhor do Bonfim — BA — CEP: 48.970 — Brasil.**

Diretas-já: pouca cobertura

No ano de 1984, esta revista publicou excelentes reportagens, abordando assuntos de extraordinária relevância, como o perigo da guerra nuclear, o problema das drogas, a questão da informática etc. As matérias de capa não se limitaram apenas a destacar a situação de algum país em especial, mas também abordaram assuntos como os que foram mencionados.

No entanto, creio que um dos acontecimentos mais importantes de 1984 praticamente passou em branco: o movimento de massas no Brasil pelas "diretas-já". Os gigantescos comícios do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como os episódios que marcaram a votação da emenda Dante de Oliveira, por si sós, mereceriam uma reportagem de destaque. Não creio que o surgimento do *Jornal do País* seja uma justificativa plausível para a omissão sobre fatos que ocorreram àquela época. Afinal, os companheiros de outros países deveriam saber com exatidão o que aconteceu no Brasil. Não só o fato de quase três milhões de pessoas terem participado dos comícios do Vale do Anhangabaú e da Candelária, mas também a preparação para o golpe de 25 de abril, articulado por esse nefando general Newton Cruz, graças à conivência do futuro vice-presidente da República, José Sarney, que tudo fez pela derrota das "diretas-já". **Orlando Manuel de Oliveira — Rio de Janeiro — RJ — Brasil.**

Cartas

Intercâmbio frutífero

Acabo de ler no nº 70 o desejo de saber dos leitores que já tiveram seus nomes publicados na seção "Intercâmbio", qual a recepção da divulgação. Como o meu nome foi publicado no nº 63, estou aqui para lhes dizer o resultado. Estive na minha caixa postal e recebi — após todo esse tempo — uma outra proposta de correspondência. É a 21ª só de Angola. Se somar aos sete brasileiros, um moçambicano e um da Guiné-Bissau. Esses foram correspondentes diretos, mas, por conhecimento pessoal os correspondentes diretos passaram meu nome para mais dois brasileiros e dois angolanos. O total até agora é de 33, entre os quais duas mulheres. O mais jovem tem 17 anos e a mais velha, 32.

Já tive de tudo nessas correspondências. Recebi de Angola uma carta sem remetente contendo uma mensagem religiosa cristã que deveria ser passada (mas eu não passei) para mais 10 "amigos", sob pena de morrer. E a carta citava vários casos de mortes e empobrecimentos. Nota: não empobrecei, porque nunca fui rico. (...) Houve um angolano que me confundiu com uma agência de casamentos e pediu endereço de brasileiras, "pois gostaria de se casar...". Não mandei nenhum endereço.

Já há uns três meses estou sendo namorado de forma sutil por uma angolana. Se der em alguma coisa, o Neiva Moreira é o responsável. (...) Já recebi cinco livros (três angolanos e dois brasileiros), várias revistas "Novembro" de Angola, diversos jornais. Isso tudo para não falar da coleção de quase 40 postais que eu formei.

Pois é, esta é a rotina de um colunista da "Terceiro Mundo". Um abraço. Carlos — Olinda — PE — Brasil.

Adeus a Indira Gandhi

Foi com profunda dor e consternação que o mundo inteiro, em particular o Terceiro Mundo, recebeu a notícia da morte da primeira-ministra indiana Indira Gandhi, vítima de um atentado perpetrado por membros da seita religiosa *sikh*.

Indira Gandhi, ilustre e destacada personalidade política mundial, durante a sua vida velou sempre pelo bem-estar do seu povo e pela segurança da nação. Com sua morte, a Índia perde uma nobre política e uma "mãe", o Movimento dos Paí-

ses Não-Alinhados perde uma célebre presidente e o Terceiro Mundo uma destacada personalidade política. Sem dúvida uma grande líder, que nós, os milhões de habitantes do Terceiro Mundo, nunca esqueceremos.

A partir de agora, Indira Gandhi entrará para a galeria dos líderes e mártires do Terceiro Mundo, estando ladeada pelas mais distintas personalidades terceiro-mundistas, como: Nehru, Tito, Neto, N'Krumah, Nasser, Martí, Che, Cabral e tantos outros. Adeus, Indira Gandhi! Henrique J. Nunes da Mata — Luanda — Angola

Estandalhaço versus omissão

Parabéns pelos 10 danos de batalhas abnegadas e heróicas, como porta-voz daqueles que se encontram silenciados e explorados pelo assim chamado Primeiro Mundo. Acho muito bem lembrado pelo leitor Claudio, de Campos (RJ), o estandalhaço que estava se fazendo em cima da Geraldine Ferraro, omitindo-se que pela segunda vez o PC de lá lançou a mulher e militante negra Angela Davis à vice-presidência. Solicito também reportagens de repúdio pela ocupação imperialista da indefesa ilha de Granada e uma matéria denunciando as instruções de golpe promovidas pela CIA, contra o governo popular sandinista. Fernando C. de Paula — Petrópolis — RJ — Brasil.

Intercâmbio

● José Mauro

Rua Jayme Figueiredo, 20 — Parada Quarenta — São Gonçalo — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 24.400 — Brasil

● Evanda Tavares Leite

Rua Coronel Xavier, 58 — Aurora — CE — CEP: 63.360 — Brasil

● Maurício Rocha Zanco

Rua Maringá, 1972 — Londrina — PR — CEP: 86.100 — Brasil

● Denise Maria Borda Gomes

Rua Pinto Guedes, 95/201 — Tijuca — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20.511 — Brasil

● Orlando Correa

C.P. 619 — São Bernardo do Campo — SP — CEP: 09.700 — Brasil

● Cristian Carla A. Lazo

Rua Alberto Pasqualine 131/81 — Santa Maria — RS — CEP: 97.100 — Brasil

Guia: algumas sugestões

Recebi o Guia do Terceiro Mundo 84/85 e pude, com meus próprios olhos, comprovar a excelência de tal publicação. Não conheço nenhuma outra enciclopédia, ou coisa que o valha, com tanta (quantitativa e qualitativamente) informação, englobando tantos assuntos e países. (...) Tenho muito interesse em dados sobre economia mundial e sugiro que nas próximas edições do Guia se coloquem dados sobre a produção de matérias-primas dos países do Norte e dos socialistas, para que tenhamos uma visão da divisão internacional do trabalho. Outro dado que creio eu melhoraria ainda mais o Guia é o referente à distribuição da renda, que poderia ser apresentado junto aos dados demográficos e econômicos de cada país. Márcio J. Aguiar Barbosa — Belo Horizonte — MG — Brasil

Guia: informação atualizada

(...) Recebi o Guia do Terceiro Mundo há pouco tempo. Custei a recebê-lo, mas valeu a pena. É uma obra-prima, atualizadíssima! Chegamos até a fazer aqui em Santos um debate sobre o Terceiro Mundo e a situação que estamos vivendo, ao qual compareceram 80 pessoas, e tudo foi baseado nos cadernos e no Guia. Maurinho — Santos — SP — Brasil.

● Eduardo W. Cunha Rangel

Rua Vilhena de Moraes, 100/bloco 3 — ap. 1001 — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 22.600 — Brasil

● Antonio Manuel de Souza Ribeiro

Escola Nacional de Aviação Militar — C.P. 140 — Negage — Uíge — Angola

● Mário Correia Alves Neves

Rua Colégio Militar, 630 — C.P. 1195 — Benguela — Angola

● Américo Maria de Souza

C.P. 10.476 — Luanda — Angola

● Miguel Mateus Bernardo Pedro

a/c da Posta Restante dos CTT da

Precol — Luanda — Angola

● Antoine Louis "Coûte Dire"

Instituto Médico de Saúde — C.P.

362 — Kenito — Bié — Angola

● António João Fragoso

C.P. 668 — Malange — Angola

● Carlos de Jesus Melgaço

C.P. 980 — Huambo — Angola

Panorama Tricontinental

Mauritânia: o 5º golpe de estado em seis anos

Raras vezes, na África, um golpe de estado provocou tão poucas mudanças no governo como o ocorrido no dia 12 de dezembro passado na Mauritânia, onde o tenente-coronel Mohammed Uld Haidallah foi derrubado, mas todo o ministério foi mantido. Este foi o 5º golpe militar desde 1978, que, a exemplo dos demais, aconteceu sem combates de rua e sem mortes em grande número. Nas primeiras decisões do novo governo chefiado pelo ex-primeiro-ministro Maaouya Sid Ahmed Taya também não surgiram grandes novidades.

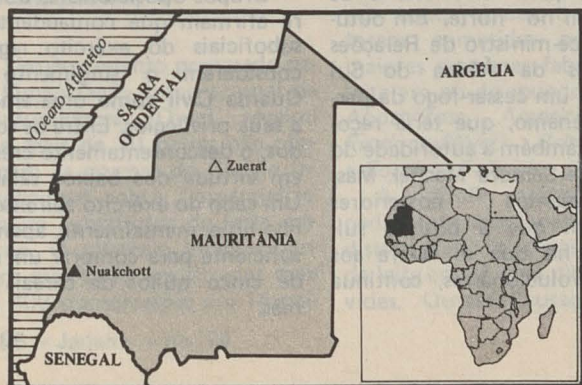
Informações procedentes de Nouakchott indicam que a mudança de governo, na verdade, representou uma rebelião dos tecnocratas e da jovem oficialidade do exército contra o presidente Haidallah, que estava no cargo desde 1980 e procurava governar através de uma política de concessões e de equilíbrio entre as várias forças políticas do país. Embora, no terreno político, tivessem sido muito escassos

os sintomas de divergências, no terreno econômico havia indícios claros de tensão.

Haidallah orientava-se cada vez mais na direção de um islamismo ortodoxo, ao mesmo tempo que procurava montar um movimento político de bases que, no futuro, poderia desembocar num partido político. Por sua vez, a comunidade financeira e empresarial, bem como os políticos e militares de tendência



O deposto Mohammed Haidallah



moderada, estimulavam o surgimento de estruturas econômicas privatizantes, vinculadas a empresas estrangeiras, em especial aos interesses franceses e norte-americanos.

O fato de Haidallah ter sido derrubado, durante uma visita ao Burundi para assistir à reunião de cúpula das ex-colônias francesas na África, indica que os golpistas estavam dispostos a promover o mínimo de agitação em torno do golpe. Ao regressar apressadamente à Mauritânia, o ex-presidente Haidallah foi preso, sem que a rotina diária do país fosse interrompida. O toque de recolher vigorou durante apenas dois dias. As comunicações nem chegaram a ser interrompidas e o comércio funcionou normalmente durante todos os dias.

Se, em termos econômicos, espera-se que o coronel Taya passe a estimular a ação dos capitais privados nacionais e estrangeiros, no terreno diplomático, o novo governo manteve basicamente as mesmas linhas do anterior. O apoio aos guerrilheiros da Frente Polisario, que lutam pela independência do antigo Saara espanhol, foi mantido, da mesma forma que foram asseguradas as garantias de continuidade da aliança com a França. Mas, nos bastidores diplomáticos, afirma-se que o novo governo mauritano deve se afastar da Argélia sem, no entanto, chegar a um rompimento. Trata-se aparentemente de uma nova estratégia visando manter posições equidistantes entre Argel e Rabat.

Desde que a Mauritânia decidiu abandonar suas pretensões sobre o Saara, em 1978, os sucessivos governos mantiveram

uma atitude muito desconfiada em relação ao Marrocos, que ainda ocupa a ex-colônia espanhola. O rei Hassan 2º do Marrocos, chegou inclusive a ameaçar, no ano passado, invadir o território mauritano para cortar o abastecimento da retaguarda dos guerrilheiros saarauís. A ameaça não foi cumprida por pressão da França, mas continuou no ar.

Em algumas capitais do

Oriente Médio e em Paris, circularam informações de que o coronel Maaouya Sid Ahmed Taya buscaria uma reaproximação com os governos árabes conservadores que haviam se afastado do ex-presidente Haidallah. Mas, em Nouakchott, nenhuma dessas versões foi confirmada de imediato. Sabe-se apenas que o novo presidente tem simpatias pelo Partido Baas, do Iraque.

Moçambique: a Renamo continua recebendo ajuda do exterior

Os grupos armados da organização contra-revolucionária Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) continuam recebendo suprimentos militares apesar do acordo de Nkomati, assinado em fevereiro do ano passado, e através do qual a África do Sul se comprometeu a suspender todo apoio ao movimento. Segundo o jornal inglês *Observer*, os suprimentos não estão chegando diretamente do território sul-africano como acontecia até recentemente. Em vez disso — segundo noticia o jornal inglês —, foi organizada uma complexa conexão aérea envolvendo o transporte de armas desde o golfo Árábico até o arquipélago das Comores, de onde o equipamento é transportado em aviões menores até o interior da parte norte de Moçambique.

Ainda segundo informações do jornal britânico, um avião cargueiro *Hercules C-130* faz o voo desde o Oriente Médio até as Comores, um arquipélago governado por um regime ultra-conservador e aliado da África do Sul. De lá, em aviões do tipo *Islander*, o equipamento militar é levado até aeroportos clandestinos na província de Cabo Delgado, ou jogado de pára-quadras aos grupos isolados na província de Niassa. A ponte aérea secreta teria sido organizada em Lisboa

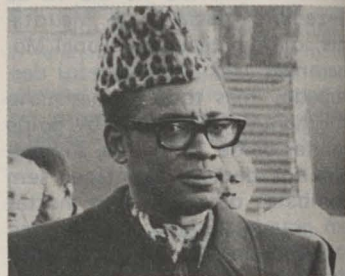
pelo dirigente da Renamo, Evo Fernandes, e um negociante chamado Vali Mamede.

Recentemente, o abastecimento clandestino dos contra-revolucionários foi interrompido depois que o governo da Tanzânia prendeu quatro portugueses residentes em Moçambique e que, disfarçados de caçadores, estavam construindo em território tanzaniano uma pista clandestina de aterrissagem para aviões pequenos. Há informações de que o abastecimento dos poucos núcleos da Renamo que ainda continuam ativos estaria sendo organizado por grupos portugueses ligados à inteligência militar sul-africana, que até hoje não aceita os acordos de Nkomati.

O serviço secreto sul-africano — segundo consta — teria concordado com a desmobilização da Renamo no sul de Moçambique, mas exigiu a manutenção das operações terroristas e de sabotagem no norte. Em outubro, o vice-ministro de Relações Exteriores da África do Sul anunciou um cessar-fogo da parte da Renamo, que teria reconhecido também a autoridade do presidente Samora Machel. Mas, desdobramentos posteriores mostraram que a posição sul-africana, no que se refere aos contra-revolucionários, continua duvidosa.

Zaire: rumores golpistas no exército

No final do ano passado, aumentaram os rumores sobre uma possível onda de prisões dentro do exército do Zaire, em consequência do surgimento de focos de insatisfação entre jovens oficiais. Os rumores ganharam corpo depois que o presidente Mobutu Sese Seko passou a percorrer os principais quartéis do país nos finais de semana, desde outubro, quando foi divulgada uma suposta tentativa de golpe de estado por militares da província de Equador.



Mobutu Sese Seko

Há informações, também, de que os tribunais militares passaram a aplicar duras sentenças contra soldados e suboficiais acusados de pequenos delitos. Outro sintoma da instabilidade militar é o fato de Mobutu ter criado uma nova unidade chamada Guarda Civil, composta de duas brigadas, com um total de 20 mil homens. A Guarda Civil recebeu treinamento de assessores israelenses e já é considerada um "verdadeiro exército dentro do exército".

Grupos oposicionistas do Zaire afirmam que comandantes e suboficiais do exército regular consideram o surgimento da Guarda Civil como uma ameaça a seus privilégios. Entre os soldados, o descontentamento cresceu em virtude dos baixos salários. Um cabo do exército zairense ganha hoje, mensalmente, apenas o suficiente para comprar um saco de cinco quilos de cereais por mês.

Zimbábue: o milagre agrícola

Apesar do terceiro ano consecutivo de seca, o governo do Zimbábue chegou ao final de 84 com um surpreendente superávit na sua produção agrícola. Surpreendente e totalmente imprevisto, porque, até outubro, a equipe econômica do primeiro-ministro Robert Mugabe fazia esforços acelerados para tentar cobrir um provável déficit no abastecimento de milho. Contratos de importação no valor de 25 milhões de dólares foram assinados às pressas para garantir o suprimento de aproximadamente meio milhão de toneladas, que supostamente viriam a faltar em consequência da escassez de chuvas.

É que os cálculos do governo estavam baseados apenas na produção das fazendas privadas e que, em sua maioria, são controladas por brancos. As pequenas lavouras comunais, criadas em sua maioria depois da independência em 1980, não eram levadas em conta, porque os agrônomos achavam que somente alguns poucos camponeses africanos conseguiriam colheitas razoáveis em consequência da falta de chuvas.

Mas, para espanto dos funcionários oficiais, a partir de outo-

bro de 84, começaram a chegar ao mercado milhares de sacas de milho produzidas por pequenos agricultores. Na verdade, a produção das terras comunais alcançou a fantástica cifra de quase 325 mil toneladas. Com isso, o país alcançou, em 84, a auto-suficiência alimentar, contrariando a meteorologia, os técnicos da FAO e até mesmo os próprios planejadores zimbabueanos.

Como resultado imediato da surpresa agrícola, o governo ordenou que, na próxima safra, a produção das pequenas propriedades e das terras comunais seja cuidadosamente monitorada, ao contrário do que aconteceu no ano passado. Outra medida que já foi mencionada é o aumento

dos incentivos de crédito aos camponeses do Zimbábue, que deram uma lição de produtividade contra todas as expectativas.

Segundo os especialistas em agricultura, nem o próprio governo do Zimbábue esperava uma resposta tão positiva ao sistema de comercialização adotado desde a independência e que reserva ao setor privado uma ampla margem de liberdade. Segundo os cálculos oficiais liberados nas últimas semanas de 84, a produção de milho do Zimbábue atingiu o total de 900 mil toneladas, 35% das quais tiveram origem no setor comunal. O que significa que o país passou a ter 200 mil toneladas a mais do que precisa. Isso sem falar que a maioria dos camponeses não comercializou a totalidade de suas colheitas porque, tradicionalmente, eles guardam uma parte para o autoconsumo.



O camponês de Zimbábue conseguiu vencer a seca

Saúde: transnacionais violam proibições

Um documento preparado pela Organização Internacional de Consumidores (Oiuc) revelou que mais de 20 países não obedecem às normas do Código Internacional sobre Comercialização de substitutos do leite materno. O relatório indicou também que foram registradas mais de 400 transgressões em 14 paí-

ses da África, América Latina, Ásia e Caribe. Setenta e cinco por cento dessas transgressões foram cometidas pelas cinco maiores empresas fabricantes de leite em pó do mundo: a *Nestlé*, *Abbott/Ross*, *American Home Products/Wyeth*, *Bristol/Meyers* e *Condens Fabrick*.

A violação mais comum dos códigos internacionais se refere à distribuição de amostras grátis de leite em pó para mulheres grávidas. Outras acusações feitas

contra as transnacionais de medicamentos se referem a etiquetas erradas propositalmente e a distribuição de panfletos publicitários entre mulheres e médicos do Terceiro Mundo. A Oiuc revelou que, apesar das proibições, continua crescendo a produção de alimentos substitutivos do leite materno, indicando que as empresas fabricantes se consideram imunes às regulamentações internacionais aprovadas nos últimos anos.

Protestos de rua nos EUA contra o apartheid

□ Cento e trinta e sete manifestantes norte-americanos foram detidos pela polícia nos primeiros quinze dias de dezembro do ano passado, durante protestos contra a discriminação racial na África do Sul. A maior parte das manifestações foi realizada em frente a representações diplomáticas sul-africanas nos EUA, como parte de uma campanha de grupos anti-racistas para exigir mudanças na política do presidente Ronald Reagan em relação ao *apartheid*.

A onda de protestos começou nos primeiros dias de dezembro e chegou ao auge quando o bispo sul-africano Desmond Tutu, prê-

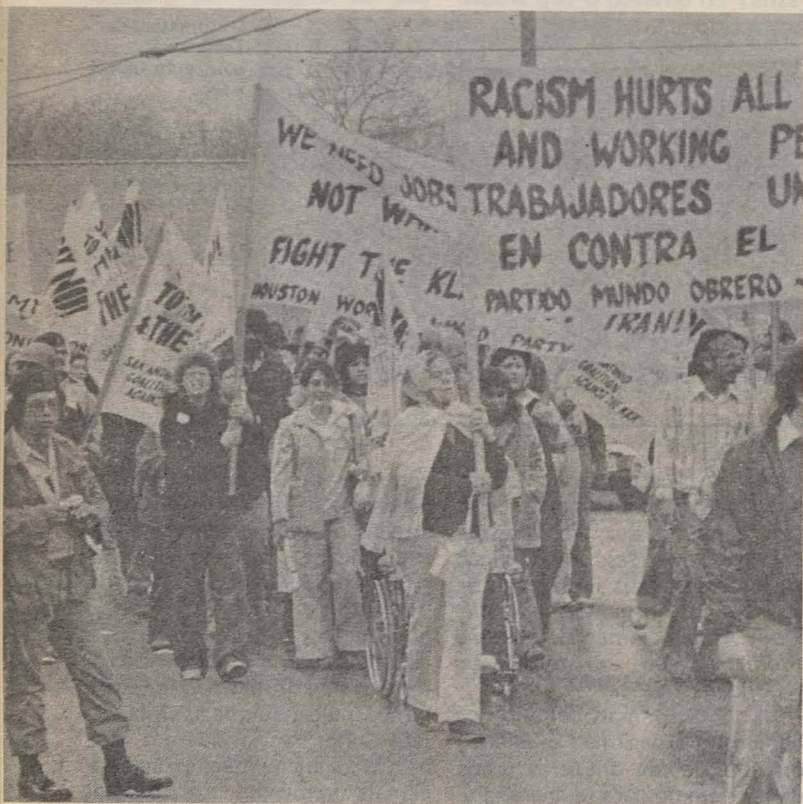
mio Nobel da Paz de 84, foi recebido pelo presidente norte-americano em audiência especial na Casa Branca. Tutu, há muito tempo, vem condenando energicamente a passividade da administração republicana em relação ao regime racista sul-africano, que o bispo negro anglicano considera igual ao nazismo do 3º Reich.

Os grupos anti-racistas norte-americanos querem também que as empresas transnacionais aumentem as pressões para mudar as leis do *apartheid*. As manifestações de rua têm sido tão intensas que até o presidente Reagan foi obrigado a classificar o racis-

mo sul-africano como "repugnante". Apesar disso, a Casa Branca continua adotando a política do chamado "engajamento construtivo", através da qual, os EUA toleram o *apartheid* para impedir que ele seja violentamente substituído por um governo nacionalista formado pela maioria negra da África do Sul. Washington afirma que o "engajamento" é uma forma de tentar mudar o sistema de hegemonia branca "por dentro", enquanto os grupos anti-racistas afirmam que essa política, na prática, corresponde a uma ajuda concreta.

Cento e vinte e oito das 350 transnacionais norte-americanas instaladas na África do Sul já sentiram os efeitos da pressão dos manifestantes, e ordenaram que suas subsidiárias em Joanesburgo ou na cidade do Cabo iniciem conversações com dirigentes religiosos negros em apoio à luta da maioria africana contra o *apartheid*. As 350 empresas transnacionais empregam aproximadamente 66 mil trabalhadores sul-africanos que, em sua maioria, recebem salários menores do que os pagos a brancos nas mesmas funções.

O movimento dos anti-racistas norte-americanos pode provocar também o endurecimento das cláusulas do chamado Código Sullivan, adotado há oito anos e que regula a atividade das empresas norte-americanas com subsidiárias na África do Sul. Até agora, o Código, elaborado pelo reverendo Leon Sullivan, estabelecia que as transnacionais pagassem aos negros o mesmo salário dos trabalhadores brancos. Agora, existem propostas para que, além disso, as empresas exijam do governo sul-africano liberdade de movimento para os assalariados negros, liberdade para comerciantes de origem africana exercerem suas atividades em áreas consideradas exclusivas dos brancos e apoio integral à campanha para eliminar todas as leis racistas da África do Sul.



A cada dia que passa aumenta a pressão sobre as transnacionais

Peru: reviravolta no caso do massacre dos jornalistas

□ Altos oficiais da marinha e do exército peruano passaram a ser os principais suspeitos no caso do massacre de oito jornalistas peruanos mortos em janeiro de 83, quando tentavam fazer reportagens sobre a guerrilha na província de Ayacucho. Os militares mais visados são o general do exército Clemente Noel e o capitão-de-corveta Ismael Bravo.

Logo depois do crime, cometido numa aldeia isolada da cordilheira peruana, o governo nomeou uma comissão presidida pelo escritor Vargas Llosa para investigar o caso. Llosa, em seu relatório final, divulgado meses depois, confirmou a versão oficial de que os jornalistas foram mortos por camponeses que os teriam confundido com guerrilheiros da organização de extrema esquerda, Sendero Luminoso. Essa foi também a versão divulgada logo após o massacre na aldeia de Uchuraccay, pelo general Noel, que na época era o comandante militar da zona de operações em Ayacucho.

A explicação do governo, confirmada por Vargas Llosa, começou a desmoronar quando foi descoberto entre os objetos dos jornalistas mortos, um rolo de fotografias tiradas antes do crime, onde os membros do grupo conversavam animadamente com os camponeses de Uchuraccay. Logo em seguida, o juiz do tribunal que investiga o caso começou a estudar novas pistas, a partir das quais ganhou força a hipótese de que os jornalistas foram assassinados em outro local por um grupo de desconhecidos, entre os quais se encontravam militares.

Os levantamentos feitos pelo juiz Hermenegildo Ventura Huayhua indicam também que o general Noel sabia da viagem do grupo de jornalistas para a área de atividade guerrilheira, ao contrário do que o militar afirmou logo após o crime, quando disse que os enviados especiais de jornais peruanos viajaram por conta própria e sem notificar as autoridades militares. Por seu lado, o capitão-de-corveta Ismael Bravo é acusado de ter acompanhado muito de perto o episódio, tendo inclusive comunicado as mortes a seus superiores, antes que os cadáveres fossem removidos.

As dúvidas surgidas em torno do caso deixaram em péssima situação o escritor Mario Vargas Llosa que chegou a ser advertido pelo juiz sobre as versões falsas

incluídas no relatório entregue ao governo. Llosa foi inclusive acusado de má-fé. O Colégio de Jornalistas do Peru também não acredita na versão oficial e exige a continuação das investigações, apesar das resistências dos militares envolvidos em prestar esclarecimentos à Justiça.



O exército peruano fracassou na tentativa de culpar os camponeses pelo massacre dos oito jornalistas

Granada: a oposição denuncia fraude

□ As eleições realizadas na ilha de Granada, no início de dezembro passado, conduziram a um resultado no mínimo controvertido. O Novo Partido Nacional (NPN), criado após a invasão norte-americana e apoiado maciçamente pelo presidente Ronald Reagan, controla todas as cadeiras do Parlamento de 15 membros. O único deputado eleito pela oposição de direita renunciou no dia seguinte às apurações.

O fato de todos os deputados pertencerem ao NPN levou os outros partidos, tanto de direita como de esquerda, a deflagrarem uma campanha de denúncias sobre fraudes nas eleições organizadas pelo Departamento de Estado norte-americano. O Partido

Trabalhista Unido de Granada (Gulp), liderado pelo ultra-conservador ex-primeiro-ministro Eric Gairy, e o Movimento Patriótico Maurice Bishop (MPMB) apresentaram à imprensa provas de que as cédulas usadas na votação estavam previamente marcadas com uma tinta invisível.

Depois de colocada na urna, a cédula marcada era adulterada pelos apuradores, uma vez que o sinal feito pelo eleitor desaparecia. O MPMB denunciou que, além da maciça ajuda econômica dada por Washington ao NPN, os eleitores do partido, formado por adeptos do assassinado ex-primeiro-ministro Maurice Bishop, foram eliminados das listas eleitorais para impedir que votas-

sem. Assim, o MPMB não pôde obter nenhuma cadeira no Parlamento, embora tenha tido uma forte votação nas últimas eleições registradas no país, em 1976.

Bishop foi morto em outubro de 83, durante uma rebelião contra seu governo e, logo depois, seis mil soldados norte-americanos invadiram Granada, cuja população é de 110 mil habitantes. Seiscentos soldados dos EUA ainda permanecem na ilha, e devem ficar lá por mais algum tempo depois que o primeiro-ministro recém-eleito, Herbert Blaize, pediu a manutenção da presença militar norte-americana.

Segundo os partidos de oposição, a fraude eleitoral foi tão intensa e é tão forte a impopularidade do novo regime, que novas eleições devem ser realizadas em Granada antes do fim do mandato de cinco anos fixado para os deputados eleitos em dezembro.

Belize: a direita ganha as eleições

□ Os 20 anos de hegemonia política do Partido Unido do Povo (PUP), liderado por George Price, chegaram ao fim no dia 14 de dezembro passado, quando as eleições para o Parlamento foram vencidas pelo conservador Partido Democrático Unido. Price não conseguiu se eleger no seu distrito eleitoral e o PUP ficou com apenas sete das 28 cadeiras do Parlamento de Belize, uma ex-colônia inglesa na América Central, com 28 mil km² e 150 mil habitantes.

O vencedor é Manuel Esquivel, um professor de 54 anos, educado nos Estados Unidos e no Canadá. O partido dele, o PDU, ficou com 21 cadeiras no Parlamento, que terá pela frente

a difícil tarefa de resolver os agudos problemas da economia de Belize. O país está endividado, em consequência da queda dos preços da banana e do açúcar, seus dois principais produtos de exportação.

George Price, que se autoproclamava de centro-esquerda, foi derrotado por causa das contradições de sua política. Ele se aproximou dos Estados Unidos, embora tenha condenado a invasão de Granada. Assinou um acordo com o Pentágono para treinamento de tropas de Belize nas instalações do Comando Sul dos EUA, no Panamá, mas mantinha relações de amizade com Cuba.

As vacilações de Price provo-

caram o agravamento das disputas internas dentro do PUP entre uma facção mais conservadora e outra mais à esquerda. A derrota eleitoral sofrida nas eleições representou o fim da liderança do político que dirigiu Belize desde o momento em que o país ganhou a autonomia interna, em 1964. Agora, existe a possibilidade de que o PUP sofra alterações bastante profundas em sua linha, dependendo da correlação de forças interna.

No plano diplomático, é quase certo que o novo primeiro-ministro Manuel Esquivel passará a apoiar a política norte-americana de confrontação com a Nicarágua. No momento, já existem em Belize cerca de 1.500 soldados ingleses e um esquadrão de aviões de combate. Essas forças foram mandadas para a ex-colônia, como medida de segurança, em virtude da reivindicação guatemalteca sobre uma parte do território de Belize.

El Salvador: ofensiva da extrema direita contra a igreja



O clero salvadorenho teme uma nova onda de atentados

□ A partir de meados de dezembro passado, aumentaram os indícios de que a extrema direita e os esquadrões da morte de El Salvador decidiram concentrar suas atenções sobre dirigentes eclesiásticos, especialmente o arcebispo de San Salvador, Arturo Rivera y Damas. Num comunicado assinado por uma organização chamada Movimento Tradicional Católico, são feitas ameaças diretas ao prelado que, segundo o documento, "poderia ser vítima de sua própria subversão, como aconteceu com monsenhor Oscar Romero".

Dom Oscar Romero foi assassinado a tiros dentro da catedral de San Salvador, em março de 1980, enquanto rezava uma missa. O bispo da capital salvadorenha, a exemplo de seu antecessor, vem mantendo uma atitude contrária às violências cometidas pela extrema direita e pelos esquadrões da morte anticomunistas. O documento, distribuído no mês passado em San Salvador, afirma que o bispo Rivera y Damas "apóia a guerrilha e pa-

trocina um diálogo estéril destinado a permitir que os comunistas cheguem ao poder".

EUA: pacifistas estimulam deserções no exército

Organizações religiosas e pacifistas dos Estados Unidos deflagraram uma campanha de opinião pública no sentido de estimular os soldados norte-americanos a se recusarem a combater na América Central, alegando razões de consciência. O principal alvo da campanha iniciada pelo movimento "Fraternidade e Reconciliação", é o efetivo militar do quartel de Fort Bragg, de onde tem saído a maior parte dos soldados norte-americanos mandados para a América Central.

Em dezembro passado, os jornais da cidade de Fayetteville, perto de Fort Bragg, publicaram uma carta aberta da organização pacifista na qual ela promete assessoramento jurídico e político para todos os soldados que não

O misterioso Movimento Tradicional Católico nunca havia sido mencionado antes da aparição dos panfletos. Estes foram distribuídos pouco depois do início do diálogo entre o governo democrata-cristão do presidente José Napoleón Duarte e as organizações guerrilheiras que exigem alterações profundas nas estruturas sócio-econômicas dessa pequena nação centro-americana. Muitos dos pontos de vista defendidos pelo Movimento Tradicional Católico são idênticos aos do partido de extrema direita Arena, liderado pelo major Roberto D'Aubuisson, acusado de envolvimento direto no assassinato de opositores.

Além de servir de mediador no diálogo, o bispo Rivera y Damas tem feito denúncias sistemáticas das arbitrariedades cometidas por grupos paramilitares. Ele é, também, um dos principais incentivadores dos grupos de defesa dos direitos humanos e de ajuda às vítimas civis da guerra, que já dura cinco anos.

querem ser mandados para a América Central, no caso de uma intervenção militar norte-americana na Nicarágua. Os pacifistas pretendem publicar a mesma carta em jornais de outros estados como Califórnia, Geórgia e Washington, onde também estão localizadas unidades estratégicas do exército dos Estados Unidos.

A "Fraternidade e Reconciliação" é a mais antiga organização pacifista dos Estados Unidos. Ela afirma que já tem o compromisso de mais de 13 mil norte-americanos que se mostraram dispostos a organizar atos de resistência e desobediência civil, caso os EUA ataquem a Nicarágua. O exército norte-americano não comentou a carta aberta aos soldados mas proibiu a circulação, dentro dos quartéis, dos jornais que aceitaram o anúncio pacifista.

EUA: troca de embaixadores na América Central

□ A mudança de pelo menos três embaixadores norte-americanos na América Central faz parte de uma nova estratégia do Departamento de Estado para reorganizar o jogo de alianças políticas entre os Estados Unidos e os governos regionais alinhados com os seus interesses. Em Washington, a saída do embaixador norte-americano em Honduras, John Negroponte, é considerada a mais importante, uma vez que o diplomata, no cargo há três anos, é intimamente ligado aos grupos contra-revolucionários responsáveis por ataques contra a Nicarágua.



A ação de John Negroponte irritou os militares hondurenhos

Negroponte foi também um defensor intransigente do aumento da ajuda militar norte-americana ao exército hondurenho, bem como do apoio incondicional aos ex-guardas somozistas da Frente Democrática Nicaraguense (FDR). O diplomata apoiou ostensivamente a política anticomunista do ex-comandante do exército hondurenho, general Gustavo Alvarez, que, em março de 84, foi destituído do cargo por um movimento de jovens oficiais interessados numa maior independência em relação aos EUA.

Depois da derrubada de Alvarez, Negroponte passou a ser evitado pelo novo comandante das forças armadas de Honduras, general Walter López Reyes. As relações entre Honduras e Estados Unidos entraram numa nova fase aparecendo no lado hondurenho algumas reivindicações de caráter levemente nacionalista. Tanto, que o embaixador norte-americano em Tegucigalpa não participa das negociações entre os dois países visando um novo acordo militar.

Além de John Negroponte, devem acontecer modificações nas embaixadas norte-americanas em El Salvador e Costa Rica. As mudanças estão sendo organizadas pelo secretário de Estado George Shultz, como parte do remanejamento a ser posto em prática logo após a posse de Ronald Reagan para um novo mandato presidencial. Os novos nomes a serem escolhidos poderão indicar a tendência predominante no Departamento de Estado norte-americano e se a política de confrontação defendida intransigentemente por John Negroponte será mantida na íntegra.

Brasil: cresce a violência no campo

□ Com o assassinato do dirigente sindical Eloy Ferreira da Silva, subiu para nove o número de líderes camponeses executados por fazendeiros, no estado de Minas Gerais. Ele foi também o 44º defensor da reforma agrária a ser morto no Brasil desde 1980. O crime aconteceu no dia 16 de dezembro passado, na localidade de São Francisco, norte de Minas, e os dois principais suspeitos são fazendeiros na região.

Eloy Ferreira da Silva, de 54 anos, era um dos principais dirigentes da campanha dos camponeses sem terra em favor de uma reforma agrária. Antes do crime, ele já havia recebido várias ameaças de morte que incluíam dois de seus nove filhos ainda vivos. Um deles já fora assassinado por pistoleiros há alguns anos. Na região de São Francisco, os conflitos pela posse de terras começaram na década de 70 e envolvem mais de 230 famílias de camponeses ameaçados de serem expulsos de suas lavouras por fazendeiros.

Em abril de 84, o dirigente camponês assassinado recebeu do governador Tancredo Neves (futuro presidente da República), a medalha da Inconfidência, a mais importante condecoração do estado de Minas Gerais. Todas as associações de trabalhadores rurais do Brasil protestaram contra o assassinato e exigiram das autoridades policiais a imediata localização dos criminosos para impedir que as violências contra os camponeses sem terra e seus líderes continuem impunes.

Infância: a batalha contra a desidratação

☐ Mais de meio milhão de crianças em todo o mundo foram salvas da morte, no ano passado, graças à campanha desenvolvida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) contra a desidratação infantil, uma doença que mata cerca de quatro milhões de crianças por ano, nos países do Terceiro Mundo.

A campanha tem como base a aplicação da chamada Terapia de Reidratação Oral (TRO), um método ultra-simples para estancar a perda de líquido por crianças em processo de desidratação. A terapia pode ser aplicada pela própria família sem necessidade de recorrer a médicos ou postos de saúde. Os sais da TRO são uma mistura de oito colheres de açúcar e uma de sal num litro d'água. O líquido deve ser forneci-

do durante 24 horas, ou até menos, dependendo da intensidade da doença.

A Unicef já distribuiu mais de 65 milhões de pacotinhos contendo uma dose da mistura para ser dissolvida num litro d'água. Cerca de 78 países já contam com postos para entrega do material fornecido pela organização. Caso não seja possível obter o pacotinho, ou fazer a mistura por falta de açúcar, a Unicef sugere a substituição por algum cereal rico em amido, como milho, arroz ou trigo. O único ingrediente essencial é o sal.

A utilização em massa da TRO poderá, a curto prazo, permitir que 95% dos casos de desidratação infantil no mundo sejam curados a tempo, já que a doença, além de ser muito comum nas áreas mais pobres, po-

de causar rapidamente a morte se a criança não for bem nutrida. O objetivo da Unicef é intensificar nos próximos cinco anos a campanha, para que até o final da década, o número de vítimas da desidratação infantil seja reduzido pela metade.



Fome: a ONU faz prognósticos pessimistas

☐ O dinheiro gasto na construção de dois porta-aviões nucleares é mais do que suficiente para acabar com a fome na Etiópia, que, no ano passado, provocou a morte de quase um milhão de pessoas. Com o preço dos dois navios seria possível comprar seis milhões de toneladas de trigo, que teriam permitido a sobrevivência dos etíopes. A estimativa foi feita por técnicos das Nações Unidas numa avaliação de fim de ano sobre os resultados dos esforços da luta contra a desnutrição no mundo.

As estimativas são pessimistas, apesar de reconhecerem que houve alguns progressos. Segun-

do o Fundo das Nações Unidas para População (Funap), na década passada, o número de seres humanos situados na chamada pobreza crítica passou de 400 para 600 milhões, havendo a previsão de que, até 1990, esse número suba para 800 milhões. As últimas estatísticas indicam que 65 mil crianças morrem diariamente de fome no Terceiro Mundo, num fenômeno classificado como um "verdadeiro holocausto".

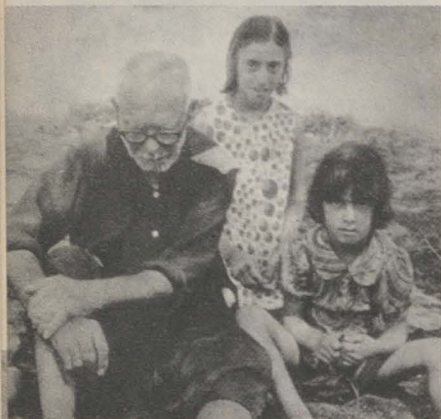
A Funap reconhece que existem alimentos para garantir a sobrevivência de todos os seres humanos. As últimas colheitas de cereais no mundo alcançaram

um total de 1,5 bilhão de toneladas, o que torna teoricamente possível que cada habitante da Terra tivesse a seu dispor 325 quilos de grãos por ano. Mas, na verdade, existem distorções, como o fato de os Estados Unidos destinarem 9,9 milhões de toneladas de trigo, de sua safra total de 76,5 milhões, para o consumo animal. No caso do milho, nada menos do que 190 milhões de toneladas da safra norte-americana, num total de 212 milhões de toneladas, vão para fábricas de rações para gado.

Ainda segundo as Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde (OMS) luta, há anos, para conseguir as verbas necessárias para erradicar a malária, que anualmente mata cerca de um milhão de crianças. Tudo o que a OMS necessita equivale a um terço do custo de um submarino nuclear.

Chipre: ONU negocia a reunificação

☐ Diplomatas acreditados na ONU consideram que são boas as chances de uma reunificação da ilha de Chipre, dividida em duas desde novembro de 1983, quando a minoria de origem turca proclamou unilateralmente um regime republicano,



A reunificação pode acabar com o problema dos refugiados

que foi condenado pela maior parte dos países do mundo. Depois de longas conversações informais, o secretário geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar, obteve o acordo dos líderes das comunidades turca e grega em Chipre para uma reunião de cúpula neste mês de janeiro.

O acordo anunciado por Pérez de Cuéllar surgiu depois que as duas partes aceitaram, em princípio, a idéia da formação de um parlamento bicameral do tipo federativo. Na Câmara Alta, as comunidades turca e grega teriam igual número de representantes. Na Câmara Baixa, os greco-cipriotas teriam uma maioria de sete por um, em relação aos turco-cipriotas. A fórmula só não foi considerada definitiva porque a comunidade turca quer ter o poder de veto nas votações da Câmara Baixa.

A reunião de cúpula deverá incluir o presidente cipriota

Spyros Kyprianou e o dirigente turco Rauf Denktash. Os turco-cipriotas formam apenas 18% da população da ilha, calculada em 600 mil habitantes. Quando foi autoproclamada a república turco-cipriota, ela cobria 37% do território do Chipre. Agora, diante do isolamento diplomático do regime separatista, Denktash admite reduzir a área controlada pelos seus adeptos, na tentativa de manter um mínimo de privilégios para os cidadãos de origem turca.

A administração Reagan acompanha muito de perto as negociações sobre a crise em Chipre, uma vez que o país integra o chamado flanco sul da Otan. O fato dos EUA terem adotado uma atitude ambígua no caso do separatismo turco-cipriota, levou o governo grego a esfriar as suas relações com Washington, criando um ponto de tensão dentro da Otan. As negociações patrocinadas pela ONU devem se centralizar na busca de uma fórmula federativa e na garantia de vantagens econômicas para a minoria de origem turca.

Sri Lanka: o governo chama os *gurkas*

☐ O governo do Sri Lanka decidiu contratar mercenários *gurkas* para proteger instalações estratégicas do país e que supostamente estariam na lista de alvos a serem atacados por guerrilheiros da minoria étnica *tamil*. O governo não confirma e nem desmente a informação, mas fontes jornalísticas de Colombo garantem que a decisão já foi tomada e que, em breve, os primeiros mercenários já devem estar assumindo posições em refinarias de petróleo, usinas geradoras de eletricidade, portos, aeroportos e prédios do governo.

18 - terceiro mundo

A contratação dos mercenários está sendo organizada pelo Ministério do Interior, sem que se saiba exatamente qual o efetivo total a ser recrutado. Alguns jornais da capital do Sri Lanka chegaram a falar em mais de mil. Os *gurkas* são guerreiros profissionais oriundos do Nepal e se tornaram famosos durante a 2ª guerra mundial pela crueldade com que se empenharam nos combates ao lado das forças britânicas no Pacífico, contra as tropas japonesas.

Durante a guerra das Malvinas, eles foram chamados nova-

mente pelo governo inglês para lutar contra os argentinos. No Atlântico Sul, os mercenários nepaleses não chegaram a protagonizar nenhum feito importante, acreditando-se que tenham sido contratados mais para assustar os inexperientes recrutas argentinos nas ilhas. Esta não é a primeira vez que o governo de Colombo chama estrangeiros para combater os guerrilheiros da minoria *tamil* que defendem a criação de um estado autônomo ao norte da ilha de Sri Lanka. No começo de 84, o presidente Junius Jayewardene pediu a ajuda de especialistas em "guerra suja" do serviço secreto israelense, o Mossad. Também foram contratados os agentes do SAS britânico, que forneceu assessoria técnica à polícia política do Sri Lanka.

Cone Sul: A unidade, eixo da luta contra as ditaduras

No Uruguai, a democracia triunfa e as forças progressistas avançam. Na Argentina, a democracia e a paz se consolidam. No Brasil, o candidato das forças democráticas perfila-se como o vencedor da eleição indireta neste 15 de janeiro. No Chile, apesar das vigorosas manifestações de massas contra a ditadura implantada em setembro de 1973, o regime militar continua de pé, reprimindo a sangue e fogo o protesto popular.

Se nos lembrarmos da situação da América do Sul há uma década, quando todos os países — com exceção da Venezuela e Colômbia — estavam ocupados por regimes militares inspirados na doutrina de segurança nacional, a sequência das mudanças resulta impressionante. Fica por explicar como a ditadura do general Pinochet, completamente isolada na região, onde todos os seus vizinhos vivem na democracia, conseguiu sustentar-se tanto tempo. Um dos fatores que trabalhou em favor do regime foi a divisão dos partidos políticos. Não houve, nesse país andino, uma verdadeira unidade e um plano de ação comum que respondesse a uma discussão prévia entre os dirigentes políticos. No Chile, o maior partido é a Democracia Cristã, dominada nos últimos anos pela ala progressista. No passado, os núcleos mais moderados e, portanto, os que mais reagiam a um entendimento com a esquerda, eram hegemônicos dentro da DC. Assim, era difícil o acordo num amplo leque que abrangia todas as forças oposicionistas, desde os democrata-cristãos até os comunistas. Esse quadro se modificou positivamente, quando Gabriel Valdés, líder dos setores mais abertos ao diálogo, assumiu a presidência da DC. Essa oportunidade não foi devidamente aproveitada pela esquerda.

No bloco da esquerda chilena, há tanto partidários da luta armada quanto da via pacífica e mesmo dentro do grupo favorável aos métodos pacíficos, há profundas diferenças. Em consequência, os dirigentes políticos não mostram uma frente unitária. Ao contrário, competem entre si e propõem aos cidadãos caminhos diferentes para combater a ditadura.

Apesar do desconcerto derivado dessa oposição dividida, o povo chileno assumiu a iniciativa. As jornadas de protesto popular que, desde maio de 1983, mobilizam o país, são convocadas pelas organizações dos trabalhadores. Os partidos políticos aderem, naturalmente, mas estão longe de controlá-las. As vibrantes manifestações transcendem os partidos e adquirem dinâmica própria. Nos bairros periféricos de Santiago, por exemplo, a população favelada criou suas próprias organizações para enfrentar a repressão. A decisão do povo chileno de lutar com coragem é evidente, como atestam suas numerosas vítimas. A militarização dos centros urbanos e o uso brutal das armas não o calam nem o intimidam. Cada manifestação de protesto demonstra, sem dúvida nenhuma, que a imensa maioria dos cidadãos repudia o regime militar. Porém, a eficácia do movimento popular seria bem maior se fosse encabeçado por um comando unitário. Se isso acontecesse, seria difícil para o general Pinochet continuar no poder.

O Cone Sul da América não apresenta condições para a luta armada. Seus processos históricos pouco ou nada têm em comum com os da América Central. Isso é o que demonstra a experiência recente, por certo muito dolorosa. No Uruguai, na Argentina e, em menor dimensão, no Brasil, surgiram movimentos guerrilheiros que, nos dois primeiros países, chegaram a adquirir importância

Editorial

e desferiram golpes espetaculares. Posteriormente, no entanto, fracassaram militarmente e os protagonistas que sobreviveram tiveram que revisar suas posições de outrora. Nas três nações mencionadas, nenhuma formação prática, hoje em dia, a luta armada e existe um amplo consenso entre as forças mais avançadas sobre a necessidade de disputar maiores espaços políticos no quadro democrático.

É paradoxal que, no Chile, onde no passado essa forma de combate teve raízes fracas, ainda subsistam partidários da insurreição armada. Como as condições são adversas, essa postura teórica tem pequena aplicação prática. O governo ditatorial, porém, tem interesse em afirmar que existe o perigo de uma "insurreição comunista" para aterrorizar as classes altas e tornar o exército coeso. Para isso, projeta uma imagem agigantada desse adversário, usando os meios de comunicação de massas, submetidos a um rígido controle. O problema da unidade não alcança apenas aquela divergência estratégica. Entre aqueles que concordam em resistir com métodos pacíficos, há discrepâncias difíceis de entender e que, em todo caso, deveriam se subordinar em função da luta contra o inimigo principal.

É um fato concreto que nos demais países que se libertaram dos regimes da segurança nacional, as forças políticas — conservando intatas as suas particularidades ideológicas e programáticas, como não poderia deixar de ser — não mostraram divergências tão manifestas como no caso chileno. Dito de outra forma, a disputa interpartidária não impedia a convergência na luta contra o inimigo comum.

Naquilo que se refere às forças progressistas, talvez o exemplo mais claro dessas afirmações seja o caso uruguaio.

A Frente Ampla é a coalizão dos partidos de esquerda e, a partir de um ponto de vista ideológico, sua composição é mais complexa que a do seu homólogo chileno. De fato, na Frente Ampla uruguaia coexistem democrata-cristãos e marxistas, sendo que esses últimos estão separados em vários partidos. No âmbito daquela que tinha sido a Unidade Popular chilena, não há democrata-cristãos.

A Frente Ampla enfrentou momentos difíceis, como a proscrição do seu candidato presidencial, general Líber Seregni, e a proscrição do Partido Comunista. Mesmo assim, não só se manteve coesa como também estabeleceu formas de

coordenação com os dois partidos tradicionais, Blanco e Colorado.

Isso fez com que houvesse uma relação direta entre as convocações populares e o seu comando. Os dirigentes não apenas ostentavam uma frente unificada nas reivindicações fundamentais contra o regime — cada vez mais isolado, perplexo e dividido — como também podiam atribuir para si a plena e direta representação das multidões que inundavam as ruas de Montevideu para mostrar sua rejeição à cúpula militar.

Cabe também destacar que o comportamento das forças progressistas se mostrou correto e deu um resultado extraordinário. Os partidos de esquerda sofreram a repressão numa medida muito superior à das coletividades democráticas tradicionais. Seus dirigentes foram fisicamente aniquilados, encarcerados, exilados. Como resultado disso, nos 11 anos de ditadura, estiveram impedidos de atuar e, além do mais, na campanha eleitoral, uma parte desses quadros não pôde participar por se encontrar no exílio ou na prisão. Se somarmos a isso as proibições que a abalaram, talvez tivesse parecido natural que a Frente Ampla perdesse uma porcentagem não muito pequena em relação às eleições de 1971, realizadas num quadro de liberdades políticas. Aconteceu o contrário: em 1971, a Frente Ampla obteve 18% dos votos e, em 1984, aumentou para 21,7%.

Em política, as analogias não têm um valor absoluto e, por outro lado, nesse processo, contam-se outros fatores. Tanto no Brasil como na Argentina e no Uruguai, houve, no seio das forças armadas, alas internas que divergiam entre si. Não tinham um chefe que se impusesse às distintas frações e, mediante o sistema de reforma, as cúpulas militares foram se renovando.

Pinochet, em compensação, é um caudilho nos moldes franquistas. Afastou todos os oficiais que poderiam disputar com ele a influência sobre o exército e comanda sem oponentes, perpetuando-se como comandante.

Não há dúvidas de que esse controle, total e autoritário, da corporação militar, é um elemento chave que diferencia o caso chileno no Cone Sul. Isso, exatamente, exige maior unificação por parte da resistência contra a ditadura. Quanto maior o desafio, mais monolítica deve ser a resposta. Afinal de contas, as divergências entre os partidários da democracia chilena são pouca coisa em comparação com o abismo que as separa do regime militar.

Uruguai

Matéria de capa

A reconquista da democracia

Carlos Núñez, Eduardo Varela e Roberto Remo



Depois da avalanche eleitoral de 25 de novembro passado, os partidos uruguaios e a grande massa dos eleitores enfrentam agora a difícil tarefa de reorganizar um país desestruturado por 11 anos de ditadura militar. Começa um período em que a complexidade dos problemas exige um consenso mas, ao mesmo tempo, põe em evidência divergências de fundo sobre o tipo de sociedade que cada grupo político quer construir. Abre-se todo um campo novo cheio de desafios e com apenas uma certeza: a de que somente conseguirá crescer o setor que melhor refletir a aspiração de mudança revelada pela maioria do eleitorado uruaio.

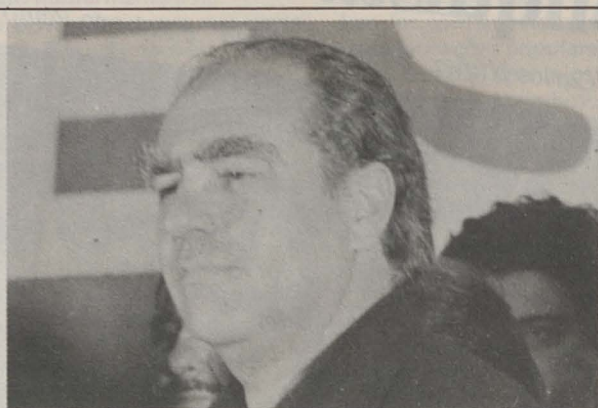
Os problemas de Sanguinetti

A 25 de novembro de 1984, pelo menos 90% dos uruguaios aptos a votar (um total de 2,1 milhões de cidadãos) deram finalmente seu atestado de óbito à ditadura militar instalada no poder desde 1973. A validade dessa conclusão — tanto mais indicativa se considerarmos a previsível dispersão dos setores minoritários, complacentes com o regime militar, que capitalizaram os restantes 10% — está baseada no fato de que a taxa de abstenção (cerca de 12%) abrange a rigor elei-

tores em potencial exilados, presos ou cassados, que, sem dúvida, teriam endossado, se tivessem podido fazê-lo, o esmagador veredito antiditatorial.

Poucas vezes como nesse caso, as cifras — com frequência, ambíguas, ou pelo menos, escorregadias — adquirem um claro significado. Em 1980, com uma porcentagem semelhante de comparecimento às urnas, 57,2% dos eleitores negaram sua aprovação ao projeto de reforma constitucional proposto pelo regime, que implicava, entre outras coisas, perpetuar o poder militar no âmbito das decisões políticas do Estado. Dois anos mais tarde, nas eleições internas dos partidos então permitidos (Partido Colorado, Partido Nacional e União Cívica), apenas 200 mil votos, em um total de quase 1 milhão 250 mil, representaram um apoio aos setores mais próximos do regime. As eleições gerais do dia 25 de novembro passado acabaram por dissipar todas as dúvidas e toda eventual especulação: independentemente de sua opção por um ou outro setor partidário, a população uruguaia votou quase unanimemente contra a ditadura militar.

Tecnicamente, como reconheceram todos os partidos envolvidos, essas eleições foram limpas,



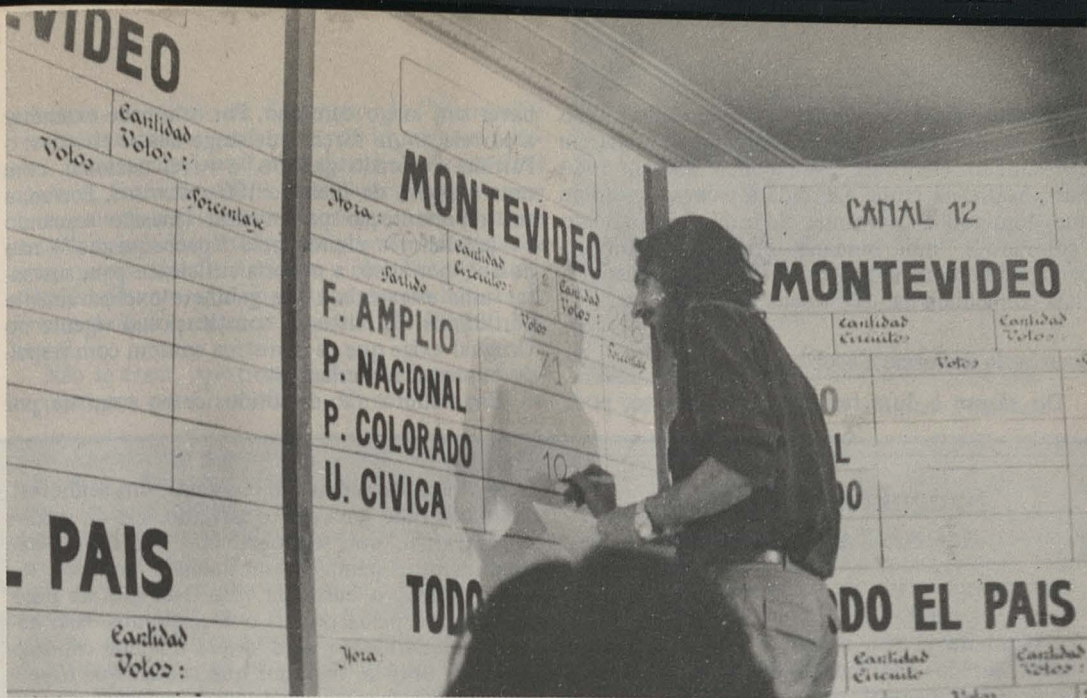
O presidente eleito nas últimas votações não só vai herdar a crise econômica mais séria da história recente do país como terá de negociar problemas como anistia e salários, para não falar do desafio de tornar irreversível a volta dos militares aos quartéis

isentas de maiores irregularidades. Sem dúvida, porém, o processo prévio à votação em si, esteve viciado por mil e uma formas de manipulação e interferências governamentais. O exemplo mais claro nesse sentido foi dado, obviamente, pela prisão de Wilson Ferreira Aldunate e a cassação de Liber Seregni, o que impediu o Partido Nacional e a Frente Ampla de lançarem seus “candidatos naturais” à presidência da República. A tardia descassação da própria Frente, de caráter parcial — o

Partido Comunista e outros grupos de esquerda, além de mais de cinco mil militantes frente-ampistas, continuaram impedidos de votar ou serem votados —, representou também uma flagrante limitação à participação em igualdade de condições de todos os partidos no ato eleitoral.

A manipulada propaganda que cercou todo o processo da volta, julgamento e prisão de Ferreira Aldunate, e aquela que — uma espécie de verdadeiro terrorismo verbal — foi orquestrada para apresentar o Partido Comunista, e a Frente Ampla em geral, como responsável pela violência vivida no país uma década atrás, desempenharam também seu papel na campanha. Também foram exploradas de uma ou outra maneira, pelo Partido Colorado, apesar de seu declarado propósito de manter a unidade da frente oposicionista.

Mas as regras do jogo surgidas do chamado “Acordo do Clube Naval” — resultado da negociação entre os comandos militares e representantes do Partido Colorado, da Frente Ampla e da União Cívica, que abriu o caminho das eleições — foram, de fato, aceitas por todos, inclusive pelo Partido Nacional, que havia se marginalizado dessas negociações e que baseou boa parte de sua campanha



Cômputo geral: uma expectativa que terminou na madrugada do dia seguinte, com nítida vantagem do Partido Colorado

eleitoral em ataques contra o "pacto".

É inegável que, em tal contexto, a candidatura de Julio María Sanguinetti aparecia com maiores possibilidades de vitória frente às demais forças. O próprio Ferreira Aldunate, em carta enviada ainda na prisão, se referiu ao acordo do Clube Naval como "pacto Medina-Sanguinetti" (em alusão ao mais conhecido dos negociadores militares, o tenente-general Hugo Medina, comandante-em-chefe do exército). E outros dirigentes "blancos" — como são chamados popularmente os integrantes do Partido Nacional — alegaram reiteradamente que a vitória do candidato "colorado" representaria um "continuismo" do regime.

Outro fator que eventualmente distorceu a decisão popular foi apenas insinuado pelos "blancos", mas não seria de todo desprezível, embora admita ângulos por demais polêmicos: trata-se do voto dos efetivos policiais e militares. Os soldados profissionais adquiriram direito ao voto por disposição da Constituição de 1967 (e efetivamente já haviam exercido esse direito nas eleições nacionais de 1971); posteriormente, o próprio regime assegurou que os integrantes das chamadas forças conjuntas — forças armadas mais polícia — não participariam em futuras eleições. No final das contas, porém, os regulamentos eleitorais ditados pelo governo militar restituíram aos efetivos armados o direito de voto, o que deu margem a não poucas especulações sobre seu eventual peso em favor do Partido Colorado, particularmente de seu setor mais conservador, liderado por Jorge Pacheco Areco. Pela legisla-

ção eleitoral vigente no Uruguai (a sublegenda), Pacheco somava seus votos ao Partido Colorado (incidência que bem poderia ter sido decisiva na perda da Prefeitura da capital pela Frente Ampla, por uma diferença de só 18 mil votos).

Os ataques contra a Frente Ampla, que davam particular peso à sua suposta convivência com setores "violentistas" (denominação aplicada à chamada "sedição" do MNL-Tupamaros) não chegou a atingir níveis parecidos aos de 1971, para desgosto de muitos caçadores de bruxas. Para essa limitação, contribuiu uma maior maturidade da opinião pública, menos disposta do que antes a dar credibilidade a tais acusações. "Onze anos de ditadura — afirmou um comentarista — ensinaram às pessoas de que lado realmente vem a violência".

Porém, também foram decisivas, a esse respeito, a atitude "pacífica e pacificadora" definida e assumida pelo general Liber Seregni, desde o momento em que foi posto em liberdade, tanto quanto as declarações do líder tupamaro Raúl Sendic. Do presídio de *Libertad*, Sendic divulgou a sua opinião, através de seu irmão, no sentido de que "a situação não é a mesma de há 12 anos", e por isso "devemos nos integrar à luta política".

Porém, mesmo levados em conta os condicionamentos apontados, todos os setores reconheceram a vitória de Sanguinetti como expressão válida da soberania. É que talvez haja uma explicação mais adequada para sua eleição, acima de qualquer reserva: os uruguaios optaram por deixar a ditadura para trás pelo caminho aparentemente menos

conflitivo e mais "prudente" (um conceito citado tanto por Ferreira como por Seregni, ao avaliarem o resultado eleitoral). Essa conclusão, em todo caso, avalizaria como acertada a palavra-de-ordem que dominou a campanha eleitoral do candidato "colorado": "uma mudança em paz". A própria palavra-de-ordem indica que todas as forças políticas coincidiam na necessidade de mudar.

Correlação de forças e acordos

Do *slogan* à dura realidade, no entanto, pode

haver um longo caminho. Por ora, cabe examinar a correlação de forças que surge dessas eleições: o Partido Colorado ganhou, a nível nacional, com uma margem de mais de 100 mil votos. Porém, a sua representação parlamentar (mesmo somando os legisladores eleitos pelo "pachequismo") não possui, por si só, a maioria suficiente para sustentar uma estratégia e um gabinete exclusivamente partidários. (O sistema constitucional vigente no Uruguai exige que os ministros contem com respaldo expresso do Parlamento.)

Em assuntos tão discutidos como a anistia, por

Sanguinetti e Ferreira: acordos e desacordos

□ Embora já não sejam as únicas, o Partido Colorado e o Partido Nacional continuam sendo duas forças decisivas na vida política uruguaia. A espetacular vitória do primeiro e a quase derrota do segundo nas eleições de 25 de novembro do ano passado poderiam antecipar dois tipos de situações: o acordo tácito ou expresso, em alguns casos, ou o confronto explosivo, em outros. Ambas as possibilidades podem ser observadas através das respectivas opiniões de seus líderes (Julio María Sanguinetti, o presidente eleito, e Wilson Ferreira Aldunate) sobre alguns temas que não podem ser ignorados no futuro imediato do país. Em outras páginas desta mesma edição, podem ser encontradas as opiniões que, sobre esses temas, o líder da terceira força política importante na cena uruguaia, Liber Seregni, presidente da Frente Ampla expressa.

Consenso

Sanguinetti:

(...) Pensamos que uma oposição sistemática ou uma situação de confronto demasiado duro entre os partidos seria enfraquecer a democracia. Acreditamos na política de consenso, buscando no entendimento coincidências possíveis de serem alcançadas. E nós, os quatro candidatos à presidência na disputa eleitoral, assinamos uma declaração, a 16 de novembro, na qual fazemos um balanço de nossos acordos e colocamos também alguns desacordos que naturalmente existem. (...) O consenso terá que ser, já, uma modalidade da gestão do Estado, ou seja, uma participação ativa dos diversos setores empresariais, sindicais ou sociais em um âmbito institucional do Estado.

Ferreira:

(...) Procuraremos um consenso, sim, senhores! Faremos tudo para que o governo seja de unidade nacional, sim, senhores! Mas não haverá entendimento, nem haverá unidade conosco se, para obtê-la, o custo da crise tiver que ser pago novamente pelos pobres e necessitados. Não haverá entendimento nem haverá unidade conosco se, para obtê-la, tivermos que aceitar que o país se submeta de joelhos a ditames impostos por políticas econômicas recessivas, que signifiquem aumentar a dependência da pátria e a miséria do povo. E não haverá unidade nem entendimento conosco se, para conseguí-la, tivermos que supor que as prisões continuem com as grades fechadas, impedindo a liberdade de muita gente que está encarcerada por ter pensado diferente.

Anistia

Sanguinetti:

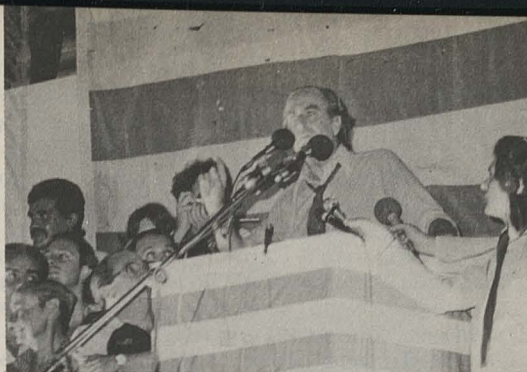
(...) Uma Lei de Anistia deve abranger aquelas pessoas que, embora pertencendo a organizações guerrilheiras que, por meio da violência, pretenderam a destruição das instituições democráticas antes de 1973, possam estar amparadas pela Lei de Anistia desde que não tenham cometido delitos contra a pessoa humana, delitos de sangue, homicídios ou outro tipo de situações. A diferença que existe entre os partidos se baseia nessa última situação (...). Deve haver um tratamento especial que considere quem recebeu maus tratos e quem, durante todos esses anos, não foi tratado como um preso comum, conforme manda a Constituição e a Lei. Mas essa situação deve ser tratada como um ato de generosidade da sociedade, que pode levar a um indulto, mas não como um ato de esquecimento da sociedade, que pode levar à eliminação de um delito que realmente existiu.

Ferreira:

(...) Nós vamos votar — e sabemos que não va-

exemplo, os votos, no Congresso, de "blancos" e frentistas somados podem, se não impor seus critérios, pelo menos travar uma dura batalha nas duas câmaras. E ainda restaria considerar outra vertente de expressão e pressão política que, neste Uruguai renascido para a participação popular, já adquiriu uma transcendência decisiva: a mobilização, a atividade militante, que constituem armas básicas da Frente Ampla e, em certa medida, do Partido Nacional.

Não se trata, com certeza, de vaticinar confrontações nem prever conflitos. Tirar o Uruguai da



Ferreira, pouco depois de recuperar a liberdade

mos ser somente nós a votar — uma anistia geral e irrestrita. Isso de "libertar os presos por lutarem" já seria excelente, mas a coisa vai muito mais além. É preciso libertar os que foram presos por lutar, os presos que tinham um primo que lutou, os presos por equívoco e os presos... (...) E ainda vêm dizer a mim que o remédio da justiça não é a anistia? Que a anistia só pode ser aplicada para aqueles que não tenham cometido delitos de sangue? Mas afirmar isso é dizer que não haverá anistia para ninguém, porque se alguém não cometeu delito de sangue, como pode estar preso há 14 anos? (...) Então, nesse assunto, é necessário optar. E optar de forma muito clara: é a anistia ou é a mentira (...). E nós vamos fazer ao governo o maior dos favores: vamos tratar de construir a maioria parlamentar que contará, naturalmente, com nossa cooperação e com a de outros setores da vida nacional para que o novo governo inicie sua gestão sem presos políticos, sem os presos da vingança, com as pessoas em liberdade. Ninguém nunca pôde construir o destino nacional com base na prisão de pessoas, quais quer que sejam as circunstâncias.

Regulamentação sindical

Sanguinetti:

(...) O país deve dar a si próprio um estatuto que consolide a vida sindical, que reconheça o foro sindical, que ampare e proteja o que é esse setor tão importante da vida institucional (...). Se os partidos políticos têm uma regulamentação legal de suas vidas (...), não há nenhuma razão para que não ocorra o mesmo com a vida sindical. Não imaginemos o sindicato como uma instituição marginalizada dentro da sociedade, mas como algo que, por direito próprio, exerce um conjunto de direitos que implicam, naturalmente, obrigações (...). Pensamos que o fato de que haja garantias democráticas na vida interna dos sindicatos não pode preocupar a nenhum sindicalista.

Ferreira:

(...) Não estou convencido da necessidade de regulamentar a vida sindical. Cada vez que se tentou, chegou-se a um fracasso, porque não se pode limitar o fato social a uma regulamentação. Claro que é bonito afirmar que a greve só é válida se for declarada pela maioria, obtida mediante votação secreta. Mas se não for dessa maneira e ainda assim a greve ocorrer, a greve está aí e não se pode suprimi-la porque a lei a declara ilícita, porque essa é a realidade social. Aqui, já temos experiência disso.

A crise

Sanguinetti:

(...) Devemos prevenir-nos contra a hiperinflação. Fazer aumentos nominais de pensões e salários, acima das possibilidades de reativação econômica, serão simplesmente aumentos que, em um primeiro momento, parecerão beneficiar o salário real mas, depois, vão acarretar a sua queda (...). Não estou colocando o clássico dilema de crescer primeiro e distribuir depois, porque isso é uma falácia que tantas vezes se montou e não significou nada. O que digo é que é preciso entender que a distribuição sem crescimento pode ser simplesmente distribuição equitativa da miséria ou uma mera ilusão.

Ferreira:

(...) O país não tem futuro se não perceber que deve modificar profundamente seu mecanismo produtivo para enfrentar a maior crise de sua história. E que a crise econômica está acompanhada de uma crise social que não apenas já é de uma intensidade desconhecida, como também crescerá vertiginosamente com o passar dos dias e dos meses e, talvez, dos anos (...). Eu acho que todos os partidos políticos do país esqueceram, ao esboçarem suas táticas, sua estratégia eleitoral, a profundidade da crise que está atingindo o país. Tenho certeza de que fomos os únicos que atribuímos à crise uma profundidade tão tremenda, que põe o país à beira de um vulcão.

grave crise em que se acha mergulhado só pode ser tentado a partir de uma unidade básica das forças políticas e sociais. O próprio Julio María Sanguinetti se apressou em ratificar, uma vez conhecido o resultado das eleições, seu propósito de integrar um governo de "unidade nacional", e tanto o Partido Nacional como a Frente Ampla (com reservas por parte de Seregni, em relação à expressão usada pelo presidente eleito) já declararam sua disposição de colaborar com o novo governo. Isso não significa, necessariamente, ocupar cargos públicos, como anunciaram certos cronistas políticos. O setor de Pacheco Areco, por sua vez, divulgou sua vontade de "fortalecer a unidade partidária", o que, em seu caso, significaria, com toda certeza, alguma forma de partilha de postos.

De fato, a busca de acordos para levar adiante uma ação unitária de governo começou a ser orquestrada muito antes das eleições: primeiro, com a Multipartidária (à qual a Frente Ampla se integraria desde a libertação de Seregni e da qual se marginalizaria o Partido Nacional, em consequência da negociação com os militares decidida pelas forças restantes); posteriormente, através do chamado "Acordo Nacional Programático" — popularizado pela sua sigla, Conapro — no qual, aos setores políticos se somaram representantes sindicais do PIT-CNT (a central sindical uruguaia), delegados dos sindicatos patronais, dos estudantes nucleados na Asceep-Feuu, da Fucvam (cooperativas para construção de moradias) e do Serviço de Paz e Justiça (Serpaj).

Os acordos concretos conseguidos antes do dia 25 não foram muitos nem espetaculares, mas só o fato de se sentarem, em torno de uma mesa, seto-

res de interesses e posições tão díspares sobre assuntos substanciais para a vida do país, foi saudado como auspicioso por todos os participantes e pela opinião pública uruguaia. Nesse quadro, as conversações entre sindicatos e associações patronais, em termos de ajustes salariais, chegaram a um ponto morto, interrompendo-se durante os dias imediatamente anteriores e posteriores às eleições. Agora confia-se em que possam ser retomados.

As divergências econômicas

A posição dos "colorados", em matéria econômica, aponta para o impulso à produção com vistas a incrementar as exportações, como forma de conseguir uma reativação econômica capaz de frear a inflação e recuperar o valor aquisitivo dos salários. Esse impulso produtivo, no entanto, só poderia ser conseguido — e Sanguinetti disse isso com todas as letras — à custa de se aumentar ainda mais a dívida externa. Por sua vez, a Frente Ampla defende um reajuste imediato dos salários, que permita se chegar à reativação através de um aumento do consumo interno e um consequente incremento da produtividade. Da parte dos "blancos", cabe citar a recente declaração de Ferreira Aldunate no sentido de que não acompanhará medidas de reativação que permitam "fazer pesar as consequências da crise sobre os mais necessitados".

Se o tema econômico é um dos principais obstáculos na busca de um consenso (os economistas do Conapro, diz-se, concordam com o diagnóstico e com os objetivos, mas diferem quanto aos instrumentos), o mesmo ocorre com o problema da libertação dos presos políticos. O Partido Nacional

A política externa do novo governo

☐ Sanguinetti e o Terceiro Mundo

"Nós temos defendido uma política ativa de relações com todos os países do Terceiro Mundo com os quais temos mantido relações históricas e com os quais vamos manter relações no futuro. O ingresso ou não no Movimento dos Países Não-Alinhados dependerá de circunstâncias ainda não definidas nesse momento. Não há dúvida nenhuma de que a causa dos países do Terceiro Mundo nos diz respeito, basicamente a partir da integração da América Latina, que para nós é um objetivo absolutamente prioritário e fundamental."

Sanguinetti e a CEE

"Para nós, é fundamental a relação com a Comunidade Econômica Européia e com os países da Europa. Não há dúvida alguma que eles são o nosso principal cliente: a nível individual, o principal cliente do Uruguai é a Alemanha; a nível coletivo, é a Comunidade Econômica Européia. Mas também é nosso principal concorrente. Por exemplo, quando a América Latina exporta 200 milhões de laticínios e temos que enfrentar a concorrência da CEE. Você me dirá que eles têm o direito de defender os seus laticínios e eu o respeito. O que eu digo é que é preciso defender o direito dos nossos produtores de leite e que nós somos uma área subdesenvolvida do mundo e os países da CEE são uma área desenvolvida (...). Nós somos exportadores de produtos primários e a Comunidade é exportadora de produtos de alto nível tecnológico."

e a Frente Ampla propõem a necessidade de conceder uma anistia geral e irrestrita. O Partido Colorado sustenta que a anistia só deveria abranger os presos "por ideologia" e não os responsáveis por "delitos de sangue", os quais se veriam beneficiados, paulatinamente e de forma individual, pelo indulto ou graça, cuja concessão é faculdade exclusiva do presidente da República. Os alcances dessa disparidade de opiniões podem resultar tão explosivos, que inibem toda tentativa de nos adiantarmos aos acontecimentos.

O peso das forças sociais

Duas semanas depois das eleições, uma proposta de Sanguinetti chegou a encrespar um pouco as águas sobre as quais o consenso procura navegar: ao passar a "institucionalizar o consenso", defendia-se que a Mesa Executiva do Conapro fosse integrada exclusivamente por representantes partidários, com um segundo nível, do qual participariam também os atuais membros da Mesa, sindicatos e patrões, relegando finalmente, a "comissões de consulta", os representantes dos estudantes, cooperativistas e de organizações de direitos humanos. Diante da oposição da Frente Ampla e do Partido Nacional, chegou-se finalmente a um acordo, pelo qual se mantém a estrutura atual, integrando uma espécie de "multipartidária" paralela, exclusivamente política, no mesmo nível da Mesa Executiva.

Segundo alguns observadores, a proposta teria revelado a inquietação de Sanguinetti de que a autoridade política lhe escape das mãos ou acabe sendo questionada pelas forças sociais integradas no próprio Conapro.

Esse dilema, entre a necessidade de contar com um consenso político e, simultaneamente, o temor dos alcances que este adquira talvez seja a mais aguda das contradições internas que o candidato vencedor terá de enfrentar nos dias futuros.

As recomposições internas

Na hora das avaliações do resultado eleitoral, não só Sanguinetti teria de se ver às voltas com problemas que requeriam uma solução urgente.

Os analistas coincidem em apontar que, a nível do Partido Nacional, a experiência pré-eleitoral e o resultado das eleições constituíram experiências indiscutivelmente traumáticas. Ao sair, finalmente, de sua prisão, do quartel da localidade de Trinidad, Wilson Ferreira Aldunate deparou com uma realidade ambivalente: um partido que lhe era incondicional e fervorosamente fiel, mas que havia ficado dizimado pela oposição entre a "prudência" dos uruguaios ansiosos por desfazer-se sem dor da ditadura e o aparente radicalismo de seus representan-



As ruas de Montevidéu mudaram com a proximidade da eleição. Agora, o presidente eleito enfrenta vários desafios

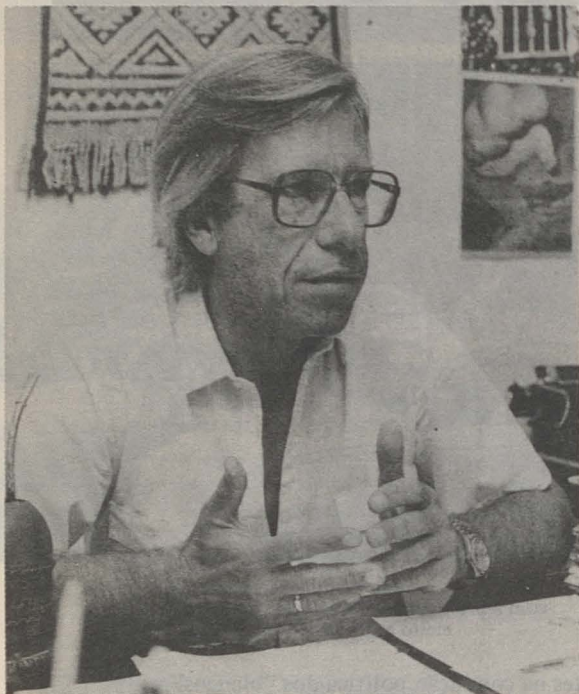
tes na condução política dos "blancos".

O dirigente assumiu o desafio: "perdemos a direita" admitiu, mas "estamos na rua". Wilson prometeu seu apoio ao governo eleito, mas procurou delinear, vez por outra, alguns limites e condições desse apoio.

Ferreira parece enfrentar uma alternativa bastante difícil: se "perder a direita" e buscar o apoio de alguns setores da base da Frente Ampla, implica assumir, em todos os sentidos, uma opção radicalizada para a esquerda, terá que travar sua batalha contra a Frente, procurando captar novos militantes no mesmo terreno que ela. De fato, uma concorrência dessa natureza seria, sem dúvida, uma

Uma interpretação da proposta econômica do Partido Colorado

□ Em uma análise, para cadernos do terceiro mundo, das propostas do partido que assumirá a direção econômica do país, a partir de março de 1985, sob a presidência de Julio María Sanguinetti, Danilo Astori, integrante da equipe de economistas ligados ao general Seregni, ex-decano da Faculdade de Ciências Econômicas e assessor de organismos das Nações Unidas, declarou que o programa do Partido Colorado mostra um projeto de país onde “se pretende tirar o Uruguai da sua estagnação sem introduzir nenhuma mudança estrutural”.



Astori: “insiste-se em soluções fracassadas”

“No sistema financeiro e no mercado de câmbio, que é onde mais se deveriam introduzir reformas substanciais, o Partido Colorado propõe recorrer a controles do Banco Central, que já estiveram em vigor e não foram eficazes para evitar o processo de estrangeirização progressiva e cada vez mais profunda da atividade financeira. E mais: esses controles acabaram transformando-se em um veículo claríssimo de fuga de capitais para o exterior. Na questão salarial e de emprego, que

foi o que mais se deteriorou nos últimos anos, não existem no programa pautas claras: só se fala, em seus documentos, da reativação produtiva e da expansão do emprego dando-se ênfase ao aumento da exportação, como pré-requisito a todo plano de recuperação do poder aquisitivo dos salários. Quanto à dívida interna e externa, tampouco se definiram linhas precisas sobre que tratamento dar a ela. Não vi nenhum documento do Partido Colorado que coloque a dívida como consequência e não como restrição prévia à reativação interna. Antes, seus técnicos e políticos sempre trataram o tema da dívida externa como uma restrição *a priori* a toda possibilidade de recuperação.”

Os entendimentos e o programa

“Nos compromissos assumidos com o resto dos partidos políticos e as organizações sociais e sindicais o Partido Colorado concordou em dar prioridade ao tema salarial, à necessidade de ter taxas de juros positivas e não as altíssimas que o país suporta hoje em dia; concordou em eliminar os movimentos especulativos de capital originados na manipulação das divisas no campo interno e internacional, assim como também aplicar critérios seletivos para a dívida interna e condicionar o tratamento da dívida externa aos programas de reativação.

“Mas, em seu programa, não existem medidas que possam assegurar o cumprimento do que foi resolvido em acordo. Talvez ainda seja muito cedo para afirmar isso. O país está vivendo uma etapa de contatos permanentes a nível da cúpula política, e, além disso, a composição do Parlamento impõe certo realismo à gestão de Sanguinetti.”

A interpretação da crise

“Para alguns setores políticos do país — dentre eles uma boa parcela do Partido Colorado — a ditadura sobrevive no Uruguai por motivos e causas muito diferentes das que o movimento popular considera. Não há, por exemplo, nessa interpretação, um encadeamento entre a ditadura e a crise do país a longo prazo. Esses setores aceitam, na verdade, uma relação causa-efeito mais conveniente, deturpada e parcial e, portanto, equivocada, entre a ditadura e o antagonismo social. Com essa interpretação do fenômeno autoritário, uma força política como o Partido Colorado, naturalmente defende no seu Programa de Princípios, a construção de um futuro que em grande parte significa voltar a soluções fracassadas.” (E.V.)



Flagrante do comício que marcou o fim da campanha eleitoral da Frente Ampla, agora convertida na segunda força eleitoral de Montevideu

ajuda imponderável para Sanguinetti (pois lhe deixaria todo o resto do leque político ao seu dispor). Talvez uma ajuda muito maior que a promessa de facilitar-lhe a "governabilidade" do país.

Por mais que desagrade ao líder do Partido Nacional, essa concorrência não parece preocupar excessivamente a Frente Ampla: seus problemas são outros. O primeiro que os frente-amplistas tiveram que neutralizar foi a decepção e o eventual desânimo de seus militantes pelo fato de terem perdido a prefeitura de Montevideu, meta que já consideravam segura. Mas a Frente Ampla obteve 400 mil votos (100 mil a mais que em 71, apesar de ter sido duramente golpeada durante uma longa década e reaparecido publicamente apenas três meses antes das eleições) e se constituiu na segunda força eleitoral em Montevideu, além de seu significativo crescimento no interior do país, um ambiente conservador que não lhe é, naturalmente, propício.

Seu objetivo imediato terá de ser, sem dúvida, transformar aquela apenas aparente frustração eleitoral em uma dinâmica militante que encontrará seu campo de ação natural nos Comitês de Base, a "arma secreta" da Frente, através de uma efetiva participação que não se limite aos períodos eleitorais. A representação das bases na direção da Frente Ampla teria de ser instrumentada — como reconhecem todos os setores integrantes da coalizão —

a partir das conclusões saídas do Encontro de Comitês de Base, realizado a 15 e 16 de dezembro passado.

Mas há outra necessidade que diz respeito à própria direção: no momento de sua fundação, o Plenário da Frente se instrumentou com base em representações com uma determinada quantidade de votos para cada força, segundo critérios de representatividade política que eram, em boa medida, impossíveis de serem comprovados. Tendo em vista os resultados das eleições de 71, foi nomeada uma comissão encarregada de revisar a estrutura organizativa da coalizão e a representatividade dos seus integrantes. Essa comissão, que obviamente não conseguiu atingir seus objetivos nas novas e duras circunstâncias criadas pelo golpe de estado, deverá agora reiniciar seu trabalho.

O desafio maior, no entanto, consiste agora na coordenação, a nível nacional, de todas as forças políticas, com o objetivo de tirar o país da prostração, sem com isso renunciar ao projeto de mudanças em profundidade nas estruturas econômica, social e política. A forma como esse objetivo será alcançado (e não apenas a nível da Frente, mas de todos os outros setores) poderá enterrar definitivamente a ditadura, que já foi ferida mortalmente depois da avalanche de votos no dia 25 de novembro de 84. E terá que ser um enterro com todas as honras. (C. N.)

O papel da Frente Ampla

Pouco depois das eleições de 25 de novembro passado, o ex-general ("ex" por decisão do regime, embora todos continuem chamando-o de general, mais expressivamente "o general do povo") Liber Seregni conseguiu abrir um espaço em sua agenda ocupada, para receber cadernos do terceiro mundo. A entrevista não só serviu para traçar um balanço das eleições e de seus resultados do ponto de vista da Frente Ampla (coalizão da qual Seregni é presidente e candidato natural,

proscrito por decisão da chamada Justiça Militar), mas também para examinar alguns assuntos e movimentos políticos que deverão pautar a vida do Uruguai nos próximos meses.

Como avalia as eleições?

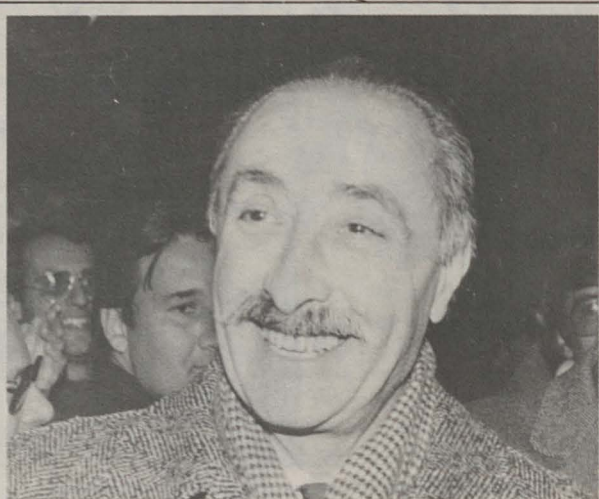
— As eleições foram uma festa, que começou 24 horas antes. O povo sentiu que estava vivendo um momento histórico transcendente e começou a festejar na rua à ruptura definitiva da ditadura.

O resultado é — acima das ambições partidárias — um fiel reflexo daquilo que o povo decidiu. As eleições foram limpas: refiro-me ao seu processo, além das limitações prévias conhecidas.¹

Quando as sociedades saem de duras provas, buscam segurança. Isso foi o que se viu no Uruguai. Mas também foi uma demonstração arrasadora do sentimento do povo sobre a ditadura e aqueles que foram complacentes com ela. Noventa por cento do eleitorado votou contra esses setores.

E quanto ao desempenho da Frente Ampla?

— Nossa Frente não venceu, mas conseguiu avanços significativos. Depois de onze anos de



O presidente da coalizão de esquerda, general Liber Seregni, analisa o processo democrático que ora se inicia

clandestinidade e perseguição, com apenas quatro meses de vida legal, conseguiu o que conseguiu. Perdemos (a Prefeitura de) Montevideu por uma pequena margem, explicável por erros táticos, mas nos convertimos na força decisória, o que já éramos durante 1984. Inclusive a saída institucional foi protagonizada pela Frente Ampla, que apontou o caminho para superar a situação. É impossível governar o Uruguai sem a aquiescência ou a participação da Frente.

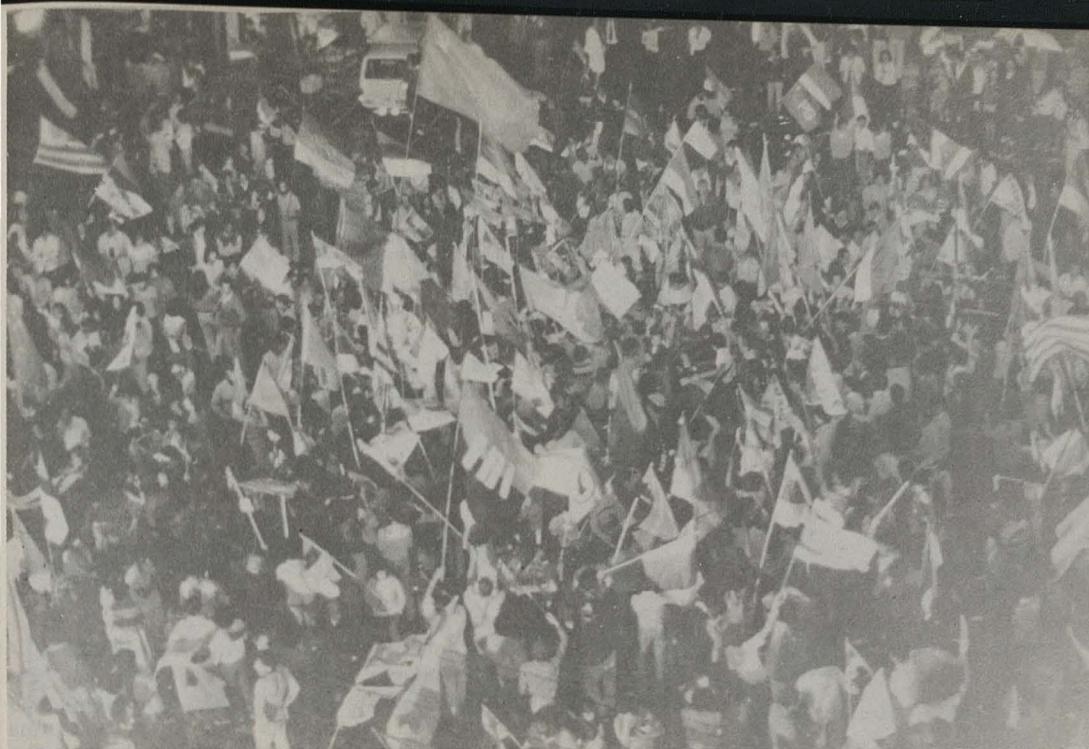
A necessidade de acordos interpartidários

O novo esquema político uruguaio, com três grandes forças e não duas como era tradicional, deu lugar a diversas interpretações. Para os "colorados", o resultado eleitoral significa que 70% do eleitorado apoiou o pacto do Clube Naval², entre as forças armadas e os partidos. Para os "blancos", que para isso somaram seus votos aos da Frente, 60% dos eleitores votaram por uma mudança. A que lado devem somar-se os votos da Frente Ampla?

— Essas divisões têm um valor relativo. Se se referem ao acordo, este foi apoiado por todos. É

¹ Refere-se à proscrição da candidatura natural do Partido Nacional que teria sido Wilson Ferreira Aldunate, preso e libertado dias após as eleições, à proscrição dele próprio e a de vários partidos, entre os quais o PC, todos eles integrantes da Frente Ampla. (N. da R.)

² No Clube Naval, se desenvolveram as conversações, entre as forças armadas e os dirigentes políticos civis, que permitiram chegar aos acordos que asseguraram a realização das eleições.



muito claro. O festejo do dia anterior foi de todas as tendências, incluindo os "blancos". (N da R: que não participaram das negociações por vontade própria). O povo queria sair da ditadura e o acordo era o único caminho.

Se se refere à mudança — os que a desejavam ou não —, há também algo de enganoso em sua formulação. Nós apresentamos, de fato, um programa de democracia avançada. O Partido Nacional também tem um programa avançado — não tanto como o nosso — e o Partido Colorado é mais conservador em termos relativos, mas seu projeto não é conservador. E aqui entra a tendência da sociedade à segurança, a que me referia.

O problema das mudanças é dinâmico. Depois de ter tomado a iniciativa, hoje estamos na espera estratégica, para usar um termo militar. O movimento tem que ser feito pelo presidente eleito Julio María Sanguinetti.

Mas os fatos demonstraram, em definitivo, o acerto de nossa linha. O entendimento interpartidário continua vigente e é a única forma de superar a crise político-institucional e a crise econômico-social. Não podemos superá-las sem consenso e acordo. Essa é a única certeza. Devemos decidir logo que órgãos serão criados para dar continuidade ao entendimento. A *Multipartidária*³ fechou seu ciclo histórico ao alcançar a transição política.

³ *Multipartidária* foi o nome dado aos entendimentos sistemáticos entre os diferentes partidos uruguaios e que surgiu no último ano da ditadura.

Fotos: Beatriz Bissio



"A nossa Frente Ampla não venceu, porém conseguiu avanços significativos, depois de 11 anos de clandestinidade e perseguição"

Agora se abre uma nova etapa. A *Intersocial*,⁴ como espaço de discussão das forças sociais — trabalhadores organizados, estudantes, cooperativas e outros — deve ser mantida, porque é um grande elemento mobilizador de massas e nós continuaremos a apoiá-las.

A 15 de fevereiro próximo, o Poder Legislativo assume. O espaço do entendimento se transfere para o campo político e terá que implementar os órgãos e comissões de entendimento a nível dos

⁴ *Intersocial* é o órgão correlato, do qual fazem parte as organizações sociais, sindicais, estudantis etc.



"Camelôs" de broches com insígnias políticas: presença maciça em Montevidéu, às vésperas das eleições

institutos contemplados na Constituição, seja o Conselho de Economia Nacional, seja o Escritório de Planejamento e Orçamento. O importante é que, pelo caminho da lei, se reconheça e implemente a participação dos operários organizados, dos estudantes etc. Este é o avanço.

Um governo de entendimento nacional

A proposta do presidente eleito Julio María Sanguinetti de formar um governo de unidade nacional é o grande tema político do momento, mas a opinião pública está mais informada sobre as divergências do que sobre as coincidências, por exemplo, sobre anistia e sobre política econômica. É possível a unidade nacional com diferenças tão notórias?

— Normalmente, se associa governo de unidade nacional com coparticipação. Por isso, eu falo de governo de entendimento nacional. É preciso separar o substancial do formal. Para mim, o substancial é chegar ao consenso sobre as grandes linhas políticas. E o formal é como se estrutura depois o governo. Pode haver um gabinete monopartidário, como eu disse a Sanguinetti, e estabelecer-se o entendimento sobre objetivos e bases de programa.

A resolução do caso dos presos políticos é, para nós, prioritária no tempo. Eu disse ao presidente eleito que esse problema deve ser resolvido rapida-

mente. A pacificação exige a liberdade de todos os presos políticos. Eu disse ao dr. Sanguinetti que imaginasse, por um momento, um 2 de março (o governo assume no dia primeiro), sem que os presos tenham a sua situação resolvida. Vai haver gente na rua. E nós estaremos encabeçando.

De nada valeria adotar medidas econômicas se não conseguíssemos a pacificação. A parte instrumental pode ser resolvida sem que isso implique uma derrota do governo. A criação de um conflito (N. da R.: Em torno da forma de libertá-los: anistia geral proposta pela Frente Ampla e pelo Partido Nacional ou anistia parcial e indulto, proposta pelos "colorados") é cegueira política sobre o verdadeiramente importante, que é a liberdade dos presos.

E a nível econômico?

— Temos diferenças programáticas com o Partido Colorado e com o Partido Nacional, que, por sua vez, têm diferenças de nuances entre si.

Fizemos uma transição político-institucional. A crise econômica deverá ter sua transição também. Quando se sai de uma ditadura por caminhos revolucionários, a economia pode sofrer transformações rápidas. Da forma como saímos e com o pronunciamento eleitoral, não esperamos mudanças de estruturas a 2 de março.

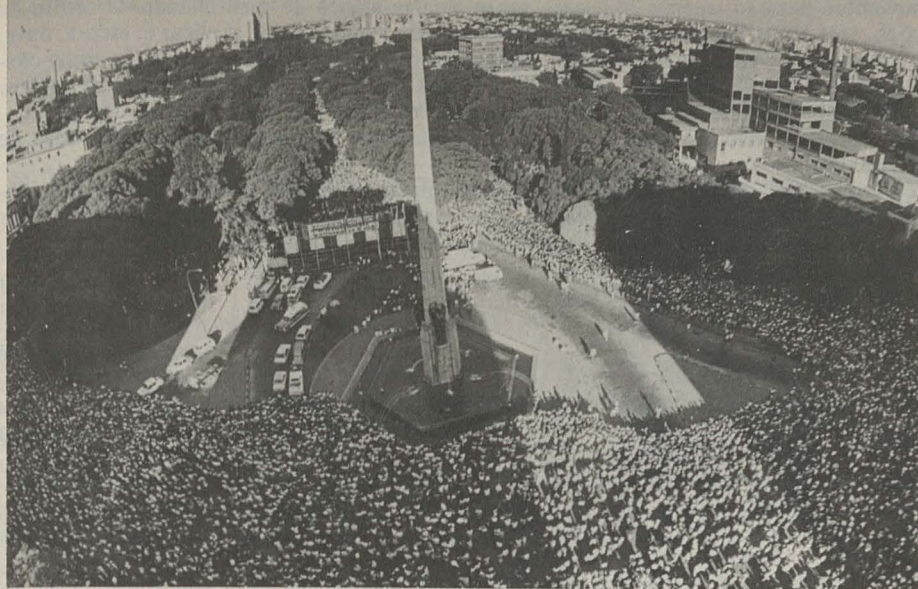
Contudo, sabemos que é necessário adotar medidas de emergência. Nós temos um plano de emergência. E há diferenças com o Partido Colorado. Mas a nível da comissão que elaborou o programa econômico de entendimento, se chegou a um consenso geral.

Damos ênfase à recuperação do poder aquisitivo da população, para recuperar o mercado interno como principal fator de reativação. O Partido Colorado — assim como o Partido Nacional — privilegia o setor exportador. Não é totalmente incompatível. O problema é a forma como vamos dar prioridade.

Nós queremos a estatização dos bancos e outras medidas profundas. Não pretendemos isso agora, mas exigimos um controle rígido do câmbio. Vamos ver em que termos e até onde nos aprofundamos.

As grandes diferenças estão no manejo da relação preço-salários, em como se recuperar o poder aquisitivo, em quem tem que sofrer primeiro o peso da crise. Porque esses são os interesses aos quais as formações políticas respondem.

Mas penso que podemos chegar a uma fórmula que permita sair da crise com a máxima economia de esforços. A situação é tão grave que não podemos desperdiçar um átomo de energia criadora em oposições. É necessário levar a democracia adiante. É preciso minimizar as tensões. Estamos dispostos a isso. Mas não podemos permitir que o



O ato de 27 de novembro de 1983: um marco na luta do povo uruguaio contra a ditadura, que reuniu quase meio milhão de pessoas

peso da crise seja pago pelas camadas assalariadas.

A possibilidade ou não de conseguir a pacificação social depende da política econômica que o novo governo adote. Não podemos "brincar" de democracia. Temos que afirmá-la.

Os comitês de base

Antes das eleições, anunciou-se que a Frente Ampla reestruturaria os órgãos decisórios da coalizão. Como se fará isso?

— Uma organização só serve se corresponder à realidade. A Frente Ampla é muito particular, além de ser única no mundo (N. da R.: Por incluir desde a democracia cristã até os marxistas-leninistas), é uma coalizão de partidos e movimentos políticos e cidadãos independentes. Partidos de longa história e uma grande massa de cidadãos que se definem apenas como "frente-amplistas".

E há um fenômeno que são os comitês de base. A Frente começou com a criação dos comitês de base. São uma criação do povo frente-amplista e dão vitalidade à Frente. É preciso reconhecer sua presença, levando as decisões das bases aos diferentes planos de decisão. Em todos os níveis. Assim e somente assim, a organização corresponderá à realidade.

Isso não pressupõe desconhecer os partidos, nem o caráter de coalizão da Frente, mas sim reconhecer a existência e a participação dessa massa que tem uma definição frente-amplista sem ter uma filiação partidária. Como se trata de um fenômeno novo, não há teoria. Nós estamos apenas

começando a construí-la.

E os votos dos partidos no plenário?

— As quantificações não podem se basear exclusivamente em critérios eleitorais.

Que outros critérios serão levados em conta?

— O de presença e militância. O peso relativo se decidirá por consenso. A meu ver, o plenário tem que ser mais numeroso. Creio que não deve haver uma pessoa com vários votos (para cada partido) mas a presença real de várias pessoas, em um organismo que, por ser mais numeroso, possa reconhecer melhor a pluralidade de partidos, grupos e representações de base.

"Somos uma força política, não eleitoral"

General Seregni, sua candidatura à presidência em 1989 já foi lançada. Nessa perspectiva, a Frente Ampla espera crescer só quantitativa ou também qualitativamente, incorporando novos setores dos partidos tradicionais que eventualmente se desliguem destes?

— A vida política e social é dinâmica. Nesses cinco anos, que serão críticos e difíceis, a Frente vai crescer por sua atividade didática e conscientizadora. Mas os fatos também podem levar a demonstrar, a setores e integrantes de setores dos partidos tradicionais, que sua inserção neles é uma farsa, que contradiz seus postulados. E dentro de seus princípios e programa, a Frente Ampla está aberta.

Somos uma força política, não uma força eleitoral. A 26 de novembro passado, apenas 24 horas depois das eleições, três tipos de pessoas vieram me ver. Muitos, sobretudo jovens, vieram chorando buscar consolo nos ombros de Seregni. Outros vieram me consolar, pensando que eu estava precisando. E um terceiro grupo veio me dizer que já estava trabalhando de novo.

Representantes do Comitê de Base a que eu pertencço, a duas quadras de casa, chegaram a me dizer que haviam varrido o local e haviam organizado para essa noite um ato a fim de conseguir fundos para pagar o aluguel do mês seguinte e para discutir o que fazer.

Que tarefa deve realizar agora a Frente Ampla?

— Como força protagonista, devemos alcançar algo que ainda não conseguimos: a mudança de mentalidade de nossos dirigentes e militantes. A esquerda em nosso país tem complexos que eu combato: o complexo de gueto e o de minoria. Temos que pensar em outros termos. A primeira coisa, aquela mesma que nos permitiu sair dessas etapas difíceis, é adotar resoluções. Normalmente, a esquerda espera que se adotem resoluções para criticá-las. E para ser opção de poder — como somos —, é necessário decidir, tomar iniciativas.

Vamos criar um grande movimento de massas sobre essa mudança de mentalidade. O centro da filosofia que vamos tentar explicar é: escuta, ouve, aprende a ouvir. Ouvirmo-nos entre nós como condição para poder ouvir e compreender os demais. Aprender quais são as necessidades das pessoas. Escutar para que haja diálogo e não imposição de idéias.

Para mudar o Uruguai, nós necessitamos computar nossos adeptos às centenas de milhares e não dezenas de milhares. E a curto prazo.

“Afirmar a democracia”

O autoritarismo está liquidado?

— A reação nunca está liquidada. Por isso, é preciso afirmar a democracia que conseguimos, eliminando todo tipo de fonte de distúrbio que a coloque em perigo, enquanto nos ocupamos em desarmar os aparelhos do autoritarismo.

Os aparelhos concretos — a organização de contra-informação, os grupos parapoliciais — e outros mais difíceis de desarticular, que são as fontes de interesses que ativam e criam os anteriores.

É finalmente, a luta para conquistar nossa segunda independência. Para cortar os vínculos, as cadeias da dependência. Essa é a grande luta. (C. N. e R. R.)

Jornal do País

Nas bancas

SEM MEIAS PALAVRAS, SEM MEIAS VERDADES.

Em cada edição, um Suplemento Especial de 8 páginas sobre a realidade brasileira.

Todas as semanas nas bancas. Distribuição nacional.

☐ Desejo receber gratuitamente um exemplar de arquivo do Jornal do País.

Desejo fazer uma assinatura semestral ☐ (Cr\$ 16.000,00); trimestral ☐ (Cr\$ 8.000,00).

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Estado: _____

Estou remetendo cheque nominal ou vale postal em anexo em nome da Editora Século Vinte Ltda., à rua da Lapa, 180 - grupo 1104/1106 - Tel.: 222-5771 - CEP 20241 - Rio de Janeiro.

A herança da ditadura

Em 1973, quando o atual regime autoritário tomou o poder, cada uruguaio devia ao exterior 285 dólares. Quando o novo governo assumiu em março, a dívida externa per capita estará em cerca de 1.800 dólares. Nos quase 10 anos do chamado "processo cívico-militar", os débitos com o exterior se multiplicaram por sete, enquanto que as exportações anuais do país aumentaram pouco mais de três vezes.

Em janeiro de 1973, as vendas ao exterior permitiam

saldar a dívida externa em quase dois anos e meio. Em março de 1985, serão necessários uns cinco anos de exportações para cobrir esse endividamento com os bancos internacionais. Algo que equivale — e compromete, ao mesmo tempo — a uma gestão completa do próximo governo democrático. De acordo com os dados do Banco Central, no início de 1973, a dívida externa bruta total do Uruguai se situava em 771,2 milhões de dólares. O corrente exercício começou com o saldo da dívida externa em 4,589 bilhões de dólares, sem considerar os juros devidos e que não foram pagos, e os compromissos assumidos indiretamente através da compra de carteiras bancárias, realizada pelas autoridades monetárias. Segundo os cálculos efetuados por uma comissão interpartidária que analisou tudo o que se relaciona com o endividamento externo do país, os compromissos com o exterior totalizavam, já em 31 de dezembro passado, 5,011 bilhões de dólares.

Praticamente não existe nenhum indicador econômico que não reflita cruamente o quadro da grave crise que sufoca o Uruguai. Uma olhada retrospectiva permite identificar a política neoliberal implementada a partir de 1973 pelos tecnocratas da ditadura, como a maior responsável pela



Cada uruguaio deve 1.800 dólares, com uma dívida que equivale a 90% do PIB e que todos os setores, unanimemente, desejam ver renegociada em termos mais favoráveis

atual deterioração da economia. O relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que está acima de qualquer suspeita de antiimperialismo, ao analisar a situação do Uruguai em seu balanço de 1983, descreveu os instrumentos que foram implementados no país para abrir as portas ao capitalismo internacional:

“O modelo de política econômica posto em prática a partir de 1973 propôs transformar uma economia fechada, altamente protegida, em uma economia

aberta cujas vantagens comparativas permitissem determinar a estrutura produtiva e o intercâmbio no comércio internacional. Para conseguir esses propósitos — afirma o BID — se decidiu: a) liberalizar de maneira progressiva o sistema de preços; b) reduzir a participação do setor público na economia; c) simplificar o sistema tributário, eliminando-se para isso o imposto de renda e generalizando o imposto sobre os produtos industrializados (IPI); d) formalizar a abertura do mercado de capitais através de um conjunto de decisões do Banco Central, entre as quais se incluem a liberdade para o movimento de capitais de bancos, e particularmente com o exterior, a liberação das taxas de juros e a eliminação das operações de redesconto, assim como dos encaixes bancários mínimos; e) unificar e administrar o tipo de câmbio através do Banco Central. Em 1978, adotou-se um regime de desvalorização de acordo com taxas prefixadas com uma antecipação de cerca de seis meses (chamada popularmente *tablita*); e f) eliminar quotas de importação e reduzir as tarifas alfandegárias.”

O relatório do BID, um dos organismos integrantes do sistema financeiro internacional que responde aos interesses dos Estados Unidos, deixa



Hoje, a produção agropecuária uruguaia cresce menos que a população e a dívida externa equivale a 90% do PIB



claro o reacomodamento da relação de dependência da economia uruguaia no contexto do capitalismo transnacional. Ao se reduzir a proteção à indústria nacional e com o livre ingresso de capital estrangeiro, as velhas tendências à estagnação da economia uruguaia se viram multiplicadas; hoje, a produção global está numa queda vertiginosa, a produção agropecuária cresce menos que a população e a indústria se encontra praticamente paralisada e com seus equipamentos virtualmente destruídos.

A dívida externa, equivalente a quase 90% do Produto Interno Bruto (PIB), é um dos temas considerados prioritários na busca de soluções, segundo se depreende pela enorme coincidência de opiniões de economistas de todos os setores políticos. Os técnicos que prepararam um diagnóstico interpartidário defenderam que "da solução dessa questão (a dívida externa) dependerão majoritariamente as soluções dos problemas econômicos e financeiros restantes e a futura evolução social e política". Nesse sentido, estiveram de acordo em que "o país deve se encaminhar para a renegociação das condições que atualmente regem seu endi-

vidamento externo. E deve conseguir isso adiando as amortizações e condicionando o pagamento dos juros à evolução da atividade econômica nacional e à sua capacidade de gerar excedentes, sem se arriscar a tornar socialmente intoleráveis os níveis de vida, o que poria em perigo sua imagem no exterior, sua estabilidade política e, em última análise, sua própria viabilidade".

A dívida social

A alusão ao custo social da política econômica implementada pela ditadura não é casual. Na última década, a participação dos salários na receita nacional diminuiu de 40% para 30%. Os uruguaios que se viram obrigados a emigrar por falta de oportunidade chegaram a constituir 6% da população total. O desemprego já afeta 15% da força de trabalho, cifra que cresce para 25% ou 30% se considerarmos o subemprego. O salário real dos trabalhadores corresponde hoje a apenas 50% do que ganhavam em 1973. Tudo indica estar claro, para os que assumirem a direção da economia em mar-



A sede do governo (acima esq.) e os bancos (acima, dir.): duas faces do poder no Uruguai. Os trabalhadores (embaixo, o ato do 1º de Maio de 1984) foram os mais atingidos pela política econômica do regime militar

Fotos: Beatriz Bissio

ço, que, se o país inteiro deverá enfrentar este ano o pagamento da dívida externa contraída com os bancos norte-americanos, será necessário encarar também o problema da dívida social para com os setores mais empobrecidos da população.

Paralelamente, não é menos urgente buscar soluções para o endividamento interno das empresas, calculado em aproximadamente três bilhões de dólares. O setor empresarial triplicou, entre os anos de 1978 e 1982, sua dívida com o sistema financeiro, fundamentalmente com os bancos privados. Para desenvolver um setor bancário *off-shore* e manter a *tablita* cambial, estimulou-se a entrada de capitais estrangeiros com uma taxa mais alta que a internacional. A sólida liquidez facilitou a tomada de créditos a ponto de, hoje, 75% da dívida privada estarem contraídos em dólares.

Quando esse ciclo se inverteu e a recessão começou a se generalizar, as empresas industriais e comerciais não puderam fazer frente aos créditos tomados e o sistema financeiro ficou gravemente ferido. Se não ocorreu um *crack*, foi basicamente pelo alto grau de estrangeirização do sistema bancário: dos 22 bancos privados que existem no Uruguai,

com exceção do Comercial e da Caixa Operária (*Caja Obrera*), os 20 restantes pertencem a diferentes grupos financeiros internacionais. Entre a absorção das dívidas e a liquidação maciça de entidades financeiras — como foi feito na Argentina — ou a não intervenção, o Banco Central resolveu optar por adquirir os piores 30% das carteiras dos bancos privados. Isso o obrigou a emitir moeda e se traduziu em uma escalada dos preços que explica um terço da inflação de quase 90% que a economia uruguaia suporta hoje.

Difícilmente o Uruguai pode embarcar na aventura isolada de rejeitar a dívida ou ir a uma moratória. A renegociação é reivindicada por todos os grupos políticos, sem que as nuances sejam importantes. “Da forma como está estruturada hoje (a dívida externa), não podemos pagá-la”, foi a resposta terminante do líder da Frente Ampla, general Liber Seregni.

A gravidade da crise serviu para dar respeitabilidade — e não só política — a uma esquerda cada vez mais influente e unida em torno da Frente Ampla. Na mesa de negociação, os representantes dos partidos tradicionais não parecem discordar. (E. V.) ●

América Latina

Venezuela

Uma política externa pendular

Tanto os governos democrata-cristãos como os social-democratas sustentam posições ambíguas e de matiz conservador, sem contradizer, nos fatos, os interesses dos EUA na região

Robert Matthews*

Dois acontecimentos, ambos na primavera de 1982, provocaram uma aparente mudança de direção na política externa da Venezuela. Um deles foi o fato de os democrata-cristãos não terem obtido a maioria absoluta na Assembleia Constituinte de El Salvador; o outro foi a posição assumida pelos EUA na crise das Malvinas.

A incapacidade do presidente salvadorenho, Napoleón Duarte, de derrotar a coalizão pós-eleito-

ria militar dos EUA como arma a serviço da extrema direita. Ao mesmo tempo, o apoio dos EUA à Grã-Bretanha no conflito com a Argentina trouxe novo alento às antigas suspeitas de que Washington sempre daria prioridade aos seus velhos compromissos europeus, em detrimento dos interesses latino-americanos. Possivelmente, os venezuelanos lembraram as palavras com que Henry Kissinger menosprezou a América Latina em 1969. "O

pressuposto tácito de Herrera Campins — de que a harmonia de objetivos entre EUA e Venezuela serviria para promover a influência do seu país na região. Agora, essa íntima aliança parecia mais um risco diplomático que outra coisa; o lucro que ela traria era comparável a um cheque milionário que não podia ser descontado, nem no país nem no exterior. O ministro Zambrano Velasco, das Relações Exteriores, reconheceu durante uma reunião do Pacto do Rio, em maio do ano passado: "A decepção e o pesar latino-americanos (com a guerra das Malvinas) durarão por muito tempo depois de terminada a batalha". Em meados de 1982, o governo Herrera passou a distanciar-se de seu antigo aliado. Em julho, já desiludido, Herrera condenava "a estranha e inexplicável atitude dos Estados Unidos, (a qual) obrigou a América Latina a refletir profundamente sobre a nova forma de conceber sua segurança e sua defesa coletivas, bem como suas relações com os outros países da América".



O presidente Herrera Campins tentou aumentar a influência da DC

ral de partidos da direita desferiu um profundo golpe nos planos do então presidente venezuelano, Herrera Campins, de aumentar a influência democrata-cristã na América Central. A Venezuela passou a olhar a estraté-

Sul", disse ele, "nunca fez história. (...) O que acontece (na América do Sul) não tem a menor importância".

Os acontecimentos verificados na Argentina e em El Salvador contribuíram para abalar o

* Esse artigo foi publicado originalmente na revista *Nacra-Report on the Americas*, no número especial (Volume XVIII; nº 4) dedicado à política externa venezuelana a partir da década de 50 até o presente.

Mais uma vez, a Venezuela destacava às virtudes da autodeterminação, da não-intervenção e da soberania nacional. Num tentativa de apagar sua imagem de instrumento de Washington, a Venezuela passou das palavras à ação limitada no campo diplomático. Censurou os EUA por sua atitude em relação à Nicarágua e à denúncia de planos de operações secretas com o apoio da CIA. Entrou em negociações discretas com Cuba e apoiou uma resolução cubana nas Nações Unidas no sentido de declarar Porto Rico colônia norte-americana.

O governo Herrera desassombrou-se da Iniciativa para a Bacia do Caribe (IBC), proposta por Reagan, e que ele criticou como exclusivista — “mera tentativa de canalizar ajuda para El Salvador” — e avarenta. “A quantia proposta, de 350 milhões de dólares, é o que damos anualmente a nove países da Bacia do Caribe somente em compras de petróleo”, disse Herrera. A rejeição da IBC pela Venezuela tinha um significado especial, dada a posição do país como um dos quatro membros originais do “Clube de Nassau”, criado em 1981 por Alexander Haig e precursor direto da IBC.

Conscientemente, a Venezuela passou a dar menor apoio verbal à Democracia Cristã internacional e mostrou-se mais receptiva às opiniões emitidas pelo México, a outra potência de médio porte da região. As relações entre Venezuela e México vinham-se caracterizando mais pela concorrência do que pela cooperação; além disso, durante os primeiros anos da administração Herrera, tinham surgido profundas divergências ideológicas.

Mas, em meados de 1980, seguindo o rumo traçado por Carlos Andrés Pérez em Puerto Ordaz, a Venezuela e o México assinaram um acordo de crédito — o Acordo de San José — a favor de nove países caribenhos im-



Seguindo os rumos de Carlos Andrés Pérez (centro), a Venezuela assinou o Acordo de San José a favor de nove países da região

portadores de petróleo. Os beneficiários eram as repúblicas da América Central, a República Dominicana, Jamaica e Barbados. México e Venezuela concordaram em fornecer até 160 mil barris de petróleo por dia em partes iguais a esses países. Trinta por cento da conta do petróleo de cada um deles seriam convertidos em empréstimos a cinco anos e juros de 4%, os quais poderiam ser prorrogados para 20 anos, a juros de 2%, caso o dinheiro poupado fosse investido em projetos de energia e desenvolvimento econômico. O custo anual total para a Venezuela e para o México era de 700 milhões de dólares. Ainda assim, o Acordo de San José constituiu uma vitória política de baixo preço para a Venezuela. Sua parte do crédito — 80 mil barris de petróleo por dia — era bem menor do que aquilo que o país já vinha fornecendo nos termos do acordo de Puerto Ordaz. Em outras palavras, a participação mexicana permitiu à Venezuela liberar grandes quantidades de petróleo para venda mais lu-

crativa a outros clientes.

A indignação do Copei

Até meados de 1982, Venezuela e México tinham opiniões muito diferentes sobre a América Central. O ponto crítico foi atingido em agosto de 1981, com a declaração franco-mexicana que reconhecia a FMLN-FDR de El Salvador como “força política representativa” e exigia negociações ao invés de eleições. A Internacional Socialista imediatamente apoiou a declaração, ao passo que a ODCA (a organização internacional dos partidos democrata-cristãos) a atacou, como já se previa, achando que ela prejudicava o também democrata-cristão presidente Duarte. Washington ignorou a proposta.

O Partido Social Cristão (Copei), bem como a ala conservadora da Ação Democrática (AD), mostraram-se indignados diante do que viam como interferência direta com a Junta liderada por Duarte. O governo, sem atentar

para a ironia de sua atitude, condenou a intervenção mexicana e "extra-continental" nos assuntos de uma nação soberana. Enquanto jovens membros do Copei atacavam a embaixada do México em Caracas, o governo Herrera liderava um protesto de nove países contra a iniciativa e se comprometia a fornecer 100 milhões de dólares em ajuda a El Salvador.

Uma guinada diplomática

Tanto o México quanto a França ficaram chocados com a veemência do protesto, e o comunicado conjunto dos dois países foi engavetado durante um ano. Finalmente, na esteira da guerra das Malvinas, o apelo em favor de negociações voltou à tona — desta vez na Nicarágua — sob a forma de notas diplomáticas idênticas enviadas pelo México e pela Venezuela a Washington, Tegucigalpa e Manágua. Reconhecendo a guinada diplomática da Venezuela e sua nova reproximação com o México, Washington qualificou a proposta de "construtiva" para, em seguida, deixá-la de lado. O conceito, porém, tornou-se o embrião da iniciativa de Contadora. Em janeiro de 1983, a Venezuela reuniu-se com o México, Colômbia e Panamá na ilha panamenha de Contadora, e declarou que a missão do novo grupo era buscar uma solução pacífica e diplomática para a crise da América Central.

A retórica venezuelana, no que tange à América Central, pode ter divergido da linha norte-americana, mas as estratégias básicas permaneciam as mesmas. Desde 1981, a oposição política vez por outra criticava o governo por sua assistência militar e programas de treinamento em favor do exército salvadorenho. Um observador norte-americano desconsiderou tais críticas, tachando-as de "ataques não-documentados por parte de esquerdistas venezuelanos"; mais tarde, Ro-

bert White, ex-embaixador dos EUA em El Salvador, afirmou que, "ao que eu saiba, tais coisas (a ajuda militar a El Salvador) jamais aconteceram. O envolvimento da Venezuela é mais de democrata-cristão para democrata-cristão". As autoridades venezuelanas, porém, reconheciam veladamente a existência dos programas militares.

Em janeiro de 1983, Thomas O. Enders, secretário-assistente de Estado para Assuntos Interamericanos, deu um passo em falso. Numa tentativa de rebater críticas da imprensa de que a política norte-americana para a América Latina não contava com apoio na região, Enders cometeu uma gafe surpreendente ao admitir que militares venezuelanos haviam treinado dois batalhões de *cazadores* (infantaria ligeira) de El Salvador. E acrescentou que "a Venezuela continua a manter instrutores militares naquele país". Relatos posteriores indicaram que o treinamento era feito tanto em El Salvador quanto na Venezuela. O total de soldados treinados era da ordem de dois mil. Com isso, a Venezuela só perdia para os EUA, no treinamento das forças armadas salvadorenhas. Na ocasião, fontes diplomáticas dos EUA observaram que, embora a Venezuela não desejasse ser vista como suplente dos EUA, sua política em relação a El Salvador coincidia com a política norte-americana. Disse uma dessas fontes: "Eles estão muito mais envolvidos lá do que nós".

Operação secreta

A AD absteve-se de transformar o possível escândalo em um dos pontos de sua campanha política — as pesquisas de opinião indicavam que o partido tinha grandes chances de conquistar a presidência nas eleições de dezembro de 1983 e não lhe convinha, portanto, correr o risco

de ofender as forças armadas. Apesar dos desmentidos de Zambrano, o envolvimento militar com o exército salvadorenho prosseguiu durante toda a gestão de Herrera Campins. A operação era realizada em completo segredo e em franca contradição com os apelos públicos venezuelanos em favor da desmilitarização da região e de negociações no âmbito do processo de Contadora.

A intervenção partidarista do Copei em El Salvador também não terminou com sua derrota nas eleições de dezembro. Em abril de 1984, revelou-se que o Instituto Venezuelano de Educação Popular (Ivepo) vinha operando há três anos um programa de propaganda para os democratas-cristãos de El Salvador. O Ivepo, fundado por Aristides Calvani, ex-ministro das Relações Exteriores do governo de Caldera e, atualmente, secretário-geral da ODCa, concentra suas atividades em El Salvador. Além disso, o instituto também tem colaborado com os partidos de centro-direita e com os militares salvadorenhos através da Comissão Nacional de Planejamento (Conara), responsável por um programa de ação cívica e pacificação nas municipalidades de San Vicente e Usulután. Preparou uma série de TV para distribuição na América Latina e na Europa, destinada a restaurar a imagem das forças armadas de El Salvador. Segundo o diretor do Ivepo em El Salvador, esses programas "procuram mostrar que o exército tem o direito de usar armas e que não é apenas o produto de um governo reacionário, ao passo que os guerrilheiros (esquerdistas) não têm o direito de estar lutando, e que os militares salvadorenhos são a única força armada legítima do país".

A operação do Ivepo é altamente sigilosa; os 100 membros que nela atuam são desconhecidos, e a origem de suas verbas é um mistério. Contudo, um democrata-cristão bem informado

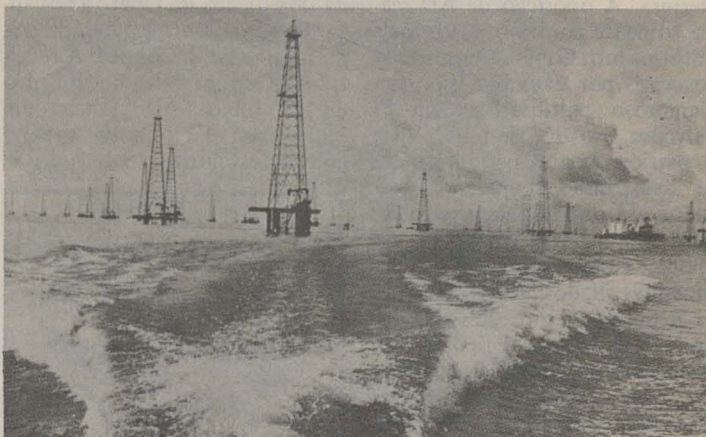
declarou que "não me surpreenderia se o instituto estivesse sendo financiado, pelo menos parcialmente, pelos Estados Unidos". Em maio de 1984, Roberto D'Aubuisson e seu partido da extrema direita, a Arena, acusaram a operação venezuelana de ser uma iniciativa de relações públicas, apoiada pela CIA, destinada a beneficiar Duarte em sua recente campanha presidencial. As autoridades da CIA coincidiam com a estratégia do Copei de reforçar a imagem dos militares a fim de assegurar a viabilidade dos democrata-cristãos de El Salvador.

O corte de petróleo para a Nicarágua

No tocante à Nicarágua, os atos da Venezuela falavam mais alto do que suas ocasionais palavras de simpatia. Em setembro de 1982, após dois anos de rumores de corte, o governo Herrera suspendeu as remessas diárias de sete mil barris de petróleo a que os sandinistas tinham direito nos termos do Acordo de San José, alegando que os pagamentos da Nicarágua estavam atrasados. Sem perda de tempo, dirigentes da esquerda criticaram o governo de, mais uma vez, usar o petróleo como arma ideológica, mas muitos elementos da AD mostraram-se mais tolerantes com a suspensão das remessas, justificando-a com a realidade econômica. Um alto dirigente do Copei, especialista em assuntos internacionais, admitiu, porém, oficiosamente, que a decisão tinha sido meramente política. "Você acha", indagou ele, "que a Guatemala ou Honduras estão em dia com os seus pagamentos? Ninguém está pagando coisa alguma na América Central, e a Nicarágua foi a única discriminada".

Em meados de 1983, as declarações governamentais na área da política externa assumiram um tom mais francamente anticomu-

nista. O ministro das Relações Exteriores da Venezuela definiu o que o seu país entendia por "busca de paz no contexto de Contadora". Ele declarou, em setembro do ano passado, nas Nações Unidas, que "a paz não tra-



A Venezuela cortou o fornecimento de petróleo à Nicarágua, alegando atrasos nos pagamentos

rá necessariamente a liberdade na América Central; é na liberdade que a paz se baseia". Por ocasião de sua permanência em Cancún, no México, para uma reunião do Grupo de Contadora, em julho de 1983, o presidente Herrera, numa mensagem evidentemente destinada à Nicarágua, advertiu que "só haverá paz verdadeira (na região) com uma democracia pluralista". E a Venezuela ressuscitou o conflito Leste-Oeste com alusões à interferência de "países que jamais tiveram um vínculo significativo com a região e cujo interesse sempre foi tão remoto quanto sua posição geográfica".

Portanto, um exame detido da política externa venezuelana após meados de 1982 revela que a mudança de linguagem e postura públicas foi mais circunstancial que real. Embora certos gestos progressistas possam ter agradado bastante aos sentimentos latino-americanos, os atos da Venezuela, menos divulgados, davam a entender a Washington que os EUA não tinham perdido

um amigo. As premissas básicas dos três anos anteriores de regime democrata-cristão persistiam: uma visão bipolar do mundo que enfatizava a luta contra o marxismo; a necessidade de solapar a esquerda revolucionária no Cari-

be e circunvizinhanças; e o contínuo antagonismo em relação à Cuba, ainda que a hostilidade pura e simples fosse abafada. Herrera dedicou considerável esforço à tarefa de estabelecer uma distância *retórica* em relação à política de Washington para a América Central e desfazer qualquer aparência de subserviência, mas continuou a reconhecer que os interesses da Venezuela na região eram paralelos aos dos EUA. A reação do governo à invasão de Granada pelos EUA denotou claramente tais atitudes. Até o fim de sua gestão, a essência da política externa venezuelana permaneceu intata; somente sua superfície tinha sido retocada.

Um crítico relutante

O Partido Ação Democrática demonstrou ser um crítico relutante e incoerente da política externa do Copei. Sua hesitação em interpelar o governo Herrera por ter revertido a diplomacia progressista de Carlos Andrés Pérez ficou mais evidente no caso

da América Central. A morna reação da AD deveu-se, em parte, à tradição bipartidária da política externa e, em parte, ao predomínio dos problemas econômicos e políticos internos durante os anos da administração Herrera. A oposição da AD reagiu somente contra os erros mais notórios do Copei. Censurou o governo, por exemplo, por seu clamoroso partidismo em El Salvador. No decorrer de 1981, o partido exigiu, periodicamente, a suspensão da ajuda a El Salvador até que houvesse negociações com a FMLN-FDR que, na época, incluía alguns social-democratas aliados da AD.

A harmonia entre as posições da AD e do Copei ficou ainda mais clara no caso da Nicarágua. Em 1982, a Internacional Socialista, bem como a AD, expressavam dúvidas acerca da orientação democrática do regime sandinista. Naquele ano, os burocratas do partido — geralmente mais conservadores que Carlos Andrés Pérez — conseguiram barrar os sandinistas na conferência da Internacional Socialista promovida pela AD em Caracas, embora a FSLN tivesse o estatuto de observadora no movimento. Em meados de 1983, até o próprio Pérez apregoava praticamente a mesma linha, em relação à Nicarágua, que Rafael Caldera, candidato presidencial do Copei. Pérez, sentindo certa responsabilidade pessoal pelo regime de Manágua, queixou-se de que “o projeto sandinista, que era um compromisso solene perante o mundo, a América Latina e o povo da Nicarágua, não se realizou”.

A herança de Lusinchi

Em dezembro de 1983, Jaime Lusinchi, da AD, conquistou estrondosa vitória sobre Rafael Caldera, do Copei, captando 56% dos votos, contra os 34% de Caldera. O desempenho da esquerda socialista ficou aquém

das previsões mais pessimistas; o Movimento ao Socialismo (MAS), terceiro partido mais forte, obteve somente 4% dos votos para presidente. Lusinchi herdou um país abalado por uma série de problemas internos. Com a queda dos preços da Opep, a bonança dos anos 70 tinha desaparecido num passe de mágica. A receita do Tesouro caíra de um pico de 21 bilhões de dólares em 1981 para 17 bilhões, mesmo com a desvalorização do *bolívar*.



Jaime Lusinchi, visto por Hugo

A economia registrara quatro anos consecutivos de crescimento zero ou negativo. A indústria funcionava com uma ociosidade de 40%; o desemprego aumentara para 20%. Na área agrícola, 60% dos alimentos necessários tinham de ser importados. Finalmente, o sistema capitalista do governo gemia sob o peso de uma dívida externa de 35 bilhões de dólares — a quarta maior dívida na América Latina. A crise financeira e uma campanha contra a corrupção política arraigada receberam a mais alta prioridade.

A atenção exigida por tais problemas prementes forçou necessariamente as questões de política externa para um segundo plano. Nos seus primeiros seis meses de governo, o presidente Lusinchi passou todo o seu tempo consumido pela renegociação

da dívida e pela dificuldade de impor ao público o seu programa de austeridade voluntária. A Venezuela rejeitou a intrusão do FMI em seus problemas financeiros, achando que, dadas as suas fortes reservas de dólares, os benefícios resultantes de empréstimos e adiamento de prazos não valiam a perda de sua autonomia.

Em janeiro de 1984, uma fonte da AD previu que “uma política externa discreta seria o preço a pagar pela implantação de uma agenda interna populista”. Aos olhos dos atuais dirigentes, a política externa do país permanece cativa de suas relações financeiras e econômicas com os EUA. A Venezuela parece ter conquistado a confiança de seus credores norte-americanos, que detêm 85% da dívida. E há indícios de um “quiproquô” sob a forma da constante ausência da Venezuela nas recentes reuniões do Grupo de Contadora.

À parte a vultosa dívida junto a bancos norte-americanos, o principal cliente do petróleo venezuelano continua a ser os EUA, e a queda dos preços do petróleo tem dado maior força a Washington. Face à curiosa mistura de ideologia e *realpolitik* do governo Reagan, que premia os amigos e pune os inimigos, é claro que o governo Lusinchi considera tolice ignorar os objetivos da política externa dos EUA na América Central e no Caribe. Em conjunto, esses fatores contribuem para amortecer todo entusiasmo pela recuperação da independência que foi a marca do governo Pérez. Não obstante o seu apoio ao Grupo de Contadora, a posição atual da Venezuela no tocante à América Central parece conservar o seu alinhamento às diretrizes dos EUA, embora com ressalvas.

A ajuda técnica e o crédito, dispensados tão generosamente nos anos da bonança do petróleo que marcaram o governo Pérez e que prosseguiram sob forma modificada no regime de Herrera,



Campanha eleitoral do presidente Luisinchi: é provável que as relações com Cuba venham a se normalizar

vêm sendo agora reduzidos pela contenção econômica geral. Simón Alberto Consalvi, ex-ministro das Relações Exteriores no governo Pérez e hoje secretário da Presidência, deu a entender, em janeiro de 1984, que o seu governo daria ênfase à cooperação e não à ajuda, porque "a Venezuela já não pode subsidiar o conflito na América Central". Uma vez que a Venezuela não possui os recursos técnicos e humanos para qualquer esforço cooperativo de grande porte, isso significa uma presença menor na Bacia do Caribe. Consalvi previu também que o novo governo se preocupará menos com as questões gerais do Terceiro Mundo e mais com problemas regionais específicos.

As atitudes de eminentes líderes da AD em relação à Nicarágua são um exemplo da atual ambivalência e incerteza da política venezuelana para a América Central. Mais uma vez, a linha mais progressista vem sendo apregoada por Carlos Andrés Pérez. Convencido de que o gover-

no Reagan está determinado a derrubar o regime sandinista, Pérez, vez por outra, corre em sua defesa. Visitando Manágua em fevereiro de 1984 para a comemoração do 50º aniversário da morte de Sandino, Pérez anunciou que "os sandinistas darão um exemplo do processo democrático que não se assemelha ou imita qualquer outro na América Latina". Embora frequentemente critique os defeitos da democracia dos nicaraguenses, Pérez acredita que a persuasão amável é mais eficaz que as manobras canhestras que ocorriam nos tempos de Herrera. Assim sendo, tem aconselhado o seu partido a adotar uma linha mais suave. No mesmo mês em que Pérez retornou à Nicarágua, o presidente Luisinchi apareceu na mesma plataforma com Daniel Ortega, coordenador da Junta nicaraguense, num comício em Caracas. Luisinchi comprometeu-se a apoiar "o processo nicaraguense", ao mesmo tempo em que lembrava aos sandinistas as suas obrigações democráticas.

Por outro lado, Manuel Peñalver, secretário-geral da AD, representa o pensamento da ala conservadora do partido. Falando na televisão venezuelana em abril, ele afirmou que "a AD não apóia o governo da Nicarágua sem restrições ou reservas", acrescentando que "não é possível haver eleições válidas num estado de sítio ou quando os direitos das organizações trabalhistas foram suspensos".

De fato, a Venezuela reagiu com moderação às revelações, feitas em abril do ano passado, de que a CIA tinha estado diretamente envolvida na operação de minar os portos nicaraguenses. Seis semanas mais tarde, o ex-presidente Pérez fez saber que sua amizade pessoal com o ex-sandinista Edén Pastora era mais forte que sua lealdade ao regime de Manágua. A pedido de Pérez, o governo ofereceu asilo ao líder da Arde, ferido durante uma tentativa de assassinato no dia 30 de maio passado. O mais importante, porém, é que o regime de Luisinchi ainda não voltou a forne-

cer a cota de petróleo a que a Nicarágua tem direito nos termos do Acordo de San José. Até março de 1984, o México vinha fornecendo a diferença; depois, resolveu também suspender essa cota.

As relações com Cuba e El Salvador

Quais as perspectivas oferecidas por Lusinchi no que tange à política venezuelana em relação à América Central e ao Caribe? É bem possível que as relações com Cuba venham a normalizar-se ainda durante a gestão de Lusinchi. Não obstante, a contenção da influência cubana na região continuará a ser um dos seus principais objetivos.

Fontes autorizadas da AD já garantiram, oficiosamente, que o treinamento secreto de soldados salvadorense vai terminar. Contudo, nenhuma declaração pública foi feita até agora nesse sentido.

No processo de Contadora, o labirinto de contradições da política externa venezuelana vem impedindo o país de desempenhar um papel ativo como o do México ou da Colômbia. Como disse Rubén Carpio Castillo, senador pela AD: "Quem chega tarde ao banquete não encontra lugar na mesa". O novo governo tem mantido, publicamente, uma atitude de apoio em relação a Contadora, mas os líderes da AD mantêm-se discretos quanto ao real potencial do Grupo de chegar a uma solução negociada dos conflitos da região.

Reservadamente, reconhecem que qualquer sucesso futuro do Grupo de Contadora dependerá da disposição de Washington de apoiá-lo com sinceridade. Isidro Morales Paúl, ministro das Relações Exteriores, cujas declarações sobre a América Central chegam às raízes da banalidade, admitiu recentemente, após manter conversações com o De-

partamento de Estado norte-americano, que "no momento, os fatores que permitiriam ao Grupo de Contadora formular um acordo pacífico entre as partes em litígio simplesmente não existem". Pressionado mais tarde no sentido de esclarecer tal afirmação, Morales rapidamente desconvendeu. Alegando que seus comentários tinham sido mal interpretados, negou que suas conversações em Washington tivessem sido negativas. Não obstante, a indiferença em relação ao processo de Contadora vem caracterizando o regime de Lusinchi.

Numa olhada retrospectiva, Carlos Andrés Pérez parece mais uma exceção do que um pioneiro. A Venezuela não possui forte tradição de não-alinhamento internacional, nem uma esquerda institucionalizada à qual deva agradar, como é o caso do México. As premissas ideológicas da Ação Democrática, fundamentalmente centrista, aliadas ao fortíssimo mandato que o partido recebeu em dezembro de 1983, tornar-lhe-ão muito fácil tolerar tudo o que os EUA decidirem fazer, exceto uma intervenção militar direta.

Considerando-se a atenção superficial que o governo Lusinchi tem dado até agora à política externa, é difícil dizer quem, na administração, exercerá a influência mais forte nas decisões futuras. Tanto a Constituição quanto a tradição venezuelanas conferem ao seu presidente uma enorme liberdade de ação na área de relações internacionais. Mas Lusinchi, apesar de ter tido experiência formal em assuntos externos como membro de importantes comissões do Congresso e do partido, não se mostra inclinado a assumir uma atitude decidida quanto aos problemas da região. No futuro imediato, é provável que continue a concentrar-se nos seus problemas internos.

Resta saber o papel que desempenhará Carlos Andrés Pérez,

velho estadista da AD e embaixador oficioso junto ao Terceiro Mundo, e se poderá ser comparado ao ex-presidente Luís Echeverría, do México, durante a gestão de José López Portillo. Como vice-presidente da Internacional Socialista e contando com muitos admiradores no exterior, ele tem o prestígio necessário para exercer esse papel, caso as circunstâncias o permitam. Pérez já está de olho nas eleições presidenciais de 1988, nas quais novamente poderá candidatar-se, e tem visitado vários países a fim de promover aquilo que pensa a respeito do nacionalismo e da solidariedade latino-americanos.

Enquanto persistirem os atuais problemas econômicos e fiscais da Venezuela, uma influência conservadora continuará a ser exercida pelos ministérios do Petróleo, da Economia e da Fazenda, bem como pelo diretor do Banco Central e os *lobbies* do setor privado, a Fedecamaras. A arquiconservadora polícia secreta (Disip) pode muito bem exercer certa influência direitista. Vozes poderosas da ala conservadora da AD tenderão a cobrar o velho objetivo de combater a influência cubana.

Com reservas de 11 bilhões de dólares e um programa de austeridade voluntariamente adotado, a Venezuela está em melhores condições que qualquer outro país latino-americano para cumprir sua promessa de pagar a dívida externa "até o último centavo", ao mesmo tempo em que resolve sua crise política. Se os problemas internos serenarem, o país poderá desempenhar um papel mais importante na solução centro-americana. A ala progressista da AD sabe que o seu prestígio no exterior depende de certa dose de nacionalismo terceiro-mundista. Washington, portanto, não tem razões para concluir que a atual passividade diplomática de Caracas significa a aquiescência venezuelana no caso de uma intervenção militar dos EUA. ●

Os problemas na transferência do Canal

Cinco anos após a assinatura dos tratados Torrijos-Carter, as imposições unilaterais norte-americanas que violam os acordos criam novos atritos

Nils Castro* e Oydén Ortega**

A 10 de outubro passado, fez cinco anos que entraram em vigor os Tratados do Canal do Panamá, negociados pelo general Torrijos e pelo presidente James Carter. Essa complexa e longa negociação foi enaltecida como um precedente para o Terceiro Mundo, para o diálogo Norte-Sul e, particularmente, para a América Central e o processo de Contadora, por tudo o que os tratados envolveram no sentido da possibilidade de se conseguir uma solução política para graves controvérsias entre um pequeno país subdesenvolvido e uma grande potência.

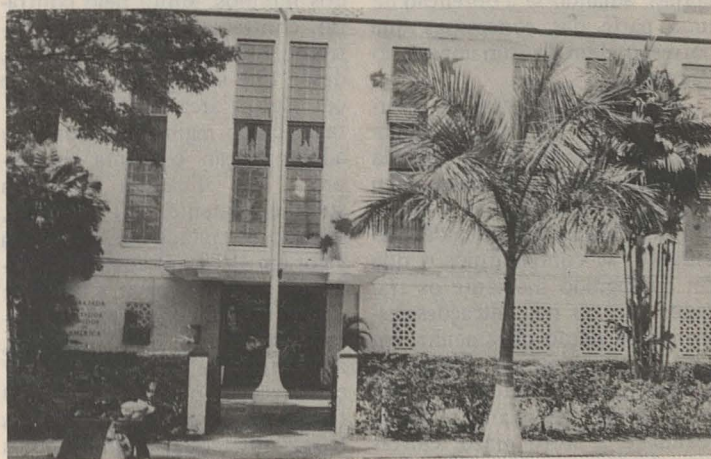
No entanto, embora a situação geral seja melhor do que há cinco anos, o problema está longe de ser solucionado. As violações e o não-cumprimento dos tratados, em sua instrumentação e execução, por parte da atual administração norte-americana, está ocasionando novos motivos para conflito, que se somam às insatisfações que a fórmula negociada havia deixado entre os panamenhos.

Um istmo ou um canal ser-

vem tanto para abrir passagem quanto para fechá-la, e por essa razão o domínio sobre esse caminho foi geralmente mais cobiçado do que a sua simples utilização. Já para o colonialismo espanhol, a rota fortificada tinha valor, em primeiro lugar, como obstáculo para impedir o acesso dos ingleses ao oceano Pacífico. Para os governos norte-americanos, o controle militar do Canal interessava mais do que sua exploração comercial. É a isso que se deve o fato de que instalações e bases militares tenham ocupado uma enorme área onde deveriam ter sido instaladas fábricas e armazéns que gozariam de privilegiado acesso às rotas comerciais mundiais.

Grande parte da história do Panamá tem girado, justamente, em torno das lutas de sua burguesia e seu povo para recuperar maiores cotas de acesso à área e aproveitá-la para o desenvolvimento nacional, diante de poderes estrangeiros que, de vez em quando, barganharam com os panamenhos o aproveitamento desse pedaço de seu solo.

Apesar disso, o Panamá tem demonstrado por mais de 300 anos sua aptidão de servir à comunidade internacional, tornando viável, universalmente acessível, eficiente, neutro e seguro o



A embaixada norte-americana na cidade de Panamá: uma presença muitas vezes repudiada pelos patriotas

* Catedrático e ensaísta, é secretário de Assuntos Internacionais do Partido Revolucionário Democrático panamenho. Foi assessor para política externa dos presidentes Aristides Royo, Ricardo de La Espriella e Jorge Illueca. Desempenha a mesma função no gabinete do presidente Nicolás Ardito Barletta.

** Advogado, é um dos dirigentes do Partido Revolucionário Democrático panamenho. Foi ministro do Trabalho no governo de Aristides Royo e ministro das Relações Exteriores de Ricardo de La Espriella e Jorge Illueca. É representante do Panamá na Junta Diretora da Comissão do Canal.

uso da rota através desses meios de trânsito e intercâmbio. Historicamente, a nação só reivindicou que essa utilização de seu território respeitasse a soberania, integridade e interesse nacionais e que beneficiasse adequadamente o desenvolvimento, paz e segurança de seu povo e dos demais latino-americanos.

Um processo negociador

É nesse contexto que se deve avaliar o processo de execução dos tratados do Canal de 1977.

Esses tratados nem de longe satisfizeram todas as legítimas aspirações da nação panamenha. Demonstraram, porém, que é possível encontrar soluções viáveis através de um processo negociador mesmo para um longo, complexo e explosivo litígio de origem colonial.

Nesse caso, essa responsabilidade implicou o reconhecimento norte-americano de que os Estados Unidos já haviam conseguido concessões suficientes, graças ao injusto e vantajoso regime de apropriação, por meio do qual, durante longo tempo, haviam desfrutado do uso dessa parte do território panamenho. Por sua vez, houve o reconhecimento panamenho de que a evacuação estrangeira podia ser realizada em etapas, adiando-se a obtenção de uma parte das concessões que correspondem legitimamente ao Panamá.

Em outras palavras, os acordos de 1977 fixaram um calendário de retirada escalonada da ocupação norte-americana, sem obrigar os panamenhos a fazer, em contrapartida, concessões. No entanto, se compararmos o que foi conseguido mediante os tratados com as reivindicações históricas da nação panamenha, em suas primeiras etapas, o acordo é claramente insatisfatório: só uma parte dessas aspirações se torna realidade a curto prazo. Outras são devidamente reconhecidas, mas ficam sujeitas ao cumpri-

mento norte-americano das etapas posteriores do acordo.

Em consequência, qualquer alteração ou demora nesse processo de execução dos tratados só favorece uma das partes e prejudica a outra, originando daí novos motivos de conflito. Se essas irregularidades são graves, suas consequências também serão.



O general Torrijos: uma vida dedicada à recuperação do Canal

A participação panamenha na administração do Canal, estabelecida pelos tratados, não registrou nenhum descumprimento dos mesmos. Muito pelo contrário, contradizendo o que os detratadores do acordo afirmavam, desde que se suprimiu o regime colonial na área do Canal e se estabeleceu o regime binacional de administração conjunta da empresa, sua eficiência melhorou substancialmente. Por exemplo, quando os tratados entraram em vigor em 1979, o Canal estava saturado e podia servir a cerca de 13 mil navios; hoje, por ele passam uns 15 mil. Em cinco anos, aumentou sua capacidade de 37 embarcações para 42 por dia. O tempo de espera e travessia dos navios foi reduzido de 40 horas para 23. Ao mesmo tempo, navios de maior calado puderam

transitar, e, mesmo assim, diminuiu a frequência dos acidentes durante a travessia.

O controle sobre os portos

No que se refere às reivindicações históricas da nação panamenha, uma parte importante delas foi completa ou parcialmente satisfeita. Em 19 de outubro de 1979, essa república centro-americana recuperou sua jurisdição sobre dois-terços da superfície de terras e águas que estão sob ocupação colonial. Recuperou também o controle sobre seus portos naturais, em ambos extremos do Canal. Voltaram para o Panamá inúmeros meios de comunicação, instalações, obras de infra-estrutura e serviços. O Canal propriamente dito e as áreas e instalações contíguas e mais vitais para seu funcionamento permaneceram sob regime binacional de administração conjunta.

Desapareceu o humilhante regime do chamado "Governo da Zona do Canal", órgão de autoridade estrangeira dentro do país. Em 31 de março de 1982, ao se completar a primeira etapa do período de transição, desapareceram também a política, os tribunais e juízes estrangeiros na área e o Panamá assumiu a efetiva jurisdição sobre todo seu território. Em 19 de outubro de 1984, reverteram ao Panamá as áreas e instalações de ocupação militar do Forte Gullick e da chamada Escola das Américas (ver matéria nesta edição), centro interamericano de ensino policial e militar para contra-insurreição e repressão. Lá foi gerada e a partir dali se propagou para a América Latina a denominada "doutrina de segurança nacional".

Os ganhos do Panamá

Depois da ratificação dos tratados, o governo panamenho já recebeu pela operação do



Bandeiras panamenhas numa manifestação de protesto contra a presença norte-americana na Zona do Canal

Canal 352 milhões 419 mil dólares. Isso é muito menos do que os benefícios diretos e indiretos recebidos pelos Estados Unidos por essa operação nesse mesmo período e, naturalmente, é muito menos do que o Panamá legitimamente merece. Porém, é muito mais do que os ridículos 9 milhões e 800 mil dólares que se teria recebido sob o regime colonial, antes do novo acordo.

Na próxima etapa do programa de execução dos tratados, é especialmente significativo que em 1º de janeiro de 1990 o cargo de administrador deva passar a ser desempenhado por um panamenho. Até lá, a maior responsabilidade reservada para um cidadão do país é a de subadministrador.

Entretanto, muito menos satisfatórios são os progressos em relação ao emprego da força de trabalho panamenha nos serviços de administração, operação e manutenção do Canal. Os tratados prevêem um gradual aumento na proporção de trabalhadores panamenhos, até a saída do último funcionário estrangeiro, em 1999. No entanto, mais de 69% da mão-de-obra já era panamenha em 1979 e essa proporção cresceu apenas até cerca

de 77%, apesar de existir um grande número de panamenhos devidamente qualificados.

Os remanescentes da administração colonial têm relutado em ceder, principalmente, as posições burocráticas mais importantes e os auto-intitulados "cargos de confiança", sem que estas sejam posições tecnicamente complexas.

Essa questão se agravou por causa de uma decisão unilateral, imposta pela maioria norte-americana dominante na Junta Diretora da Comissão binacional que rege a administração do Canal. Em agosto de 1984, essa maioria regulamentou uma série de privilégios e mordomias para os empregados norte-americanos da empresa do Canal, numa injustificável discriminação contra os trabalhadores panamenhos que desempenham idênticas funções.

Isso viola direta e abertamente os acordos de 1977, que proíbem expressamente qualquer forma de discriminação baseada na nacionalidade das pessoas, e onde não há mínimo respaldo para a promulgação de medidas desse tipo.

Para piorar as coisas, essa decisão foi tomada apesar das antecipadas e oportunas objeções e protestos panamenhos. Além

disso, acarreta altas despesas que são descontadas da receita de operação do Canal, uma parte da qual corresponde ao Panamá. Desse modo, o Panamá se vê na humilhante situação de ser obrigado, por um desconto em sua receita legítima, a subsidiar os custos de uma medida adotada contra a sua vontade e que constitui um ato de discriminação contra seus próprios cidadãos.

As violações da Lei Murphy

Esse é só um entre os múltiplos casos de violação à letra e ao espírito dos tratados, que têm sido escrupulosamente cumpridos pela parte panamenha. Como a maioria das outras violações, essa também se baseia na chamada Lei Murphy ou Lei 96-70, unilateralmente adotada pelo Congresso dos Estados Unidos em 27 de setembro de 1979. Trata-se de uma legislação interna, destinada a regulamentar a conduta do governo norte-americano durante a execução dos tratados do Canal. É um caso de lei tipicamente antijurídico, já que estabelece medidas que, para normalizar o cumprimento de um tratado binacional por uma das partes signatárias, insere disposições que contradizem o que



O cortejo fúnebre do general Torrijos acabou se convertendo também numa demonstração da força do nacionalismo panamenho

antes foi ratificado pela mesma.

O problema está no fato de que, depois de ratificados os tratados por ambas nações, a citada Lei 96-70 introduziu a pretensão de considerar a Comissão como uma dependência do Executivo norte-americano. Colocou sua direção nas mãos do secretário de Defesa daquele país e pretendeu reduzir a Junta Diretora ao papel de mera supervisora, presidida por um delegado desse secretário. Nega-se, assim, a natureza essencialmente binacional da empresa e o caráter de sua administração, contrariando o que foi acertado.

A mencionada Lei 96-70 também pretende estender a território panamenho as atribuições de leis e agências federais norte-americanas, dando-lhes uma suposta jurisdição, inclusive sobre cidadãos e organismos sindicais panamenhos. Isso também contradiz frontalmente o estabelecido e ratificado por ambas as partes nos tratados.

O novo papel das tropas

Os tratados do Canal de 1977 autorizaram prolongar tempora-

riamente a presença de bases e tropas norte-americanas em território panamenho próximo ao Canal até o último dia deste século, com o único e exclusivo propósito de contribuir para a proteção do próprio Canal. Isso deve ser feito em cooperação com as forças armadas panamenhas, que progressivamente devem substituir os militares estrangeiros nessa função. Toda atividade dessas bases e tropas que seja alheia à missão de proteger esse Canal contradiz os tratados, os quais tornam admissível sua presença no país.

Por isso, o Panamá reiterou seu protesto e rejeição às atividades logísticas, de inteligência, planejamento e treinamento militares que são realizados a partir dessas bases, ou com a participação dessas tropas, estacionadas em território nacional panamenho, com destino a outras áreas, sejam elas as Malvinas, a América Central ou qualquer outra latitude.

Tudo isso é exemplo suficiente para evidenciar a gravidade da situação. Não se trata exclusivamente de violações à letra e ao espírito do acordo que, livre-

mente, ambas partes assinaram e ratificaram. Revela também a imposição por parte dos Estados Unidos de condições ofensivas e onerosas que ferem a dignidade e os interesses panamenhos e latino-americanos.

Dessa forma, se criam, sem necessidade nem justificativa, novos motivos de conflito, em detrimento das boas relações de entendimento e cooperação que Torrijos e Carter se propuseram a reordenar baseado nos novos tratados. Em relação a isso, devemos lembrar que, quando o Congresso dos Estados Unidos aprovou unilateralmente a mencionada Lei 96-70, o ainda presidente Carter empenhou a palavra do Executivo dos Estados Unidos de que o estabelecido por essa Lei seria revisto em conjunto com o Panamá, para colocá-la de acordo com os tratados e os interesses de ambos países. O próprio texto da citada Lei diz que a mesma deverá ser revista periodicamente.

Apesar disso, durante esses cinco anos de protestos panamenhos, não apenas se deixou de fazer essa revisão, como ainda se acumularam mais violações, divergências e mágoas, causadas por outras tantas medidas que as autoridades norte-americanas vêm adotando amparadas nessa mesma Lei.

A solidariedade internacional e, particularmente, a solidariedade latino-americana (que tornou possível as negociações em 1977), não acabou o seu trabalho. Continua pendente a sensata e cabal execução do que foi acertado, sem o quê essa antiga causa de conflito ressurgirá cedo ou tarde, entre as múltiplas outras que já abalam a região. O Panamá voltou a pedir a solidariedade dos outros países, denunciando esses fatos, durante a recente 34ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro do ano passado, e na Assembléia da OEA, em Brasília, em novembro do mesmo ano.

Panamá

Escola das Américas

Adeus às armas?

Roberto Bardini

Vários analistas militares norte-americanos a definiram como “a escola de bandidos” e, desde há muitos anos, na América Latina é conhecida como “a fábrica de ditadores”. Até junho de 1984 — quando se cumpriram 37 anos de sua fundação — a *United States Army's School of the Americas* (Usarsa), mais mencionada como Escola das Américas, havia graduado 44 mil oficiais de 22 países latino-americanos. Segundo dados divulgados em 1973 por Drew Middleton, especialista em assuntos de guerra do *The New York Times*, “mais de 170 alunos da Usarsa eram chefes de governo, ministros de estado, comandantes das forças armadas ou responsáveis por serviços de inteligência”.

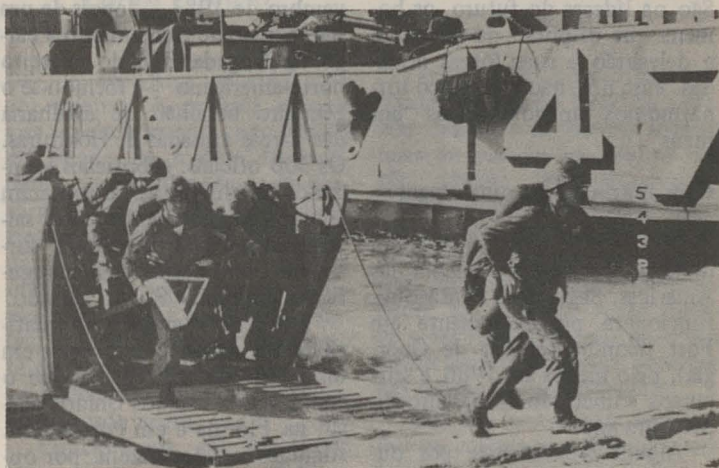
Talvez por essa razão, a 1ª de outubro passado — ao cumprir-se o 5º aniversário da assinatura dos tratados Torrijos-Carter, de setembro de 1977, sobre o canal do Panamá — o ex-presidente desse país, Jorge Illueca, afirmou que a Escola das Américas foi “uma enorme base para provocar a desestabilização no continente”. Nesse dia, a zona militar norte-americana se reincorporou à soberania panamenha.

Se forem cumpridos os acordos firmados há sete anos pelo comandante Omar Torrijos e o então presidente norte-americano James Carter, em 1989, o cargo de administrador do Canal recairá sobre um panamenho e, dez anos mais tarde, a 31 de dezembro de 1999, todas as tropas estrangeiras serão evacuadas.

Um “Pentágono em miniatura”

A Escola das Américas foi fundada em 1946 com o nome de

Centro de Adestramento Latino-Americano, em Fort Amador, e três anos depois, se instalou definitivamente no antigo hospital militar de Fort Gullick. A partir de 1959, foi estabelecido oficialmente o idioma espanhol para os seus cursos.



O Southcom possui uma força de combate de 10 a 20 mil efetivos

Atualmente, faz parte do *Southern Command* (Southcom), o “Comando Sul” das forças armadas dos Estados Unidos, com sede em Quarry Heights, onde ocupa uma extensão de 300 hectares. O Southcom possui uma força de combate calculada entre 10 mil e 20 mil efetivos e, por suas características, é conhecida como “um Pentágono em miniatura”.

Fort Gullick, por sua vez, é a base da Unidade 8 das Forças Especiais (“boinas-verdes”), integradas por 1.100 elementos altamente treinados. Também tem capacidade para abrigar mil estudantes militares, 187 instrutores permanentes e 73 provisórios.

Organizada em quatro departamentos (comando, operações de combate, técnicas e apoio), e com três objetivos básicos na docência (operações psicológicas, contra-insurreição armada e ação cívica), a Escola das Américas oferece 40 cursos diferentes. Nos anos 60 (depois do triunfo da revolução cubana, em dezembro de 1958, e a criação de vários “focos” guerrilheiros em diversos países latino-americanos) a Usarsa deu ênfase especial aos planos de contra-insurreição que, posteriormente, seriam aperfeiçoados e incluídos na chamada

“doutrina de segurança nacional”.

Uma amizade “sem preço”

“Na boca do militar, paz significa *espera da guerra*”, escreveu William James em *The moral equivalent of war*. Mais adiante, garantia: “Pode-se, inclusive com alguma razão, afirmar que a preparação para a guerra, fortemente competitiva e muito intensamente realizada, já é na verdade a guerra, permanente e incessante, e que os combates só são um modo de confirmação das destrezas adquiridas durante o intervalo de paz”.

A observação de William James não é descabida. Em junho de

1963, Robert McNamara — então secretário de Defesa da administração de John F. Kennedy — declarou diante da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos:

“Provavelmente, o maior rendimento de nossos investimentos em ajuda militar provém do treinamento de oficiais selecionados e especialistas-chave em nossas escolas e centros de adestramento nos Estados Unidos e ultramar. Esses estudantes são selecionados cuidadosamente por seus países para se tornarem instrutores quando regressarem. São os líderes do futuro, os homens que disporão da perícia e a delegarão a suas forças armadas. Para nós, não tem preço tornarmos-nos amigos desses homens”.

Com as armas para outro lugar

Não se sabe com certeza para onde se transferirá a Escola das Américas. Segundo o Pentágono, funcionará provisoriamente em Fort Benning (estado de Geórgia), pelo menos até 1986, e seus cursos começarão em janeiro do próximo ano.

Alguns especialistas, por outro lado, mencionam a possibili-

dade de que se localize no Centro Regional de Treinamento Militar (Crem) de Honduras, aproveitando as instalações que o exército norte-americano construiu entre Puerto Castilla e Trujillo, 350 quilômetros ao norte de Tegucigalpa. Ali, o Crem ocupa cerca de 200 quarteirões e o custo de construção foi de sete milhões de dólares.

Na base, 150 “boinas-verdes” — todos veteranos da guerra do Vietnã — instruem soldados hondurenhos e salvadorenhos nas mais modernas técnicas da contra-insurreição. No final de novembro de 1983 — depois de um mês e meio de treinamento a cargo da Brigada 318 do exército norte-americano —, formou-se o primeiro batalhão de artilharia das forças armadas de Honduras. Os 300 oficiais, suboficiais e soldados hondurenhos, se somaram aos aproximadamente 1.600 salvadorenhos que receberam cursos no Crem desde a sua inauguração, em junho do ano passado.

Também se avalia a alternativa de que a Usarsa se disperse em uma rede de subcentros que o exército dos Estados Unidos possui na Flórida e em Porto Rico. Algumas versões dizem, por outro lado, que o primeiro minis-

tro George Price, de Belize — pequeno Estado centro-americano de 22 mil quilômetros quadrados e com cerca de 180 mil habitantes — estaria disposto a oferecer facilidades para o estabelecimento militar em troca de uma “garantia armada” frente à Guatemala, país que reivindica, há mais de 100 anos, uma parte do território da antiga Honduras Britânicas (atual Belize).

Alguns círculos políticos especulam com outra possibilidade. O ex-governante panamenho Jorge Illueca comprometeu-se, a 31 de julho passado — ao comemorar o 39 aniversário da trágica morte do general Omar Torrijos —, a colocar a Escola das Américas “sob a exclusiva soberania e jurisdição do Panamá e suas forças de defesa”. Mas seu mandato presidencial terminou a 11 de outubro. Poderia acontecer — calculam alguns observadores — que a Usarsa fique onde está, com uma nova fachada.

Nicolás Ardito Barletta, o novo presidente panamenho, é um ex-funcionário do Banco Mundial, conhecido por sua proximidade com Washington. Isso leva alguns analistas a pensarem que sua gestão pode não estar à altura da de seu antecessor.

A “GALERIA DA FAMA” DE FORT GULLICK

□ Fort Gullick possui sua própria “galeria da fama”. Alguns de seus alunos mais destacados foram os seguintes: Anastasio Somoza Debayle e seu filho Anastasio Somoza Portocarrero, apelidado *El Chigüín*, membros da dinastia que dominou a Nicarágua de 1936 a 1979; os generais Policarpo Paz García e Gustavo Alvarez Martínez, ex-presidente e ex-comandante das forças armadas de Honduras, respectivamente; o general Alfredo Stroessner, que, em agosto passado, completou 30 anos como ditador do Paraguai; o

general boliviano Hugo Bánzer; o general chileno Augusto Pinochet.

Vários militares argentinos também integram “a galeria da fama”: os generais Roberto Eduardo Viola e Leopoldo Fortunato Galtieri, presidentes, respectivamente, da segunda e terceira juntas militares da Argentina. Calcula-se, nesse país, que outros 22 oficiais graduados em Fort Gullick participaram da denominada “guerra suja” que terminou com um saldo de 30 mil desaparecidos.

A “galeria”, contudo, tem suas exceções: os generais Juan Velasco Alvarado, do Peru, e Omar Torrijos, do Panamá, que encabeçaram governos nacionalistas e populares. E, para vergonha da Escola das Américas, de suas salas de aulas também saíram dois militares que se transformaram em revolucionários: Yon Sosa e Luis Turcios Lima, fundadores nos anos 60 das Forças Armadas Rebeldes (FAR), da Guatemala.

África

Serra Leoa

A corrupção em último grau

O contrabando e o mercado negro chegaram a tal ponto que mais da metade da economia dessa ex-colônia inglesa funciona hoje de forma clandestina

Carlos Castilho

Desde 1982, os quase quatro milhões de habitantes da República de Serra Leoa dividem as suas atenções entre escândalos de corrupção e as apostas sobre a sucessão do presidente Siaka Stevens que, oficialmente, tem 80 anos mas, segundo as "fofo-cas" palacianas, já passou dos 85. Tanto os escândalos como a loteria sucessória têm em comum o fato de nenhum deles ter até agora produzido consequências práticas.

O primeiro escândalo a abalar seriamente o prestígio do presidente, no cargo há 16 anos, ficou conhecido como *vouchergate*. As investigações oficiais mal haviam começado, quando estourou outro caso de corrupção que a imprensa de Freetown, a capital, passou a chamar de *squandergate*. Nenhum desses dois escândalos foi investigado até as últimas consequências e nem os mais altos funcionários públicos conseguiram provar a sua inocência, quando surgiu o mais novo caso envolvendo denúncias de abuso do poder por altos funcionários do governo Stevens. É o caso dos diamantes.

Segundo um relatório confidencial do Banco Mundial, Serra Leoa é o regime mais corrupto da África, superando até mesmo o Zaire, cujo governo já foi chamado de "a cleptocracia Mobu-

tu". A economia nacional está em colapso. A política leonesa gira exclusivamente em função do estado de humor do presidente, que é chamado de *Pa Shaki* pelos seus adeptos. A administração pública atingiu um tal grau de desorganização que, hoje, a única coisa que realmente funciona no país é o governo paralelo, dominado pela influente elite de sete mil negociantes de origem libanesa, senhores absolutos do mercado negro.

Funcionários do Banco de Serra Leoa (estatal) admitem que 80% das importações e 70%

das exportações do país são realizadas através do mercado paralelo. Segundo as mesmas fontes, mais da metade do PNB da nação circula clandestinamente, numa complexa estrutura ilegal destinada a evitar o pagamento de taxas e impostos ao governo, que, em mais de uma oportunidade, foi obrigado recentemente a recorrer a empréstimos dos comerciantes libaneses para pagar contas externas vencidas.

Um dos casos mais conhecidos de corrupção — e que é contado como piada em Freetown — aconteceu em 1983. Num mo-



O presidente Siaka Stevens surgiu como um nacionalista mas acabou envolvido pelos neo-colonialistas

mento em que era mais aguda a escassez de peixe, o principal produto de alimentação do povo, os japoneses doaram uma frota completa de pesqueiros ao governo de Serra Leoa. Os funcionários nipônicos que foram a Freetown fazer a entrega dos barcos ainda estavam no hotel antes do regresso a Tóquio, quando todo o equipamento doado foi vendido a preços baixíssimos para os mesmos grupos econômicos que retinham o pescado com fins especulativos. Os japoneses foram embora sem acreditar no que viram.

O gueto dos ex-escravos

Serra Leoa foi um país criado artificialmente pelo sistema colonial europeu no século 18. O primeiro branco a desembarcar no acidentado litoral da região foi o navegante português Pedro Cintra que, em 1462, foi atraído pelo barulho que a água do mar fazia ao bater contra os rochedos da costa. Ele achou que parecia o rugido de um leão e assim batizou o país de Serra Leoa, porque logo acima da praia, no horizonte, aparecia uma cadeia de montanhas. Cintra deu o nome e foi embora.

Três séculos mais tarde, o líder abolicionista inglês, Granville Sharp, resolveu levar para a África um grupo de 1.200 ex-escravos negros que, depois de terem ganho a liberdade, passaram a ser discriminados dentro do império britânico. Sharp comprou por 60 libras esterlinas uma área de 250km² que era propriedade de grupos étnicos instalados há séculos perto do litoral. Os ex-escravos fundaram Freetown ("a cidade da liberdade") e criaram uma empresa, a *Sierra Leone Company*, montada em bases cooperativas. Mas, os recém-chegados não conheciam a região e logo passaram a ser hostilizados pelos nativos, que temiam perder novos domínios para os ex-escravos.

Em 1790, as doenças, guerras e dificuldades econômicas haviam reduzido o contingente primitivo a menos de 50 pessoas. Foi quando chegou uma nova leva de ex-escravos, vindos desta vez dos Estados Unidos e do Caribe. Na época, a Inglaterra descobriu que o refúgio sonhado por Granville Sharp poderia ser transformado num lucrativo "depósito" de ex-escravos que passaram a fazer constantes reivindicações e que, portanto, incomodavam os seus ex-senhores britânicos. Em 1808, quando o número de estrangeiros já havia chegado a quase 30 mil, a *Sierra Leone Company* faliu porque seus ideais cooperativistas não conseguiram suportar o violento assédio dos interesses colonialistas. Serra Leoa passou então a ser administrada pela Coroa britânica, que continuou jogando os "indesejáveis" do império no porto de Freetown.

No final do século 19, os brancos começaram a chegar também em grande número, porque os colonos passaram a manipular os ex-escravos com o objetivo de enfraquecer as populações nativas. A essa altura, os ex-escravos já totalizavam quase 70 mil pessoas das mais variadas origens e que constituíam uma comunidade que passou a ser conhecida como "os crioulos". A diversidade cultural era tanta que, na virada do século, havia quase 100 línguas diferentes num país de 71 mil km² (menor do que o estado de Pernambuco).

"Dividir para governar"

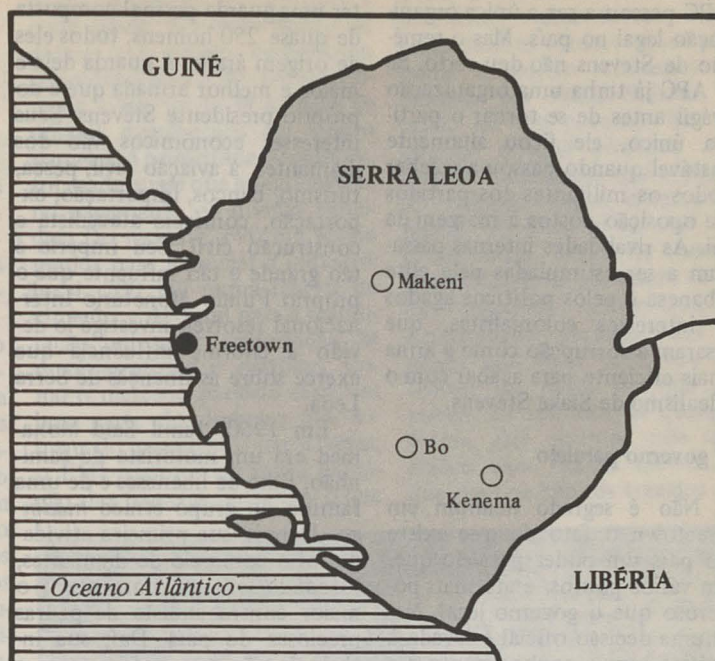
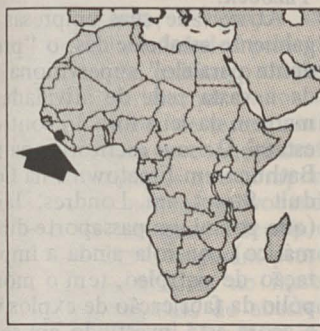
A existência de uma tal diversidade — assim como os consequentes choques de interesses — foi criada e estimulada pelos colonos britânicos para implantar o domínio sobre a região. Os "crioulos" passaram a ser os intermediários entre os brancos e os nativos, que, por sua vez, foram também manipulados de forma a entrarem em choque uns

com os outros, notadamente os grupos do norte, no planalto, contra os grupos do sul, no litoral. "Dividir para governar" foi a regra de ouro dos ingleses, que deixaram o comércio com os descendentes de ex-escravos, enquanto a agricultura ficava com os nativos das etnias *temme*, *mende* e *limba*. No início do século 20, os "crioulos" começaram a perder posições no comércio, em favor dos recém-chegados negociantes de origem mulçumana que começaram a se instalar em grande número na região de Freetown. Em consequência, os ex-escravos se transformaram em funcionários públicos.

Foram os "crioulos" que organizaram o primeiro movimento pró-independência de Serra Leoa, na década de 30, sob a inspiração de um jornalista, Wallace Johnson, que também foi um dos pioneiros na sindicalização dos trabalhadores negros. O movimento foi duramente reprimido pelas autoridades coloniais que, mais uma vez, usaram com eficiência a arma do divisionismo. Através da concessão de privilégios, um setor dos "crioulos" foi favorecido para neutralizar os autonomistas. Na década de 50, quando a Coroa começou a preparar a transição para a independência, o grupo mais próspero dos ex-escravos foi contra o fim do colonialismo direto, chegando a lutar na justiça inglesa, até 1961, a favor da manutenção do *status* de protetorado britânico.

O problema é que os "crioulos" formavam cerca de 2% da população e não queriam perder posições conquistadas na administração pública, e que seriam inevitavelmente controladas por políticos ligados aos grandes grupos étnicos locais, quando fossem realizadas as primeiras eleições diretas em Serra Leoa. E foi justamente isso que aconteceu em 1962. O sulista Milton Margai foi eleito primeiro-ministro, um ano depois da indepen-

Serra Leoa — Área: 71.740 km²;
população: 3.570 mil hab.;
capital: Freetown (295 mil hab.
em 1977); importações: 327
milhões de dólares (1980);
exportações: 152 milhões de
dólares (1981); um médico por 17
mil hab.; 76% de analfabetismo
entre os homens; esperança de
vida: 47 anos.



dência. Margai estava comprometido com os ingleses e com os “crioulos”, sem falar na comunidade de comerciantes libaneses. Isso provocou uma forte reação do dirigente nortista Siaka Stevens, que rompeu com o Partido Popular (SLPP) para criar o Congresso do Povo Unido (*All People's Congress* — APC).

Milton Margai morreu em 1964 e foi substituído por seu irmão Albert, cuja primeira preocupação foi afastar os “crioulos” da administração pública para abrir espaço para os seus adeptos do grupo *mende*, do sul. Albert Margai implantou a corrupção como método de governo e a repressão sangüinária como sistema oficial para lidar com a oposição e os descontentes. Foi o bastante para que os “crioulos” apoiassem em massa o APC de Stevens, que ganhou as eleições de 1967 com uma plataforma reformista, mas não chegou a assumir o poder. Foi deposto por um golpe militar liderado por um general sulista com o apoio dos ingleses, dos negociantes libaneses

e da grande maioria dos *mende* que temiam represálias se os nortistas do grupo *temme* viessem para a administração pública em Freetown.

Stevens foi para o exílio na Guiné, onde começou a preparar um exército guerrilheiro, enquanto na capital de Serra Leoa, os militares promoviam nada menos que três golpes entre 1967 e 69. A última das conspirações foi organizada por jovens oficiais que autorizaram o regresso de Stevens, antes que ele tivesse tempo de usar os seus guerrilheiros. Mas a volta do líder do APC não foi fácil. Os *mende* do sul continuavam muito desconfiados. A elite dos “crioulos” não queria ouvir falar de reformas, os negociantes libaneses ameaçavam boicotes caso seus privilégios fossem tocados e os ingleses achavam perigosas as idéias reformistas e socializantes do líder do APC. Stevens conseguiu tomar posse, mas teve que chamar soldados da Guiné para sua guarda pessoal, depois que ele passou a receber ameaças quase

diárias de morte. Em 1971, ele chegou a ser alvo de duas tentativas de assassinato num só dia. No plano econômico, o governo nacionalizou a exploração florestal, organizou a produção agrícola e aumentou a participação do Estado na companhia encarregada da exploração de diamantes. Houve uma melhora acentuada do nível de vida e, pela primeira vez desde a independência, não houve escassez de comida durante muito tempo.

Essas foram algumas das razões que levaram os leoneses a votar em massa no APC nas eleições de 1976. Mas a oposição não desistiu. Explorando velhas rivalidades, ela passou a promover atentados e rebeliões que jogaram o país numa situação quase caótica. Sem ter o controle total da economia, Stevens resolveu contra-atacar politicamente, propondo a formação de um partido único, como tábua de salvação para o histórico divisionismo implantado pelos ingleses. O partido único foi aprovado num plebiscito e, a partir de 1978, o

APC passou a ser a única organização legal no país. Mas o remédio de Stevens não deu certo. Se o APC já tinha uma organização frágil antes de se tornar o partido único, ele ficou altamente instável quando passou a receber todos os militantes dos partidos de oposição postos à margem da lei. As rivalidades internas passaram a ser estimuladas pela elite libanesa e pelos políticos ligados a interesses colonialistas, que usaram a corrupção como a arma mais eficiente para acabar com o idealismo de Siaka Stevens.

O governo paralelo

Não é segredo nenhum em Freetown o fato de que existe no país um poder paralelo que, em vários pontos, é até mais poderoso que o governo legal. Nenhuma decisão oficial é levada à prática sem o conhecimento e a aprovação de Jamil Said Mohamed, o mais poderoso empresário de Serra Leoa e líder da influente comunidade de sete mil negociantes de origem libanesa. Quase todo o comércio atacadista e varejista do país está nas mãos dos libaneses, que começaram a se instalar em Freetown por volta dos anos 20.

Jamil chegou ao requinte de

ter uma guarda pessoal composta de quase 250 homens, todos eles de origem árabe. A guarda dele é maior e melhor armada que a do próprio presidente Stevens. Seus interesses econômicos vão dos diamantes à aviação civil, pesca, turismo, bancos, importação, exportação, comércio atacadista e construção civil. Seu império é tão grande e tão influente que o próprio Fundo Monetário Internacional resolveu investigá-lo devido à enorme influência que exerce sobre as finanças de Serra Leoa.

Em 1960, Jamil Said Mohamed era um motorista de caminhão, filho de libaneses e de uma família do grupo étnico *madingo*. Depois, sua primeira atividade foi o comércio de diamantes, tornando-se rapidamente o maior contrabandista de pedras preciosas do país. Daí, sua influência não cessou de crescer, a ponto dele exercer hoje um virtual controle sobre os quatro mais importantes setores econômicos de Serra Leoa. Nos diamantes, ele é um dos maiores acionistas da *Precious Metals Marketing Company* (PMMC) que domina o setor e inclui a participação estatal; no sistema bancário, ele é o diretor e maior acionista do *International Bank for*

Trade & Industry (IBTI), junto com seus dois filhos, e de uma empresa libanesa chamada *Jamal Banks Trust*; na pesca, Jamil é o diretor da *Sierra Fishing Company*, na qual está associado a interesses franceses, soviéticos, espanhóis e ao governo de Serra Leoa; e no comércio, o empresário libanês controla a *National Trading Company* (NTC), junto com outro compatriota, Tony Yazbeck.

Através de suas empresas legalmente estabelecidas, o "presidente paralelo" supervisiona toda a vasta rede de atividades à margem da lei e fora do controle estatal. De seus escritórios na rua Bathurst em Freetown e na Conduit Street em Londres, Jamil (que possui um passaporte diplomático) controla ainda a importação de petróleo, tem o monopólio da fabricação de explosivos e agora está investindo em seguros. No exterior, ele tem companhias de pesca no Marrocos, na Guiné e em outros países da África Ocidental. Suas empresas têm subsidiárias nos Estados Unidos, no Líbano, na Alemanha e na Holanda.

A economia clandestina

Segundo cálculos de especialistas europeus, o contrabando anual de diamantes, ouro e pescado atinge anualmente a cifra de mais de 150 milhões de dólares. De acordo com o governo leonês, em 1980, as exportações de pedras preciosas renderam ao país 80 milhões de dólares. Em 81, essa cifra caiu para 30 milhões, baixando ainda mais em 82 quando foi de 18 milhões de dólares. Este ano, estimativas não-oficiais indicam que a arrecadação chegará à ridícula quantia de 14 milhões de dólares.

A nível do comércio e do consumo popular, os controladores do mercado negro têm o virtual domínio sobre tudo o que é comprado e vendido. Em janeiro, a única fábrica de cerveja do



O vice-presidente Francis Minah é o favorito na sucessão

país parou de funcionar por falta de dólares para importar matéria-prima. Como resultado, no dia seguinte ao fechamento, todos os bares e restaurantes de Freetown receberam fartos suprimidos de cerveja importada. Não chegou a haver escassez, indicando que os contrabandistas já sabiam do fechamento da empresa. Só que os preços do produto importado eram duas vezes maiores do que o da cerveja nacional.

Oficialmente, os preços são controlados e tabelados pelo governo. Mas, na prática, o sistema não funciona, porque todos os aumentos, antes de serem anunciados, chegam ao conhecimento dos especuladores que compram tudo o que podem, provocando a escassez, obrigando depois os consumidores a pagarem preços várias vezes maiores no mercado negro. No caso do abastecimento de peixe, a empresa controlada por Jamil Mohamed compra o produto dos pescadores e depois os revende por preços que chegam a ser 1.000% mais altos. Mas o mais fantástico sistema de mercado negro foi montado na venda do arroz. É praticamente impossível obter o alimento pelas vias normais. A situação chegou a tal ponto que o governo começou a pagar parte dos salários dos funcionários públicos e deputados em sacos do cereal. No dia seguinte ao do pagamento, o mesmo arroz já estava sendo vendido no mercado negro.

A evasão generalizada de impostos reduziu drasticamente o orçamento do governo. A rigor, os únicos assalariados que estão recebendo em dia são os militares. Os diplomatas no exterior ficam até três meses sem salários e os aposentados não recebem seus vencimentos desde outubro de 1983. A dívida externa do país foi calculada, em 1979, pelo Banco Mundial em 300 milhões de dólares dos quais quase a metade são devidos a juros.

Mas, segundo fontes não-oficiais, o endividamento é bem maior e pode passar do meio bilhão de dólares. O último empréstimo concedido pelo FMI, em fevereiro de 1984, foi de 54 milhões de dólares distribuídos em quatro parcelas. A primeira de 10 milhões, foi usada quase que integralmente no pagamento de dívidas vencidas. Do restante, 690 mil foram usados para financiar a indústria local, 200 mil numa fábrica de cimento e 450 mil para a reabilitação industrial, importação de matérias-primas e petróleo. Como o mercado paralelo absorveu boa parte do dinheiro que sobrou do pagamento das dívidas, o FMI passou a atrasar a liberação das parcelas restantes, o que

corpo em Serra Leoa a partir do início da década de 70 e foi, basicamente, uma forma usada pelos setores conservadores para minar o projeto reformista defendido por Siaka Stevens no início de seu governo. Ele era popular porque prometia uma série de benefícios que o período colonial negou sistematicamente. *Pa Shaki* e seu APC representavam, acima de tudo, a possibilidade de afirmação de valores nacionais, mesmo que, em determinado período, eles tenham sido mais próximos dos *temme* do norte do que dos *mende* do sul. Mas, de qualquer forma, eles estavam mais associados com valores nativos do que com os hábitos trazidos por



Quase todo o abastecimento de alimentos é feito à margem da lei

novamente jogou o presidente Stevens numa situação dramática.

A sucessão de escândalos

O sistema de corrupção institucionalizada começou a ganhar

ingleses e, mais tarde, pelos comerciantes libaneses.

Num país onde a unidade nacional sempre foi uma ficção e onde a multiplicidade de interesses foi usada pelos colonizadores para jogar uns contra os outros,

terceiro mundo - 55

a corrupção significou apenas o recurso mais recente para impedir o fortalecimento da consciência nacional. Quando Siaka Stevens chegou ao poder, nem ele nem o seu partido tinham maturidade política suficiente para lidar simultaneamente com as aspirações nacionais e com o complicado jogo da economia e dos interesses mercantis. A consequência foi que, lentamente, a oligarquia empresarial foi minando o projeto reformista, até desvirtuá-lo através da corrupção.

Em 1980, o jovem e ambicioso ministro das Finanças, Alfred Akibo-Betts, resolveu abrir a "caixa de Pandora" do mercado negro, do governo paralelo e da sonegação. Mr. Clean ("o senhor limpeza"), como passou a ser chamado, denunciou que cinco ministérios haviam se transformado em verdadeiros redutos da corrupção, envolvendo a prestação de serviços milionários que nunca foram realizados. As denúncias de Akibo-Betts envolveram desde políticos da capital até chefes de grupos tribais do interior. As acusações que ele formulou causaram impacto não tanto pelas revelações, que já eram do conhecimento geral, mas pela audácia de quem as formulou.

Trinta e oito dias depois do escândalo provocado pelo ministro das Finanças, ele teve que fugir da cidade e foi se exilar em Londres. Extremamente embaraçado pelas denúncias, o presidente Stevens nomeou três comissões para investigar o escândalo que, em Freetown, ficou conhecido como o *vouchergate*.¹ Nada menos de seis milhões de dólares foram gastos em vales emitidos em nome de quase 100 altos funcionários que nunca prestaram contas do que receberam. No interior, os escândalos passaram a ser conhecidos como *squandergate*,

e consistiram, basicamente, na encomenda de obras públicas que nunca saíram do papel.

Mais de duas mil pessoas de todos os escalões foram envolvidas nas investigações das três comissões criadas por Stevens em meados de 82, quase dois anos depois do início da cruzada moralista de Akibo-Betts. Os relatórios ficaram prontos em dezembro de 83, mas só em outubro de 84 é que o presidente anunciou as punições. Noventa e cinco funcionários foram demitidos mas as conclusões gerais anunciadas pelo governo foram decepcionantes. Nenhuma figura importante foi punida e apenas seis dos 400 acusados devolveram o dinheiro retirado do governo. E o pior foi que vários suspeitos denunciaram terem subornado membros da comissão investigadora. O resumo geral anunciado pelo jornal *New Citizen*, de Freetown, foi lacônico: nada foi mexido no mercado negro, no contrabando, na corrupção e no governo paralelo.

O mais novo escândalo a sacudir os já céticos leoneses envolve personagens conhecidíssimos. Em outubro, a *British Petroleum* vendeu as ações que tinha na *National Diamond Mining Co.* (NDMC) para a *Precious Minerals Marketing Co.*, de Jamil Said Mohamed. A *Precious* tem também a participação de Tony Yazbeck, do governo, e de 46 acionistas privados, em sua maioria libaneses. Mas o que provocou mais polêmica não foi a composição acionária e nem as dúvidas sobre a participação do governo na empresa. O grave é que ela passou a ter liberdade completa no mercado externo, vendendo diamantes e ouro no mercado mundial sem qualquer controle do governo de Serra Leoa. As transações feitas não sofrem nem a vistoria do Banco de Serra Leoa. Assim o chamado governo paralelo avançou ainda mais em seu controle da economia.

Loteria sucessória

Desde o ano passado, os meios políticos de Freetown permanecem na expectativa do anúncio da aposentadoria do presidente Stevens. Todos os discursos oficiais são cuidadosamente examinados em busca de pistas sobre a sucessão. Mas *Pu Shaki* não tem feito nenhum esforço para acabar com o suspense político.

No momento, os principais candidatos à sucessão são os vice-presidentes Sorie Ibrahim Koroma e Francis Misheck Minah. Dos dois, o último é o mais ambicioso e vem manipulando nos bastidores para aparecer como a melhor opção, quando Stevens se aposentar. Mas é quase certo que Minah provocará fortes ressentimentos dentro do partido, graças ao seu autoritarismo. Outro político bastante cotado é o atual ministro das Finanças, Sallia Juso Sherieff, que tem fortes ramificações na comunidade financeira e é muito respeitado pelos banqueiros internacionais. Sherieff seria o homem ideal para o FMI, mas sua base política interna é fraca.

Entre os militares, o oficial mais em evidência é o comandante do exército, major-general Joe Saidu Momoh, que, segundo rumores, teria adotado recentemente uma atitude dura em relação à corrupção no governo. Os suboficiais também manifestaram críticas a Stevens em reuniões realizadas em outubro e novembro do ano passado nos quartéis de Wilberforce, nos arredores de Freetown. Mas nenhum deles tem condições para promover um levante militar contra Stevens. Se, por acaso, o presidente morrer no exercício do poder ou for obrigado a deixar o posto por causa de doença, são grandes as chances de que o exército resolva interferir na política para acabar com a inevitável luta pela sucessão, a exemplo do que ocorreu na Guiné, após a morte de Sekou Touré.

¹ *Voucher*, em inglês, significa vale; *Vouchergate* seria o "Watergate dos vales".

Crise na Unita aumenta deserções

Membros do grupo contra-revolucionário de Jonas Savimbi revelam a jornalistas norte-americanos que a luta interna no movimento já provocou execução em massa de minorias étnicas

Jim Cason e Mike Fleshman*

A crescente tensão interna dentro da Unita chegou a um ponto crítico nos últimos meses, com uma luta aberta entre facções rivais, responsável pela execução sumária de grupos rebeldes contrários à direção de Jonas Savimbi, e seus auxiliares, todos pertencentes à etnia *ovimbundu*.

Entrevistas recentes com desertores da Unita, na cidade de

rias dificuldades de abastecimento militar, além de estar com seus estoques de roupa e comida reduzidos ao mínimo.

Parte dessas dificuldades contribuiu para aumentar o número de deserções. Esse fato permitiu ao governo de Luanda capitalizar politicamente os seus ganhos nessa longa guerra que já dura nove anos e que começou logo

grupo apoiado por Washington e Pretória aconteceu em meados de novembro, quando 46 soldados e 285 civis que apoiavam a Unita há mais de sete anos se entregaram ao exército angolano na província do Cunene. Os desertores, interessados em ganhar a anistia prometida pelo governo de Luanda, foram levados para uma fazenda estatal nos arredores de Lubango, onde alguns deles foram entrevistados.

A maior parte do grupo de fugitivos morava nos arredores da cidade de N'Giva, um distrito ocupado por tropas sul-africanas. Eles aderiram à Unita em 1976, pouco depois do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) chegar ao poder em Luanda. Na época, a Unita, com apoio sul-africano, ocupou várias regiões do sul e do sudeste do país.

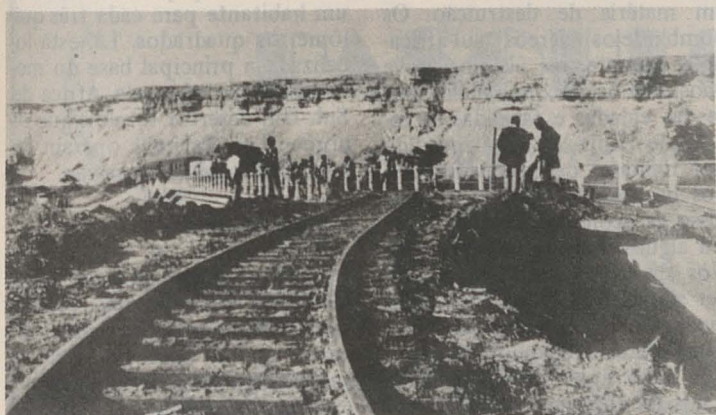
"A Unita era dominante na região naquela época, por isso, nós tivemos que aceitá-la", afirma José Gomes, um fazendeiro de 39 anos que cooperou com os contra-revolucionários desde 76. Gomes disse que, no começo, os subordinados de Jonas Savimbi o trataram bem. Os produtos que não eram plantados no local, vinham da cidade de Jamba, no extremo oriental de Angola, onde a Unita tinha a sua base principal. Mas depois de 83, Gomes afirmou que as tensões raciais entre os diferentes grupos que formavam o movimento começaram a se tornar cada vez mais evidentes. O fazendeiro, que tem ancestrais de origem *kwanyama*, acusou os membros da etnia *ovimbundu*, majoritários na direção da Unita, de começarem a executar sistematicamente os integrantes de outros grupos étnicos como os *gângela*, *chokwe* e os *kwanyama*.

Fuzilamentos

Antonio Joana, de 27 anos, que pertenceu aos grupos arma-

depois da independência. Jornalistas ocidentais, que percorreram recentemente o sul de Angola revelam, que embora a Unita não esteja à beira do colapso definitivo, o movimento teve que diminuir em muito os seus ataques contra objetivos governamentais.

A maior defecção sofrida pelo



As sabotagens da Unita visam alvos econômicos no sul de Angola

Lubango e na região central de Huambo, indicaram que o movimento apoiado política e logisticamente pela África do Sul com o objetivo de desestabilizar o governo angolano, enfrenta sé-

* Colaboradores de *Africa News*, uma newsletter norte-americana de jornalistas independentes.

dos da Unita, era o responsável por uma fazenda na área ocupada pela Unita, antes de se entregar ao MPLA. Ele conta que, a partir do ano passado, contra-revolucionários da etnia *ovimbundu*, vindos de Jamba, começaram a capturar dirigentes locais, que posteriormente eram executados. "O caso mais flagrante, conta Joana, aconteceu em agosto passado, quando chefes da Unita chegaram a nossa base e mandaram que todos entrassem em forma. Logo em seguida, eles fuzilaram sumariamente todos os que não eram *ovimbundu*, na frente dos demais". O ex-rebelde afirma que os antagonismos tribais atingem todos os níveis da Unita e que, nos últimos dez meses, pelo menos 15 chefes não-pertencentes à etnia dominante no movimento já foram executados.

Segundo informações divulgadas pelo exército angolano, Jonas Savimbi mandou prender o seu principal assessor militar em março de 84, em consequência das tensões raciais dentro do movimento. Mas, além dos choques entre grupos étnicos diferentes, os contra-revolucionários parecem também mostrar sinais de cansaço, especialmente em relação ao abastecimento deficiente de roupas e comida. Assim, com o objetivo de estimular ainda mais as deserções, o exército angolano está dando o melhor tratamento possível aos ex-membros da Unita. No campo perto de Lubango, os desertores trabalham junto com camponeses do local, recebem o mesmo tipo de alimentação e mostram-se satisfeitos com o tratamento recebido.

Oficiais do exército angolano afirmam que os desertores serão levados de volta para N'Giva tão logo a situação militar permita. Mas uma viagem de três dias pela área de operações, em companhia de soldados das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (Fapla) indica que a

paz ainda está distante. Embora a Unita não ocupe mais grandes extensões de terra ao sul de Angola, o apoio recebido das tropas sul-africanas, que ainda estão na área, faz com que 60% dela esteja sob controle militar face às escaramuças constantes. Na verdade, as Fapla estão travando duas guerras diferentes no sul de Angola.

As duas guerras

A primeira guerra acontece nas províncias de Huíla, Cunene e Bié, onde as tropas angolanas estão engajadas em combates quase convencionais com soldados sul-africanos. As forças sul-africanas ocupam uma zona que, em alguns pontos, atinge uma faixa de 15 quilômetros ao longo da fronteira com a Namíbia, na direção de N'Giva. No fronto do sudeste, a Unita só opera graças à cobertura militar sul-africana.

Os combates na região deixaram um saldo extremamente alto em matéria de destruição. Os bombardeios aéreos sul-africanos, durante os últimos nove anos, arrasaram com a maior parte das cidades e fazendas da região de Huíla, que foi invadida por milhares de refugiados vindos da área do Cunene. Apesar disso, a economia local já mostra alguns sinais de recuperação. Nós tivemos a oportunidade de ver algumas fazendas com plantações de frutas e vegetais, bem como alguns rebanhos de gado. Não havia sinais visíveis de fome e nos foi dito que a produção local era suficiente para a população, bem como para algum comércio com as regiões próximas de Lubango e Bié.

O exército angolano parecia ter o controle total da região. Não havia evidência de uma presença ameaçadora da Unita e nem os sul-africanos pareciam dispostos a ataques mais audaciosos.

A outra guerra que Angola

continua a travar envolve combates contra grupos rebeldes no norte e no oeste de Huíla e Cunene. Algumas unidades guerrilheiras da Unita e comandos sul-africanos realizam, de tempos em tempos, ataques contra objetivos econômicos e contra trabalhadores estrangeiros em Angola, com o objetivo de espalhar o medo e a insegurança. Esses ataques, no entanto, não chegam a ser suficientemente intensos para garantir um controle efetivo do território e nem para conquistar o apoio da população.

Em Huambo, ainda estão hospitalizadas algumas vítimas de ataques recentes de forças da Unita. Os contra-revolucionários continuam atuando esparsamente nas regiões pouco habitadas e só se aventuram a ações mais audazes com o apoio sul-africano. A única região onde o próprio governo angolano admite existir uma substancial presença de forças da Unita é na afastada província de Cuando-Cubango, onde a densidade populacional é de um habitante para cada três quilômetros quadrados. Lá, está localizada a principal base do movimento apoiado pela África do Sul. Um desertor revelou que os homens de Savimbi operam fazendas e hospitais na região.

O apoio sul-africano

Comandantes militares angolanos em Huambo não contestam essas afirmações, mas assinalam que as ações em larga escala contra redutos rebeldes no extremo oriental do país são muito caras e, logisticamente, muito difíceis. A base de Jamba fica quase junto à fronteira da Namíbia e é protegida, dia e noite, por aviões da força aérea sul-africana.

No momento, toda a estratégia militar e diplomática de Angola está orientada no sentido de neutralizar a ação sul-africana na zona próxima à fronteira com a Namíbia. Uma vez eliminada a

influência do governo de Pretória na área, as autoridades angolanas acreditam que estarão criadas as condições para neutralizar completamente a Unita com um mínimo de custos econômicos e com o menor número possível de perdas humanas. Alguns desertores do movimento contra-revolucionário confirmaram a importância do papel exercido pelos sul-africanos nos combates no sul de Angola. Lúcio Calopa, de 34 anos, capturado em combate, admitiu ter permanecido seis meses num campo de treinamento chamado *Dirty City* ("Cidade Suja") no norte da Namíbia, sob orientação de instrutores sul-africanos.

As mesmas revelações foram feitas por alguns ex-oficiais da Unita que foram apresentados à imprensa no final de dezembro na cidade de Lubango. Todos eles confirmaram que o exército de Pretória ainda ocupa posições



O ingresso de novos recrutas mudou a face do exército angolano

dentro de território angolano, apesar do entendimento conseguido entre os dois países em fevereiro, na cidade de Lusaka (Zâmbia). A África do Sul anunciou na capital da Zâmbia que retiraria suas tropas de Angola até o final de março, mas o prazo não foi cumprido. Diplomatas em

Luanda acreditam que o agravamento das tensões internas dentro da Unita pode ser também uma consequência da perspectiva de uma retirada completa das forças sul-africanas que hoje garantem a ação dos contra-revolucionários chefiados por Jonas Savimbi.

PASQUIM

O ÚLTIMO REDUTO DO HUMOR
CARIOCA!

TODAS AS
SEMANAS NAS
BANCAS DE
TODO O BRASIL!



**relações internacionais
comércio externo
investimento de capitais
cooperação técnica
operações bancárias**



GARANTIA DE DESENVOLVIMENTO

Av. 25 de Setembro 1695 - Telef. 28151/8 - C. P. 423 - Telegr. MOBANCO - Telex 6-355
Maputo - República Popular de Moçambique

Ásia

Irã

Os senhores da guerra

Os *pasdaran*, “soldados da revolução” islâmica, e os militares de carreira assumem suas funções com filosofias diferentes que, não poucas vezes, acaba colocando-os frente a frente

Manuel Anta

O coronel Hassan Agareb é o protótipo do militar. Para ele, a guerra parece ser uma arte complexa onde tudo deve ser ponderado, régua e esquadro na mão. Diante da imprensa — numa rápida entrevista realizada num *bunker* na “zona reconquistada” de Arwaz-Khorramshar, sul do Irã — as suas frases são secas e o objetivo transparente: mostrar com orgulho as zonas retomadas pelos seus homens ao inimigo, a tática adotada durante as operações. Ponteira na mão, acariciando a face rugosa de um mapa militar que nos mostra uma parte do sul do Irã, Hassan Agareb é a imagem da concisão e da eficiência, mas também da cautela própria de alguém que se sente vigiado.

A seu lado, o jovem Danai, 25 anos no máximo, ouve-o distraidamente. Farda diferente, ostenta a patente de “comandante operacional”. A convite respeitoso do coronel, ergue-se e toma a palavra: “Guiados pelo imã Komeini, ganharemos esta guerra”, diz, analisando exaustivamente a tática adotada pelos “soldados do imã” na conquista das ilhas Majoon.

Com o seu estilo, tão diferente do de Hassan Agareb, Danai, o *pasdaran*, acaba de colocar o dedo na ferida da divisão que se alastra entre guerreiros com sensibilidades diferentes.

Hassan Agareb é o produto de um exército totalmente moldado pelos conselheiros militares norte-americanos. Exército que chegou a ser, no tempo do xá Reza Pahlevi, a quinta força bélica mundial. Os tempos mudaram e, hoje, os militares de carreira já não ostentam a soberbia que antes os caracterizava. Desorientados pelo expurgo, fuzilamento e deserção de cerca de 15 mil dos seus oficiais e pela suspeita que o poder religioso e político nutrem pelo exército, olham para trás com nostalgia.

Os *pasdarans* (“guardas da revolução”) ocuparam o lugar deles, apropriaram-se das suas antigas prerrogativas. Corpo destinado a constituir o germe de um novo exército islâmico e, até lá, a policiar uma tropa que não merece confiança ideológica porque “serviu à monarquia e foi moldada pelas mãos da besta imperialista”, os *pasdarans* assumiram o poder.

Poder que lhes é transmitido em linha reta pelo aiatolá Komeini, que assim os premia pela sua fidelidade à hierarquia xiita,



Desfile de *bassidj* nas ruas de Teerã



Pasdarans na frente de combate: "Komeini, somos os teus soldados". Uma elite encarregada de erguer o novo exército popular



aos valores do Corão e à mensagem de Maomé.

De origem pobre, pobres continuarão. O único horizonte que a revolução islâmica lhes abriu foi o de ascenderem a cargos nunca antes imaginados. Os "maltrapilhos" de uma revolução de essência religiosa, eles são, hoje, os centuriões do regime.

As "ondas humanas"

Uma minoria de *pasdarans*, cerca de 10%, vem da burguesia, tem estudos — grande parte formou-se nas universidades do mundo ocidental, principalmente nos Estados Unidos —, constitui a elite encarregada de erguer o novo Exército Popular Islâmico. Exército que terá de aliar o conhecimento do Corão ao da tecnologia mais moderna. Daí, o apelo a essa elite e os convites que ela faz aos técnicos mais credenciados das forças armadas: "Venham trabalhar conosco, oferecêmo-lhes o dobro do que ganham aí".

O exército que eles querem organizar toma forma de dia para dia. Os *pasdarans* dispõem de

aviação e forças blindadas próprias. Momentaneamente, a sua esquadrilha aérea é composta apenas por aviões tipo *Cessna* comercial que, dotados de metralhadoras e bombas, ainda conseguem fazer estragos nas linhas inimigas. A força blindada é igual à do exército regular e, claro, inteiramente autônoma.

O poder dos *pasdarans* não se limita a isso. A seu lado, formado e treinado por eles, o corpo de voluntários — os *bassidj*. Jovens vindos do campo ou das favelas da zona sul de Teerã, os *bassidj* funcionam como pontade-lança dos ataques iranianos contra o Iraque. Sempre na primeira linha de batalha, lançam-se muitas vezes de forma suicida, contra as linhas adversárias. Os massacres de que têm sido vítimas são provocados, a maioria das vezes, pela tática que adotam: a das "ondas humanas".

Tática adotada por tropas que, sabendo-se inferiorizadas em relação ao inimigo em termos de qualidade e quantidade de material bélico, tentam suprir essa inferioridade com superioridade numérica de combatentes.

A mortandade facilmente

provocada pelo fogo iraquiano nas fileiras dos *pasdarans* e *bassidj* não é do agrado de um exército tradicionalmente hostil a "aventuras". Só que os militares não têm meios para impedir os "soldados de Komeini" de se lançarem, sem resultados práticos, contra as balas do inimigo.

Inferiorizados, olhados com desconfiança, já nem ousam combater a tese defendida por Komeini: "A força implica a capacidade de se atingir o objetivo. Este pode ser atingido matando ou sendo morto (...). Trata-se de morrer com a vontade total que nasce do amor e da ideologia islâmica. Tal morte só é possível depois de se expressar a sua fé em Deus e na Ressurreição com a idéia de sacrificar este mundo (transitório) pelo mundo eterno".

Divididos entre a sua recusa de "aventuras" desnecessárias e a intenção dos *bassidj* e dos *pasdarans* em sacrificarem "este mundo (transitório) pelo mundo eterno", os militares baixam os braços. Essa atitude também se volta contra eles: quantos oficiais não foram executados, na própria frente de batalha, por *pasdarans* e *bassidj* que os acusavam de não terem dado adequada cobertura aérea ou de artilharia a ações que acabaram em banhos de sangue, conforme previsão desses mesmos oficiais?

Soldados-crianças

Os militares são ainda obrigados pelo poder político-religioso a admitir "soldados-crianças" na frente de combate, que, como é óbvio, não constituem tropa em que se possa confiar.

Oriundos das classes mais desfavorecidas da sociedade iraniana, os "soldados-crianças" têm toda uma história atrás de si. Subjugados pela epopéia da guerra, sugestionados pela propaganda do regime e pelo "brilho" dos uniformes, tudo fazem para obter o estatuto de combatentes na primeira fila de combate. Al-

guns escolhem esse caminho não por amor às armas ou para "lutar pelo Islã" mas devido à pressão do pai. Um filho na guerra é sempre menos uma boca a alimentar e, se nela perder a vida, as contrapartidas não são desprezíveis: estatuto especial — pai de mártir —, indenização e pensão de guerra, facilidade na aquisição de certos bens de consumo.

Para o jovem combatente — que por vezes deserta da frente de batalha logo que percebe que uma guerra ao vivo nada tem a ver com o enredo de certos filmes e histórias em quadrinhos —, a opção também é ditada, frequentemente, por duas realidades do seu cotidiano — pobreza e horizontes sem saída. Na guerra, sempre se tem cama e mesa, há



Porta de um quartel nas proximidades da estrada Arwaz-Khorramshar

sempre a possibilidade de se voltar herói.

Homens antes do tempo (a maioria islâmica é atingida aos 15 anos), os "soldados-crian-

ças" vão alimentando as "ondas humanas".

É o caso de se dizer: quando os grandes guerreiam, são as crianças que morrem. ●

SOCIALISMO DEMOCRACIA

JUL/SET-84 3

Ponto de Partida - Certas dos Leitores

A Comuna de Paris - Daniel Fresnot

Os últimos anos de Bukharin - João da Penha

Por uma democracia socialista - Jacob Bazarian

Habitação: uma questão escamoteada - Ricardo Stumpf Alves de Souza

O trotskismo no Brasil - João Machado Borges Neto

Manipulação ideológica da ciência - João Zanetic

Ideologia e psicanálise - Bernard Muldworf

O balanço - Jean Ferrat

Entrevista com Ulysses Guimarães

Cinema independente no Brasil - Renato Tapajós



EDITORA ALFA-OMEGA

você se interessa pelo futuro político do Brasil?

leia a nova revista
SOCIALISMO & DEMOCRACIA

Solicito o envio de exemplar da Revista Socialismo e Democracia 3 ao preço de Cr\$ 3.900,00
☐ via Reembolso Postal (Inclui despesa postal) ☐ pagamento com cheque visado (Isento de despesa postal)
☐ pagamento com vale postal (Isento de despesa postal)

Nome
 Endereço
 CEP Cidade Estado
☐ Solicito o envio automático de Socialismo e Democracia 4
☐ Solicito envio grátis de catálogo completo da Editora



Editora Alfa-Omega — 05413 — Rua Lisboa, 500 (011) 852-6400 São Paulo — SP

Mulher

Moçambique

A família e a sociedade

Quase dez anos após a independência, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) aprofunda a discussão sobre a libertação feminina

Etevaldo Hipólito

A primeira conferência da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) aconteceu em 1973, ainda no calor da luta armada de libertação nacional. A crescente participação feminina no combate contra o regime colonial veio provocar debates quanto à verdadeira natureza do seu papel na nova sociedade que se projetava implantar. Ao contrário do que se passou em alguns países — onde, uma vez alcançada a independência, as mu-

lheres foram desmobilizadas e forçadas a aceitar uma posição subalterna na nova ordem estabelecida —, em Moçambique, o que se procurava era torná-la elemento participante e dinâmico do processo revolucionário. Ao se abordar a questão da relação homem/mulher, insistia-se em que não era aí que deveriam ser procurados e combatidos os antagonismos, mas na própria organização política, econômica e social em vigor.

Também foi derrotada a tese segundo a qual trabalhar pela libertação da mulher significaria desviar a luta do seu objetivo principal.

As definições adotadas nessa conferência estavam de acordo com a linha revolucionária da Frelimo, que defendia um processo de transformações profundo e abrangente.

Realizada poucos meses após a criação da OMM, em dezembro de 1972, essa conferência indicou, em resumo, como tarefas imediatas os seguintes pontos¹: a) popularização da linha da Frelimo sobre a emancipação da mulher; b) aumento do efetivo do Destacamento Feminino, coluna vertebral da Frelimo na luta pela emancipação da mulher, devendo assumir a tarefa de vanguarda da OMM; c) elevação do nível político e educacional das mulheres; d) organização de cursos para a formação de quadros do Destacamento Feminino e da OMM, sob a orientação do Comitê Executivo; e) dinamização do processo de definição de tarefas concretas para as mulheres, no local de residência e em cada setor de trabalho; f) organização de seminários provinciais e nacionais para troca de experiências; g) visita aos centros de refugiados a fim de mobilizá-los para as tarefas da luta; h) promover a criação de novo tipo de relações homem/mulher, modificando a sua concepção sobre o casamento e o lar; i) mobilizar a opinião internacional a favor da luta travada pelo (nosso) povo. Expressar a solidariedade da mulher e do povo moçambicano para com a luta libertadora e revolucionária das mulheres e dos povos do mundo inteiro.



O presidente Samora Machel na abertura da Conferência da OMM

¹Documento da 2ª Conferência da Organização da Mulher Moçambicana, realizada em Maputo de 10 a 17 de novembro de 1976.

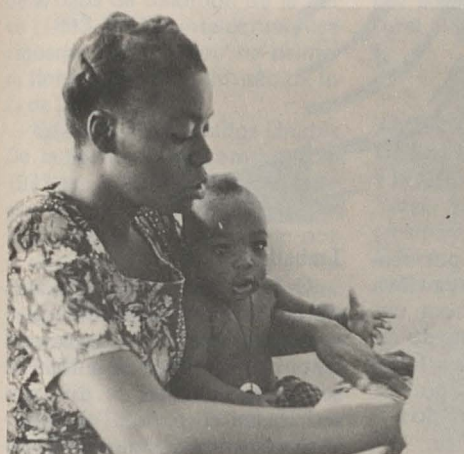
No segundo encontro de âmbito nacional — decorrido em 1976 —, os temas abordados foram mais vastos, e ampliaram o leque de exigências dirigidas às organizações populares emergentes do período da luta armada. A necessidade de alfabetização em grande escala, o desconhecimento da língua portuguesa — elevada a idioma oficial — a urgência de se combater as superstições e o obscurantismo, foram

dessa produção e de toda a vida social, forjando as relações sociais que caracterizarão a nova sociedade.

A família como centro

A recente conferência extraordinária da Organização da Mulher Moçambicana reuniu mais de 500 participantes, entre nacionais e estrangeiras. Divididas

em agosto do ano passado, a existência de uma crise nas cidades caracterizada pelo assustador aumento de casos de pedidos de divórcio, separações e abandono do lar”. Como viria a ser demonstrado nas discussões realizadas em todo o país, o conflito entre valores da sociedade tradicional e os próprios dos meios urbanos entram como importante componente do drama vivido por milhares de moçambicanos.



A família foi o centro dos debates na conferência, em virtude de se haver constatado um assustador aumento de casos de pedidos de divórcio

alguns dos problemas debatidos naquela ocasião, assim como a necessidade de se tomar medidas concretas contra a marginalização de que são vítimas as mães solteiras e as mulheres divorciadas. E tudo isso sem falar nas questões levantadas em torno dos casamentos forçados, prematuros e na prática da poligamia e do *lobolo* (a “venda” da mulher à família do noivo).

O documento divulgado no final da conferência apontava os objetivos a serem alcançados pela OMM, de forma a estabelecer uma relação de igualdade entre homens e mulheres: 1) que a mulher assuma a idéia de que a sua emancipação passa pela sua integração na produção — base material da construção da sociedade socialista — e, 2) que a mulher se engaje nas tarefas de organização

em dez grupos de estudo, as delegadas oriundas de todas as partes do país receberam o apoio de membros dos organismos vinculados à Educação e Justiça, nos cinco dias que duraram os debates. Como ressaltou a imprensa moçambicana, a importância atribuída a essa reunião pode ser avaliada pela presença de membros da mais alta direção do Partido e do Estado.

A família foi o centro dos documentos apresentados para discussão, a começar pelo discurso de abertura proferido pelo presidente Samora Machel. Em uma reportagem dedicada à conferência, o semanário “Domingo” escrevia: “O problema da família aparece priorizado na conferência em virtude de se haver constatado, ao longo de toda a preparação deste encontro, iniciada

Para efeito de estudos, o país foi dividido em três regiões — norte, centro e sul —, de acordo com características sócio-culturais bem marcadas. No norte, que abrange as províncias de Cabo Delgado, Nampula e parte da Zambézia, ganham peso o sistema de parentesco matrilinear, a influência muçulmana e, em termos econômicos, a agricultura de tipo familiar. Nessa região, apresentam grande incidência os casamentos prematuros, realizados tão logo os jovens passem pelos ritos de iniciação. Aliás, a presença desses rituais se encontra de tal maneira arraigada no seio da população que, no decorrer do trabalho de pesquisa, surgiram propostas no sentido de que eles não sejam eliminados, mas depurados em suas manifestações negativas. Dessa forma,



Uma das participantes da Conferência lê a cobertura do jornal "Notícias" sobre o evento

estaria preservado um meio de transmissão de determinados valores relacionados com a educação sexual, moral e práticas de higiene.

Por sua vez, a zona sul engloba as províncias de Inhambane, Gaza e Maputo. O sistema de parentesco é patrilinear e a influência religiosa predominante vem de diferentes confissões cristãs. Uma constatação feita durante as reuniões prévias à conferência extraordinária indica que, nesse tipo de organização familiar, existe uma acentuada superioridade do homem em relação à mulher, mesmo que ela desempenhe um papel ativo na vida econômica. A prática do *lobolo* também se encontra bastante arraigada, acentuando assim o papel subalterno a que foi relegada a mulher. Inicialmente, a oferta de bens materiais aos pais da noiva teria o sentido de manifestar reconhecimento por terem concordado em unir as duas famílias. Com o passar do tempo, delineia-se com mais força o lado econômico da aliança, passando a mulher a figurar como objeto de troca. Esse aspecto se tornou de tal forma importante que na sequência do *lobolo* aparecem os

casamentos herdados — por ocasião da morte do marido, a viúva é obrigada a casar-se com um cunhado ou outro parente do esposo para que os bens e a força de trabalho representada por ela e os seus filhos não saiam do antigo círculo familiar.

A zona do centro é conformada pelas províncias de Tete, Manica, Sofala e parte da Zambézia. Em termos religiosos, a influência maior vem das antigas missões católicas. Socialmente, coexistem os sistemas de parentesco matrilinear e patrilinear. Como sucede no restante do país, em ambas as formas de organização familiar, a mulher se encontra relegada a segundo plano. Os homens, pelo contrário, ainda gozam de privilégios inculcados pela educação tradicional, que coloca em suas mãos mecanismos que tendem a reforçar a sua posição. Como acentua o documento debatido na conferência, tanto o *lobolo* como a poligamia são práticas ainda em vigor que vão muito além de uma simples exploração econômica da mulher e podem comprometer a estabilidade de uma família constituída em bases não coercitivas.

Trabalho conjunto

O Ministério da Justiça, através de uma proposta, defendeu a necessidade de uma atuação conjunta com a OMM, no sentido de conter o aumento de divórcios verificados no país. "Temos plena consciência de que a lei, enquanto instrumento de expressão do nosso poder, não pode, na análise e resolução de questões tão delicadas como são as relações de família, tomar um caráter meramente repressivo, como lhe deve ser característico quanto ao conhecimento de delitos e crimes", ressalta o documento.

O projeto prevê a discussão em todo o país da legislação relacionada com a família. No campo e nas cidades, os debates terão como objetivo acabar com as leis herdadas do período colonial e abrir caminho para uma melhor compreensão do que significa um núcleo constituído por marido, mulher e filhos em um determinado contexto social. A edição de um documento legal sobre casamento, divórcio e separações deverá ser acompanhada por um trabalho de consultoria pré-matrimonial e de apoio direto à família.

SANDINO: FREE COUNTRY OR DEATH (Sandino: Pátria livre ou morrer)

Salomón de la Selva.

Recompilação de Jorge Eduardo Arellano, Biblioteca Nacional da Nicarágua, Manágua, 1984. 44pp.

O livro é uma recompilação de artigos de Salomón de la Selva (1893-1959), intelectual nicaraguense que figurou na primeira linha de apoio e difusão da luta de Sandino.

Educado nos Estados Unidos, De la Selva iniciou, em julho de 1927 em Washington, uma enérgica campanha contra a política intervencionista do governo norte-americano em sua pátria. Naquele momento, ele atuava como delegado da Federação Operária Nicaraguense perante uma conferência panamericana de trabalhadores, e Sandino estava iniciando a gesta que terminaria com a expulsão das tropas norte-americanas em 1933.

O livro, de 44 páginas, é apresentado pelo atual ministro do Exterior nicaraguense, padre Miguel D'Escoto, e mostra Sandino como o nativo do povoado indígena de Niquinohomo, o guerreiro lendário, o rebelde antiimperialista, o herói-mártir.

De la Selva enfatiza como, apesar da imagem de Sandino criada pela imprensa norte-americana de "bandido e assassino", ele foi símbolo de patriotismo para muitos latino-americanos. "São Digno", para os camponeses das montanhas nicaraguenses de Las Segovias.

O escritor enfatiza a resposta de Sandino ao ultimato que os *marines* fizeram de ele entregar as armas antes do 15 de julho de 1927: "Eu quero a pátria livre ou morrer".

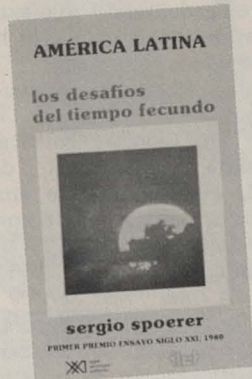
Editado pela Biblioteca Nacional da Nicarágua em inglês, os artigos situam o leitor no local e

no momento histórico da luta e do assassinato de Sandino. Surge a galeria de personagens proeminentes da época, como os políticos liberais José Maria Moncada e Juan Bautista Sacasa.

Os artigos foram recompilados por Jorge Eduardo Arellano, historiador e membro do conselho editorial do suplemento cultural *Ventana*.

AMERICA LATINA — LOS DESAFIOS DEL TIEMPO FECUNDO

Sergio Spoerer. Ediciones del Ornitorrinco. Siglo Veintiuno Editores e Ilet. Col. Pensamiento Alternativo, 1984, 163pp.



Para o autor, "este livro quis ser, antes de tudo, um exercício de otimismo", assim como, "também, uma oportunidade para se explicar as razões e as funções que um ensaio como este pode ter".

O especialista francês em problemas latino-americanos, Alain Rouquié, se perguntava num artigo publicado pelo jornal *Le Monde*, em 1981: "A democracia é um sonho?". E acrescentava: "Um grande editor mexicano propôs como tema para o seu concurso de ensaio 1980: o que fazer na América Latina? O pri-

meiro prêmio foi ganho pelo livro estimulante e otimista de um jovem sociólogo chileno, Sergio Spoerer. Ao mesmo tempo, na Argentina, um então líder político da oposição, hoje presidente da República, Raúl Alfonsín, colocava publicamente a mesma pergunta. Dois livros, uma mesma resposta: restabelecer a democracia".

De fato, a democracia é, o tema maior deste livro que — sem ter perdido nada da sua atualidade — pôde agora, pela primeira vez, ser publicado no Chile.

Sergio Spoerer, doutor em sociologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris, foi consultor da Unesco e encarregado de estudos do Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement. Atualmente, é pesquisador do Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (Ilet), em Santiago do Chile.

INDEPENDENT KENYA (QUÊNIA INDEPENDENTE)

Zed Press, Londres, 1983.

Este livro foi escrito por um grupo de intelectuais, cientistas políticos e militantes partidários, que não puderam assinar os seus trabalhos devido a perseguições políticas dentro de seu país. Trata-se de uma análise em profundidade e de um ponto de vista marxista da complexa realidade sócio-econômica do Quênia, uma ex-colônia inglesa, apontada na Europa como um modelo de democracia. O que os autores mostram, no entanto, é um quadro completamente distinto do mostrado pela imprensa e pelos políticos da antiga metrópole.

O simples fato dos autores terem que permanecer anônimos mostra o grau de repressão a que estão sujeitos os que contestam

Livros do 3º Mundo

o esquema vigente no Quênia, desde a independência, há 20 anos. É uma história de corrupção, enriquecimento ilícito, supressão brutal dos movimentos de oposição e da divisão do país entre uma elite minoritária extremamente rica e uma grande maioria de camponeses pobres. O livro contém também trabalhos sobre a questão cultural e uma controvertida análise sobre a história colonial do Quênia, com ênfase especial ao fenômeno *mau-mau* e à personalidade de Jomo Kenyatta, o pai da independência do país. O livro não pode ser vendido em Nairôbi, onde as poucas cópias que circulam no país são passadas clandestinamente de mão em mão.

O MUNDO DO PETRÓLEO

Pablo Piacentini. Col. Terceiro Mundo, Tricontinental Editora, Lisboa, 1984.



A incerteza quanto ao futuro do petróleo preocupa produtores, transnacionais e consumidores. Agitam-se políticos e homens de negócios, derrubam-se governos, alteram-se as estruturas de produção e de consumo.

A unidade da Opep pôs em causa as estruturas tecnológicas

da economia mundial. Hoje, apesar de enfraquecida, os efeitos do seu poder reivindicativo ainda abalam a estabilidade econômica e política do mundo. E é de tudo isso que nos fala Pablo Piacentini neste seu livro "O mundo do petróleo", um "estudo dos principais aspectos econômicos, estratégicos e políticos do combustível que condiciona o sistema industrial contemporâneo, suas origens, resenha histórica, situação atual e perspectivas".

Pablo Piacentini é um nome bem conhecido dos numerosos leitores de *cadernos do terceiro mundo*. Integrou a equipe de jornalistas latino-americanos que fundou nossa revista, em Buenos Aires, em 1974, e a ela sempre esteve ligado, sendo hoje seu editor associado e o redator habitual dos seus editoriais.

Pablo Piacentini nasceu em Buenos Aires em 1936. Licenciado em Ciências Políticas, é jornalista profissional desde 1963, especializando-se em assuntos de política e economia internacional.

Foi cofundador, em 1964, da Agência *Inter Press Service Terceiro Mundo*, onde desempenha as funções de diretor editorial e chefe da redação na sua central em Roma, Itália.

Ex-conselheiro do presidente argentino Héctor Cámpora e assessor do ministro do Interior do seu governo progressista (1973); editor internacional de *Noticias*, então o único jornal de Buenos Aires aberto a temas do Terceiro Mundo e ligado aos setores de vanguarda do peronismo; autor do livro "Chile, uma tragédia americana", 1974, e um dos diretores da, na época, recém-criada *cuadernos del tercer mundo*, viu-se, por todos esses "pecados", condenado à morte pela Aliança Anticomunista Argentina (Tríplice A). Obrigado a exilar-se, re-

fugiu-se em Lima, Peru, seguindo depois para Roma, onde reside atualmente.

AGRIBUSINESS IN AFRICA (AGROINDÚSTRIA NA ÁFRICA)

Barbara Dinham & Colin Hines. *Earth Resources Research Ltd, Londres, 1983.*



Num momento em que a maior parte dos países africanos enfrenta agudos problemas alimentares, este livro mostra como a introdução da agroindústria, nos moldes ocidentais e capitalistas, alterou a estrutura de produção agrícola no continente negro. Sob inspiração de interesses econômicos vinculados às antigas metrópoles, países como Quênia, Gana, Tanzânia, Senegal e Costa do Marfim abandonaram a agricultura tradicional e se concentraram nos cultivos de exportação. Foi a mudança que provocou as alterações mais profundas em toda a história econômica desses países. O resultado é que eles e muitos outros produzem o que não consomem, e consomem o que não produzem mais. A consequência inevitável foi a fome endêmica e a deterioração dos níveis de nutrição. O livro se concentra na análise da ação das transnacionais da alimentação na África.

Falcões ou pombos?

O Pentágono coloca seus critérios e condições para intervir militarmente no Terceiro Mundo

Gino Lofredo

A uma década de sua retirada desordenada do Vietnã, os militares dos Estados Unidos sintetizam as lições de sua derrota e articulam uma nova doutrina para orientar o uso do "poder militar". O discurso pronunciado pe-

riqueza econômica e a capacidade técnica — e outros abstratos, como a força moral ou a vontade nacional. Nossas forças militares — fortes, rápidas e modernas — são um acréscimo verdadeiro e concreto a nosso poder como na-

ção. Quando estas se combinam, em um só instrumento, com a vontade nacional, então o poder nacional é efetivo". Ao destacar a importância dos componentes "abstratos" do poder de uma nação, equiparando-os com sua capacidade militar material, Weinberger expressa uma das principais conclusões a que chegou a geração de oficiais formada pela guerra no Vietnã: os Estados Unidos, nesse país da Indochina, foram derrotados política e não militarmente. Sua ineficácia teve bem mais a ver com a falta de uma concepção estratégica adequada da guerra do que com suas numerosas mas secundárias falhas táticas.

O conceito de "vontade nacional" tem dois correlatos operacionais no contexto norte-americano: um consenso de opinião favorável entre os cidadãos e um apoio político entre seus representantes no Congresso. Esses foram os dois elementos ausentes no comando estratégico interno da guerra no Vietnã. Inicialmente, os militares foram os receptores da "responsabilidade histórica" da derrota do sudeste asiático mas gradativamente a partilha de responsabilidades vai recaindo sobre a condução política da guerra.

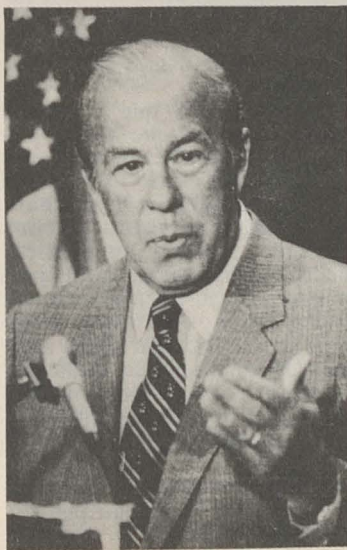
O chefe do Pentágono apresentou seis critérios guias para avaliar a decisão de enviar ou não forças militares dos Estados Unidos a combate. Primeiro, diz Weinberger, "não devemos investir nossas forças a menos que se decida que o enfrentamento em questão é vital para nosso interesse nacional ou de nossos aliados...".

Segundo, "se decidirmos que é necessário usar tropas (...), devemos fazê-lo de todo coração e com clara intenção de vencer (...). Se não estivermos dispostos a investir as forças e os recursos necessários para conseguir nossos objetivos, não devemos em absoluto comprometer-nos (...)".

Terceiro, "(...) se decidirmos entrar em combate, devemos ter objetivos políticos e militares



O secretário de Defesa dos EUA, Caspar Weinberger (acima) e o secretário de Estado, George Shultz (abaixo): estratégias diferentes?



lo secretário de Defesa, Caspar Weinberger, a 28 de novembro passado em Washington, é uma síntese precisa da atual concepção do estado maior conjunto norte-americano, resultado de dez anos de reflexões autocríticas. Sua leitura cuidadosa acaba sendo mais informativa do que a enorme carga de notícias e comunicados que diariamente são disparados contra o público dos Estados Unidos e do mundo.

"O poder de uma nação tem elementos concretos — como a

claramente definidos. Devemos saber precisamente como nossas forças podem conseguir esses objetivos (...) e devemos contar com e dispor das forças necessárias para atingi-los". Nessa parte de seu discurso, Weinberger citou Clausewitz: "Ninguém que esteja lúcido deve começar uma guerra sem ter definido o que é que quer conseguir com ela e a maneira como tem intenção de fazê-lo (...)". Em uma clara alusão ao deslocamento de *marines* no Líbano, Weinberger disse que "devemos enviar forças capazes de cumprir com sua missão e não atribuir uma missão de combate a uma força constituída para ajudar a manter a paz (...)".

Quarto, "a relação entre nossos objetivos e as forças acionadas deve ser constantemente reavaliada e ajustada, se for necessário, e devemos constantemente fazer-nos as perguntas fundamentais: esse conflito é de nosso interesse nacional? (...) Se a resposta continuar sendo afirmativa, temos de vencer e, se deixar de sê-lo, não devemos ficar combatendo (...)".

Quinto, "(...) devemos contar com o apoio do povo norte-americano e seus representantes eleitos no Congresso (...)". Não podemos lutar com o Congresso em casa e contra o inimigo fora de nossas fronteiras (...). Não podemos pedir a nossas tropas que NÃO vençam e que simplesmente continuem ali (...) como no Vietnã".

Sexto, "o uso de forças de combate deve ser a opção final (...)". E concluiu Weinberger: "Esses critérios têm por objetivo inserir no debate uma nota de precaução (...), no momento em que estamos arriscando as vidas de nossas tropas, esta preocupação é não só prudente como moralmente obrigatória (...)".

A sutil fronteira entre a guerra e a paz

A multiplicidade de conflitos atuais e potenciais no Terceiro Mundo, diante dos quais os Estados Unidos se sentem obrigados a tomar partido, reatualizaram essa discussão. "Hoje, a linha di-

visória entre a guerra e a paz, entre conflitos abertos e atos hostis semi-clandestinos, é muito mais sutil do que em qualquer outro momento de nossa história", diz Weinberger, "(...) não podemos prever com segurança onde, quando, como e de que direção seremos agredidos (...). Devemos estar preparados para enfrentar ameaças que vão desde atos terroristas isolados, ações guerrilheiras, até enfrentamentos militares em grande escala (...)". Por trás dessa afirmação quase paranóica, se encontra a visão imperial segundo a qual tudo que ocorre no planeta diz respeito em alguma medida aos Estados Unidos e está sujeito à possibilidade de uma ação preventiva, ofensiva ou de represália, com ingredientes de força.

O discurso de Weinberger se refere quase que exclusivamente ao que denomina "conflitos da zona cinzenta", e que outros especialistas militares batizaram de "guerras de pequena intensidade". Ambos os termos se referem a conflitos no Terceiro Mundo em defesa de um aliado agredido por um vizinho hostil, ou debilitado por uma política interna antipopular, contra movimentos insurrecionais ou em ações de represália a países não-alinhados, incondicionalmente, a Washington. As situações arquetípicas desses conflitos se encontram hoje na África do Sul, no Oriente Médio e na América Central e Caribe, e continuarão presentes pelo menos até o final do século.

A mensagem que o estado maior conjunto quis tornar pública através de Weinberger é que os Estados Unidos não devem mobilizar suas forças de combate nesses conflitos, sem que estejam presentes as condições políticas internas e internacionais que permitam à nação e seu governo canalizar todos os recursos necessários para obter uma vitória militar. Os militares não estão dispostos a ser envolvidos em guerras cujos objetivos políticos e militares estão vagamente definidos e diante das quais não contam com o apoio político do Congresso e da opinião pública norte-americana.

"Não mais guerras que não possamos ganhar..."

"Os militares já perderam duas guerras seguidas no Terceiro Mundo, na Coreia e no Vietnã, e não querem que os metam em uma terceira (...)", disse-nos o coronel Edward King, um especialista em assuntos militares latino-americanos designado pelo estado maior como ligação com a Junta Interamericana de Defesa antes de sua reforma e, atualmente, assessor do senador por Massachusetts, Paul Tsongas para questões da América Central. "Há quinze ou vinte anos, durante as fases iniciais da guerra do Vietnã, quando nós fazíamos essas críticas no Pentágono, nos chamavam de comunistas (...)". Há quatro ou cinco anos criou-se um consenso interno em torno desses critérios e, agora recentemente, se tornam públicos (...)", acrescentou o coronel King.

Por acaso, se criou um movimento antiintervencionista dentro das forças armadas dos Estados Unidos? Certamente que não, contudo existe uma clara noção entre a oficialidade militar de que a mobilização de forças de combate dos Estados Unidos requer condições político-militares muito especiais e que se estas não existem se deverá recorrer a outros meios diplomáticos ou de força para enfrentar o problema.

Porém, segundo o almirante Eugene Carroll, do *Center for Defense Information*, a recente prudência dos militares "não significa, necessariamente, que se consiga evitar uma intervenção direta na América Central. Há um ditado na marinha no sentido de que se pode chegar até onde a proa do barco apontar (...) e tudo o que estamos fazendo na região em função de manobras militares, capacitação de exércitos e mobilizações de ataque apontam para uma eventual intervenção. O aspecto dramático do discurso de Weinberger é que sugere que, para se chegar à decisão de intervir, a operação teria que ser de uma grande envergadura para satisfazer os critérios do Pentágono com um investi-

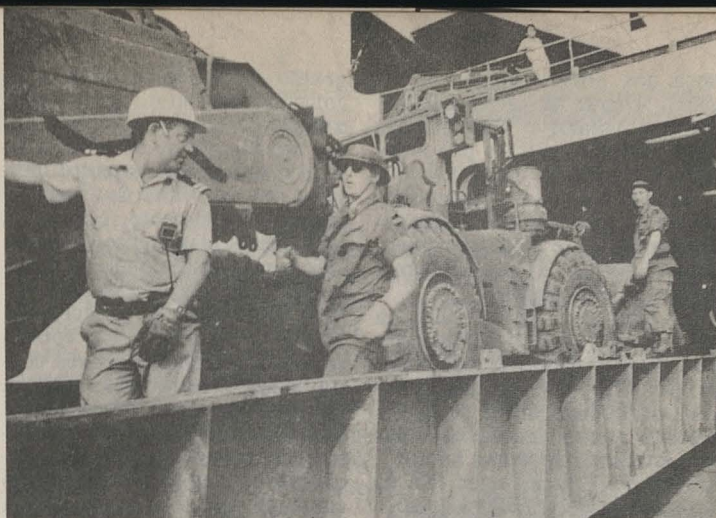
mento de recursos humanos e materiais muitas vezes superior ao que se aplicou em Granada”.

Ações paramilitares e ataques relâmpagos

Segundo o coronel King, as ações militares a que se refere Weinberger não descartam “as guerras clandestinas ou as ações de represália instantânea”, referindo-se ao uso de exércitos paramilitares e mercenários contra a Nicarágua ou contra Angola e Moçambique, operações organizadas e financiadas pela CIA. “Os militares profissionais consideram a CIA como um bando de palhaços e não vêem as suas operações como parte de uma estratégia militar séria (...)”, diz King. No caso da Nicarágua, a continuação da guerra clandestina é vista pelo Pentágono como condenada ao fracasso, embora seja conjunturalmente útil como instrumento de pressão e, inclusive, para evitar precisamente que os políticos na administração e no Congresso decidam fazer uso dos *marines* ou do *U. S. Army*.

Outro tipo de ação que não é excluída na proposta de Weinberger são as represálias com objetivos políticos precisos. “Se os nicaraguenses adquirissem seus *Migs*, em questão de horas os Estados Unidos os destruiriam, assim como também um ou mais aeroportos e boa parte da infra-estrutura econômica do país (...)”. Os sandinistas sabem disso (...). Foi dito praticamente por todo mundo, de Shultz para baixo (...) e o estado maior não teria objeção nenhuma contra essa missão (...)”, diz King, coincidindo com as declarações públicas de um amplo espectro político do Congresso e em sintonia com a maioria das opiniões públicas dos Estados Unidos que aprovava inicialmente uma ação desse tipo.

A mobilização dos *marines* no Líbano representa o protótipo da operação militar que o estado maior quer evitar, com a divulgação de sua doutrina. Sua presença foi promovida politicamente pelo Departamento de Estado



Presença dos EUA em Honduras: risco de uma intervenção

“para apoiar as gestões diplomáticas” então em curso. A administração norte-americana adotou a decisão da mobilização e impôs como condição que as tropas não entrassem em combate além de impedir que estivessem adequadamente aparelhadas para fazê-lo. O Congresso, a fim de evitar toda responsabilidade política, deixou que a Casa Branca fizesse o que queria e, simultaneamente, livrou a cara com declarações críticas sobre a decisão adotada. Os militares pagaram com 265 mortos e, apesar de terem se oposto desde o começo à mobilização militar, tiveram que arcar com os ataques políticos e assumir parte das responsabilidades pela derrota.

O comentarista do *New York Times*, William Safire, caracterizou o discurso de Weinberger como a expressão da doutrina de “queremos somente guerras fáceis e divertidas”, como em Granada. Weinberger, de fato, contrapõe o “fracasso” do Líbano à “vitória” de Granada, que muitos no Pentágono colocam como modelo das operações “aceitáveis”: rápidas, de baixo custo, com amplo apoio da opinião pública e de grande utilidade simbólica. Mas o almirante Eugene J. Carroll nos disse que “Granada foi uma situação atípica, que provavelmente não se repetirá (...)”. Lá, uma Força de Tarefa Conjunta e uma dúzia de navios de guerra enfrentaram menos de

mil soldados mal armados e mal treinados (...), e, apesar disso, tivemos sérias dificuldades de comunicações e coordenação (...)”.

Carroll afirma que um enfrentamento com a Nicarágua “requereria um investimento de forças muitas vezes superior, a guerra se prolongaria indefinidamente e enfrentaríamos um exército relativamente bem treinado de até 60 mil efetivos (...)”. Mas o que o almirante Carroll considera chave na avaliação das perspectivas de intervenção direta é que essa ação enfrentaria, desde o começo, a oposição política interna do público e do Congresso. Estes constituem, segundo o coronel King, os fatores que sustentam a oposição a uma intervenção militar direta na América Central por parte do estado maior conjunto: “(...) Trata-se de uma operação altamente arriscada do ponto de vista político e bastante cara militarmente falando (...)”.

Weinberger expressa, de forma mais velada, a mesma atitude em seu discurso: “O presidente não permitirá que nossas forças militares se vejam arrastadas gradualmente para o combate na América Central ou em qualquer outra parte do mundo (...) e, de fato, nossa política foi elaborada precisamente para evitar essa situação (...). Por isso necessitamos que o Congresso continue prestando apoio e dando confi-

terceiro mundo - 71

ança aos nossos amigos na região". Diante da eventualidade de uma "maior e mais extensa penetração soviética e pró-soviética (cubana) no hemisfério nos próximos meses (...), necessitaremos de mais assistência econômica e militar e mais treinamento para ajudar os que desejam a democracia na região (...)"

O almirante Carrol sublinha uma das contradições implícitas na doutrina elaborada por Weinberger: "Há uma profunda incompatibilidade entre os fins e motivos que alegamos e os meios que estamos dispostos a adotar", afirma ele. "Weinberger fala de democracia e estimula a colaboração com os *contras* que não são mais do que terroristas que matam civis, mulheres e crianças, enquanto nós pagamos os seus salários (...)"

Diplomatas falcões e militares pombos?

Tradicionalmente, o Departamento de Estado norte-americano, como encarregado da elaboração da política exterior e da

gestão diplomática, tem sido contrário ao uso da força na resolução de conflitos. O Pentágono, nas décadas de 60 e 70, favorecia o uso de instrumentos militares nos conflitos do Terceiro Mundo. Atualmente, essa linha está menos claramente definida. "Os papéis tradicionais se inverteram", diz-nos o coronel King. "Por um lado, é o secretário Shultz quem promove o conceito das represálias militares contra ataques terroristas, embora morram inocentes (...), e foi Shultz um dos principais promotores da invasão de Granada, enquanto que agora Weinberger recomenda agir com suma cautela antes de mobilizar nossas forças militares em apoio a gestões diplomáticas (...)"

A diferença é claramente explicável em função dos riscos que os dois setores do aparelho político correm, ao assumir a responsabilidade de intervir militarmente. Daí a utilidade política e prática das "guerras clandestinas e através de terceiros" contra a Nicarágua, contra Angola, no Afeganistão ou em Moçambique.

A relação tradicional entre falcões e pombos se mantém, no entanto, no que se refere às negociações estratégicas sobre armas nucleares com a União Soviética. Nessa frente, o Departamento de Estado assume o papel de defensor do diálogo e o Pentágono se opõe intransigentemente a acordos que reduzam o ritmo de crescimento do arsenal nuclear. Essa atitude poderia se explicar, em parte, em função dos milhares de milhões de dólares que poderiam ser eliminados do orçamento do Pentágono diante de resultados positivos nas negociações. Ao mesmo tempo, as vantagens políticas de tais negociações se desviariam na direção do Departamento de Estado e, em geral, dos civis. As leis da política interburocrática e os interesses do complexo militar-industrial explicam com suficiente precisão boa parte do comportamento doutrinário do Pentágono. O resto da explicação tem que ser buscada na história das guerras da Coreia e Vietnã e nas batalhas difíceis e de alto custo no Líbano, Granada e América Central.

BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL
de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
— FSLN



Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 nºs) — Cr\$ 6.000,00
Semestral (24 nºs) — Cr\$ 12.000,00

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Estou remetendo ☐ vale postal ☐ cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) — CEP 20241, referente à minha assinatura ☐ trimestral ☐ semestral do Semanário *Barricada Internacional*.

Notas de Economia

BANGLADESH: 84, O ANO DAS TRAGÉDIAS



Cinco enchentes consecutivas registradas nos 10 primeiros meses deste ano em Bangladesh — o mais trágico da história recente do país — inundaram cinco milhões de hectares, deixando 30 milhões de pessoas desabrigadas, além de causarem 900 mortes, a perda de 85 mil cabeças de gado, e a destruição de meio milhão de casas.

Segundo cálculos oficiais, as enchentes destruíram 1,5 milhão de toneladas de cereais, um milhão de toneladas de juta e 80 mil toneladas de frutas e vegetais. A destruição atingiu também 640 quilômetros de estradas e 250 pontes, em cuja reconstrução deverão ser gastos cerca de 100 milhões de dólares. Na agricultura, os prejuízos foram calculados em 1,2 bilhão de dólares.

Em consequência, o governo terá que importar até quatro milhões de toneladas de cereais para impedir a fome em massa, já que os estoques existentes não garantem o abastecimento nos próximos seis meses. A perda dos cultivos significa que, em 85, a safra agrícola do Bangladesh será muito reduzida. Isso obrigou as autoridades a usarem todos os fundos de reserva, num momento em que o país já vive uma situação extremamente difícil por causa do fracasso da política econômica do governo ditatorial do general Ershad.

OS SUPERMONOPÓLIOS EMPRESARIAIS

Cerca de 200 superempresas controlam aproximadamente 1/3 da economia mundial. Desse total, 166 empresas têm sede em apenas cinco países, com uma maior concentração nos Estados Unidos, Japão e Inglaterra. Em 1982, estas superempresas faturaram 3,4 trilhões de dólares, o que equivale a pouco mais de 35% do Produto Interno Bruto mundial.

Esses dados foram recolhidos por um pesquisador do Acordo Geral de Tarifas (Gatt). O estudo de Frederick Clairmont sobre a economia mundial, revela também que na área das finanças, os 100 maiores bancos do mundo possuem ativos de 4,5 trilhões de dólares. Só os bancos norte-americanos e japoneses controlam 40% desses ativos. A aceleração do processo de concentração nas grandes empresas transnacionais e nos bancos se aguçou a partir da década de 70, especialmente nos Estados Unidos, em consequência da política monetarista da administração Reagan.

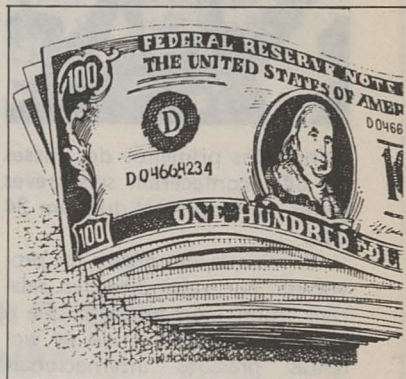
O estudo de Clairmont afirma que a tendência à concentração econômica tem como equivalente no plano político o aumento do totalitarismo. Segundo ele, a "propriedade privada está associada cada vez mais à economia de mercado, enquanto a noção de democracia fica determinada pelos interesses exclusivos de gigantescas corporações".

EUA, O MAIOR DEVEDOR DO MUNDO

Fontes bancárias da Alemanha Ocidental, consultadas pela agência IPS, afirmaram que atualmente o Tesouro norte-americano deve a investidores europeus a fantástica soma de 1,7 trilhão de dólares. Esse to-

tal é o mais elevado do mundo, superando em quase o dobro a dívida externa dos países do Terceiro Mundo, avaliada atualmente em 850 bilhões de dólares.

O enorme débito norte-americano junto aos europeus é uma consequência das altas taxas de juros pagas pelo sistema financeiro dos Estados Unidos, como uma forma de captar no exterior



os recursos necessários para "tapar o buraco" criado pelo déficit orçamentário nos EUA. Cerca de 10,6% da dívida norte-americana é formada por títulos e papéis do Tesouro comprados por investidores estrangeiros.

O resultado é que, segundo funcionários europeus, a economia mundial passou a ficar demasiadamente dependente do dólar. Vários países do Velho Mundo já sugeriram a conversão dos débitos em dólar para uma nova cotação baseada nas moedas que tenham mostrado maior estabilidade. Essa sugestão, no entanto, tem sido sistematicamente rejeitada pela administração Reagan.

BOLÍVIA: 442 GREVES EM 10 MESES

O agravamento da crise econômica na Bolívia gerou uma tensão social que, por sua vez, provocou um aumento do núme-

Notas de Economia

ro de greves por questões salariais e políticas. Quase todos os setores sindicais entraram em greve pelo menos uma vez desde janeiro, segundo estatística divulgada pelo Ministério do Tra-



balho. Nos primeiros dez meses de 84, aconteceram seis greves gerais, que no total duraram 34 dias.

A maioria das greves foi provocada por reivindicações salariais, num momento em que o governo está submetido às violentas pressões internacionais tanto do FMI como dos bancos privados dos EUA. Segundo o relatório do governo boliviano, abril foi o mês que registrou o maior número de paralisações. Extra-oficialmente, alguns funcionários do governo adiantaram que novembro poderá superar a marca das 84 greves de abril, quando estiverem concluídos os cálculos relativos a este ano.

Mas, além das greves salariais, houve uma forte incidência de greves políticas. Para as 259 greves salariais, houve 183 de ordem política, o que indica a decisão de alguns partidos e movimentos de tentarem boicotar o governo do presidente Siles Zuazo. Os números divulgados pelo Ministério do Trabalho tornam claro que existem setores sindicais interessados em desestabilizar o governo atual.

BANANA: A GUERRA DOS PREÇOS

Os oito países latino-americanos integrantes da Upeb (União

de Países Exportadores de Banana), que muitos classificam como a Opep da Banana, estão dispostos a unir ainda mais as suas forças visando enfrentar a violenta queda de preços do produto registrada no mercado internacional. Segundo dados da Upeb, os preços pagos pelos países consumidores caíram 15%, em média, em 1984.

Esses oito países latino-americanos (Colômbia, Guatemala, Costa Rica, Panamá, Honduras, Nicarágua, República Dominicana e Venezuela) exportam 70% da banana consumida no resto do mundo. Calcula-se que o ano passado terminou com um exce-



dente de produção no mercado mundial da ordem de 500 mil toneladas. Para 1987, prevê-se uma sobra de 1,3 milhão de toneladas, o que deve agravar a deterioração dos preços.

A situação tende a se complicar porque os principais países consumidores, como os Estados Unidos, se negam a aceitar uma regulamentação do mercado visando a estabilidade dos preços. Além das pressões oficiais do governo norte-americano, algumas empresas transnacionais como a *Standard Fruit* estão ameaçando fechar suas subsidiárias na América Central, caso países como Honduras e Costa Rica não reduzam os impostos cobrados sobre as exportações de banana. A Costa Rica, por exemplo, pode perder 233 milhões de dólares em divisas e 40 milhões

em impostos, caso venham a ser paralisados os banais da costa leste do país. E, em Honduras, a demissão em massa de trabalhadores bananeiros pode aumentar para 30%, ou mais, o índice de desemprego no país.

EUA REDUZEM IMPORTAÇÕES DO URUGUAI

O governo norte-americano anunciou que, a partir de janeiro, vai reduzir drasticamente a compra de produtos manufaturados do Uruguai, especialmente na área têxtil. A decisão norte-americana é um severo golpe nos planos econômicos do novo governo civil do Uruguai, que havia prometido empenhar-se por um aumento das exportações para poder reequilibrar as finanças nacionais.

As exportações uruguaias para os Estados Unidos aumentaram em 905% no período 82/83, enquanto, em 84, o acréscimo atingiu um total de 400% a mais do que no ano anterior. Com isso, o Uruguai passou a ter um saldo favorável de 39 milhões de dólares na balança comercial com os EUA. Os produtos que sofrerão mais restrições a partir de janeiro são a lã e os têxteis, responsáveis por divisas da ordem de 10 milhões de dólares no ano passado.

Os débitos externos do país sobem a cinco bilhões de dólares, o que equivale a quatro anos de exportações. É uma das mais altas dívidas per capita do mundo. Além do Uruguai, também Formosa, Coréia do Sul, Hong Kong e Polônia serão afetadas pela redução das compras de têxteis pelos norte-americanos, para proteger a indústria doméstica nos EUA.

Notas preparadas com base em material fornecido pela agência IPS.

Você precisa de um almanaque que não veja o mundo com os olhos dos países ricos



Mapas e dados atualizados da política, economia, história e geografia de todos os países do mundo

ENTREGA IMEDIATA

Desejo receber Guia(s) do Terceiro Mundo 84/85 (Cr\$ 25.000,00 o exemplar). Estou efetuando meu pedido por:

- ☐ Cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) à Editora Terceiro Mundo Ltda., remetidos juntamente com este cupom;
☐ Reembolso Postal (o porte será pago pelo destinatário).

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: CEP: Profissão:

Editora Terceiro Mundo Ltda. — Rua da Glória 122 - grupos 105/106
Rio de Janeiro — RJ — CEP.: 20241 — Tel.: 242-1957

Angop

O desafio da profissionalização

Criada há 14 anos, a agência angolana de notícias passa agora a ter, também, correspondentes no exterior e inicia um esforço para formar novos quadros

Oficialmente a Agência Angolana Press (Angop) existe desde o dia 19 de fevereiro de 1978. Mas ela já funcionava, na prática, desde a reunião do Comitê Diretor do MPLA realizada em Roma no ano de 1970, durante o encontro dos dirigentes de movimentos de libertação das então colônias portuguesas na África. Foi naquela ocasião que os nacionalistas angolanos decidiram criar uma agência de notícias que divulgasse as informações sobre a luta contra as tropas colonialistas portuguesas, tentando com isso furar o bloqueio imposto pelos interesses da chamada grande imprensa europeia.

A primeira ajuda internacional concreta só veio a acontecer dois anos mais tarde, quando o governo da Iugoslávia ofereceu ao MPLA um rádio-receptor e um teleimpressor para captação do noticiário da agência Tanjung, com sede em Belgrado. Esse equipamento serviu durante três anos para receber o material informativo da agência iugoslava que depois era usado nos boletins que circulavam nas zonas controladas pelo movimento de libertação angolano. Tanto o rádio-receptor como o teleimpressor funcionavam na frente leste e hoje estão

expostos no Museu das Forças Armadas em Luanda.

Em abril de 1975, surgiu o MPLA-Press, ligado ao Departamento de Informação e Propaganda do Comitê Central do MPLA. Dois meses depois, o organismo passou a se chamar Anap, na medida em que se consolidou o poder de Agostinho Neto e do MPLA, após a expulsão de Luanda da Unita e do FNLA. Na época, os quadros da agência eram em sua maioria jovens recrutados em vários setores do partido e quase todos com escassa experiência jornalística. Ao todo, não passavam de 20 quadros.

Apesar da precariedade de recursos materiais e humanos, a Anap conseguiu manter um fluxo constante de informação para as publicações nacionais e também para os movimentos de solidariedade no exterior. A mudança definitiva de nome aconteceu em novembro de 75, por ocasião da independência, quando a agência, que integrava o Ministério da Informação, passou a ser conhecida como Angop. O novo nome foi sugerido pelo falecido presidente Agostinho Neto, numa audiência concedida em novembro de 1975 a quatro diretores da agência, chefiados por Luis Neto Kiambata (Lelé), hoje secretário da presidência para relações exteriores.

Ajuda internacional

Mas, apesar da mudança, a Angop continuou sujeita a um orçamento muito reduzido, resultante das sérias dificuldades por que passava o país e das prioridades fixadas para outros setores de importância social e econômica imediata. Apesar disso, no período 75/76, aumentou a formação de quadros, ao mesmo tempo em que cresceram os contatos internacionais da Angop. No final do ano de 1976, a agência deixou de ser subordinada ao Ministério da Informação



Raimundo Sottomaior, diretor atual da Angop

para se vincular ao Departamento de Orientação Revolucionária (DOR) do MPLA. No mesmo ano, foram mandados seis jornalistas e técnicos angolanos para um curso de formação na Argélia. No ano seguinte, outro grupo foi para a República Democrática Alemã (RDA) com o mesmo objetivo, enquanto internamente foram criados cursos de seis meses para formação de quadros básicos e intermediários.

Mas, foi a partir de fevereiro de 78 que a Angop passou a crescer mais aceleradamente quando foi oficializada e passou a ter um orçamento fixo que permitiu o desenvolvimento de um plano de reequipamento técnico. Foi nessa época que a agência ganhou a sua configuração definitiva no que se refere à sua estruturação e ao seu relacionamento com os meios de comunicação de massa de Angola.

Hoje, a estrutura da Angop está organizada da seguinte maneira: uma direção geral assistida por cinco departamentos (redação nacional, redação internacional, estudos e documentação, técnico, administração e planejamento e finanças). Desde junho de 83, também o Centro de Imprensa "Aníbal de Melo" passou a ser orientado pela agência.

Ela produz atualmente os seguintes serviços: Serviço Nacional Unificado — destinado aos meios de comunicação de massas e clientes nacionais, num total de até 20 mil palavras diárias; serviço para o exterior, em francês; serviço para o exterior, em português; serviço para o exterior, em inglês; serviço econômico; e, em breve, começará o serviço para o exterior, em espanhol.

Dentro de Angola, a Angop tem representações regionais em 12 das 18 províncias do país, enquanto no exterior estão em funcionamento as sucursais de Portugal, Inglaterra e Brasil. Existem correspondentes em São Tomé e Príncipe e na União Soviética.

Entre os planos de expansão, encontram-se os que prevêem a abertura de novas representações no Senegal, Cuba, Congo, Zaire e Zâmbia.

Planos futuros

Além do material coletado por seus próprios jornalistas e correspondentes, a Angop reproduz material de outras agências com as quais tem acordos, como é o caso da ADN (Alemanha Democrática), AFP (França), Ansa (Itália), APN (da URSS), APS (Argélia), AIM (Moçambique), Pana (agência panafriana), Prensa Latina (Cuba), Tanjung (Iugoslávia), Anop (Portugal) e o pool de agências de notícias dos países não-alinhados.

Atualmente, 80% do material distribuído pela Angop ainda se refere a temas internacionais. Mas a proporção deverá diminuir, tendendo ao equilíbrio, na medida em que aumente a formação interna de quadros e que o pessoal saído dos cursos de qualificação comece a desenvolver plenamente suas tarefas. A carência de pessoal é ainda o grande problema da agência angolana. No seu quadro atual de empregados, num total de 343 funcionários, os jornalistas com alguma experiência constituem ainda uma percentagem de apenas 10%, considerada muito pequena em função das necessidades. Apenas dois funcionários têm nível superior e 31 atingiram apenas o nível médio.

Uma das principais preocupações dos dirigentes da Angop é aprimorar o conteúdo, como a redação do noticiário, tendo em vista torná-lo mais compatível com os estilos existentes em outros países. Trata-se de um esforço adicional para procurar maior penetração do noticiário oriundo de Angola junto aos meios de informação de outros países, notadamente na Europa e nos Estados Unidos, onde existe uma tendência a minimizar as



Um dos features da Angop sobre o 1º Congresso da Juventude do MPLA

fontes de informação do Terceiro Mundo no noticiário internacional.

Todos os especialistas em informação são unânimes em reconhecer que os grandes jornais ocidentais têm uma atitude discriminatória em relação a países como Angola, dando apenas a versão mais simpática às potências dominantes. Essa situação se torna particularmente clara no caso das agressões armadas da África do Sul contra Angola e na cobertura jornalística dada aos grupos armados do movimento contra-revolucionário Unita, apoiado pelo governo de Pretória.

Romper o bloqueio informativo tornou-se, assim, uma prioridade imediata da Angop no esforço para tentar mostrar à opinião pública internacional a origem do conflito na África Austral, suas consequências e os esforços que o MPLA-PT vem fazendo em busca de uma pacificação da região. Nesse esforço, a agência considera prioritária a ampliação de seu material informativo, tornando-o não só mais completo como também mais acessível aos leitores estrangeiros. Numa situação de guerra, que já dura nove anos, e face às carências materiais determinadas pelo esforço de mobilização contra os ataques externos, esta é uma tarefa extremamente difícil.

Notas de Comunicação

"ANDES", UMA NOVA REVISTA DE ANÁLISE

Foi lançado, no último mês de setembro, o primeiro número de uma nova publicação chilena, "Andes", dedicada aos estudos teóricos no campo das ciências políticas e sociais. "Andes" é uma publicação do Instituto de Estudos Contemporâneos (IEC), com sede em Santiago, dirigido por Patricio Quiroga.



O IEC "é uma iniciativa de cientistas sociais impelidos pelas atuais condições que o Chile enfrenta, e que buscam uma renovação do pensamento teórico, privilegiando os métodos de análise da Ciência Histórica e da Ciência Política", além de contribuir para uma melhor visualização da evolução do país a partir de uma perspectiva democrática.

A nova publicação vem ocupar um espaço dos mais importantes na realidade chilena e latino-americana em geral, dadas as difíceis condições existentes não só naquele país andino como no continente como um todo.

EFEITOS DA TELEVISÃO OCIDENTAL SOBRE A INFÂNCIA DO TERCEIRO MUNDO

Os telespectadores da Malásia, incluindo as crianças, presenciam quatro assassinatos, vêem 24 armas, ouvem 14 disparos e são testemunhas de 38 ataques por dia através da transmissão televisiva, de acordo com um relatório da Associação de Consumidores de Penang (CAP), uma instituição que goza de grande prestígio na área do sudeste asiático. Séries norte-americanas como *Dallas*, *Magnum*, *Flamingo Road*, *Dinasty*, assim como desenhos animados do "Homem Aranha" ou "Estrelas do Espaço" são programas de ampla difusão.

Na Malásia, quatro crianças morreram e outras 12 ficaram feridas quando tentaram imitar o "Super-homem" e o "Grande Herói Americano". As crianças saltaram de colinas ou de edifícios para voar e realizar outras façanhas sobre-humanas no estilo de seus heróis de televisão, conforme demonstram relatórios da polícia. Estes são exemplos extremos da influência dramática que a televisão pode exercer nas nações em desenvolvimento, como aponta o estudo da CAP. Segundo a mesma fonte, em países como a Malásia, a televisão se tornou muito acessível aos lares urbanos e às comunidades rurais e existem fortes indícios de que esses programas modelam os valores e as percepções dos jovens.

“Devemos transmitir mais programas feitos em outros países do Terceiro Mundo e produzir nossos próprios programas de qualidade para refletir a vida e a luta de nosso povo”, afirmou S.M. Mohd Idris, presidente da CAP. A CAP recomendou que um comitê de cidadãos assessorasse o governo na seleção de programas nos canais do Estado.

CHILE: PROTESTOS DE JORNALISTAS



O Colégio de Jornalistas do Chile protestou contra a decisão do governo militar de proibir a realização de eleições nesse organismo, previstas para os dias 3, 4 e 5 de dezembro passado. Em uma declaração pública, o colégio afirmou que a determinação carece de "base jurídica" porque o estado de sítio vigente proíbe as reuniões mas não a realização de eleições. Invocou, ainda, "o dever do colégio de cumprir com as disposições de seu estatuto para preencher os cargos dos conselheiros nacionais", cujos mandatos expiraram a 31 de dezembro.

Anteriormente, o colégio fez pronunciamentos contra as medidas restritivas à imprensa, que se tornaram mais graves desde que se implantou o estado de sítio a 7 de novembro passado. Desde então, foram suspensas seis revistas independentes, estabeleceu-se a censura prévia para outra publicação e proibiu-se, aos jornais, revistas e canais de televisão, publicar notícias, comentários ou reportagens de caráter político. O governo também adotou disposições relativas aos correspondentes estrangeiros e um deles, Anthony Boodle da UPI, foi expulso do país acusado de divulgar uma notícia falsa.

OEA: CONCURSO DE FOTOGRAFIAS



A revista "Américas" da Organização dos Estados Americanos (OEA) abriu as inscrições para o 5º concurso anual de fotografias. O tema será a água, em qualquer de suas formas de líquido universal. As inscrições se encerram a 1º de fevereiro de 1985 e tanto fotógrafos profissionais como amadores podem participar do concurso, enviando até três fotografias em cada uma das categorias — a cores e preto-e-branco — para: Revista "Américas", Concurso Fotográfico 1985, Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, Washington, D. C. 20006, Estados Unidos.

As fotografias enviadas deverão corresponder a tomadas feitas em qualquer dos países membros da OEA, e aconselha-se incluir uma legenda explicando as circunstâncias em que a fotografia foi tirada. A instituição concederá dois primeiros prêmios de 500 dólares cada um à melhor fotografia apresentada em cada uma das categorias. Também haverá dois segundos e terceiros prêmios de 300 dólares e 100 dólares, respectivamente, e menções honrosas. As fotografias vencedoras serão expostas na sede da OEA em Washington e uma seleção destas aparecerá na revista "Américas".

"FESTIVAL DE LOS PUEBLOS"

Encerrou-se, no mês de dezembro passado, o "Festival de los Pueblos", uma mostra cinematográfica anual realizada em Florença, Itália, e destinada sobretudo à filmografia das nações emergentes. Inicialmente voltada para aspectos antropológicos, a mostra deste ano caracterizou-se pelo destaque dado à documentação social e à denúncia, que representam uma nova tendência que o Festival vem adotando.

O prêmio do festival foi concedido ao cineasta Ken Loach, por seu filme "De que lado estás" uma espécie de manifesto de denúncia da situação dos mineiros ingleses que estão em greve há quase um ano. Loach compartilhou o prêmio com Daniel



Schmidt, que realizou uma pintura intimista sobre um asilo para velhos músicos criado por Giuseppe Verdi e que intitulou "O beijo de Tosca", e com Jana Bo, que com seu filme *Sunset people* ("Gente no ocaso"), narrou a estória de uma fugitiva checa numa rua perdida de Hollywood.

O filme de Loach suscitou inúmeras polêmicas e debates sobre seu tratamento da luta social dos mineiros. Igual polêmica foi criada pelo filme *Mala conducta*, que mostra como a homossexualidade é punida em Cuba. O filme sobre a Nicarágua *No pasarán*, de David Bradbury, no en-

tanto, provocou aplausos unânimes no festival que, segundo os críticos, se transformou em uma tribuna para expor agudos e atuais problemas políticos e sociais.

FILIPINAS: AUMENTA A DESERÇÃO ESCOLAR



O Ministério da Educação e Cultura filipino informou, segundo telegrama da IPS, que ocorreu um elevado índice de deserção escolar no ano passado no arquipélago: de 100 alunos da escola secundária, só 11 terminaram a universidade. Segundo a Autoridade Nacional para a Economia e o Desenvolvimento (Neda), nos anos anteriores, a economia nacional estava em melhores condições que hoje e, ainda assim, o índice de deserção escolar indicava que a maioria das famílias não podia fazer frente aos custos da educação.

A pobreza, a indiferença, problemas de saúde, mudanças de residência e o desejo de obter empregos são as causas principais que estimulam a deserção dos estudantes, segundo Jaime Laya, ministro da Educação. Apontou ainda outros fatores, como os custos exorbitantes dos materiais escolares, das mensalidades, do transporte e dos alimentos.

A taxa anual de 5% de desertores entre os 8 milhões 452 mil matriculados é considerada pelos educadores filipinos um capital humano desperdiçado, para o crescimento econômico do país.



Uma relação Norte/Sul diferente?

Agostinho Jardim Gonçalves*, António Silva** e Baptista da Silva

Pela terceira vez em quase dez anos, os países europeus e as suas ex-colônias da África, Caribe e Pacífico procuram estabelecer um novo mecanismo de trocas comerciais. Para as 64 ex-colônias, o acordo sobre uma terceira Convenção de Lomé ainda não representa a solução de todos os problemas e desigualdades em relação às ex-metrópoles. Mas há um consenso geral de que ocorreu um avanço. Dentro de uma realidade global de que os "ricos estão cada vez mais ricos e os

pobres, cada vez mais pobres", a busca de alternativas pela via da negociação constitui um progresso em relação às práticas mais comuns de imposição pura e simples. É por isso que, nesta edição, nos propomos a abrir a discussão sobre essa modalidade de cooperação econômica entre países do Norte e do Sul.

*O autor trabalhou 14 anos no "Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement", CCFD, uma organização francesa de cooperação Norte/Sul.

**Economista português, especialista em assuntos africanos.

O que se pode esperar de Lomé-3

Uma análise retrospectiva do caminho percorrido desde 1975, que permite esboçar prognósticos sobre as limitações e dificuldades dos acordos que serão assinados proximamente

Uma das consequências evidentes e ineludíveis do colonialismo é a situação de dependência em que permanecem as ex-colônias, face às metrópoles que, durante séculos, moldaram o seu destino, exploraram as suas riquezas e impuseram hábitos e culturas que lhes eram estranhos.

Da estrutura fundiária à produção agrícola, da tecnologia industrial aos mecanismos comerciais, da língua veiculada aos padrões de ensino, dos modelos culturais à cosmovisão religiosa, tudo se ressentia ainda hoje da agressividade colonizadora de então e da hegemonia que, nesses diversos campos, os países altamente industrializados detêm.

Só à luz dessa herança histórica se podem analisar e explicar as contradições, a morosidade, os argumentos enigmáticos e as políticas complexas e confusas que marcam as relações entre os países industrializados e os povos do chamado Terceiro Mundo. Mas, também, só sob essa perspectiva se pode medir o caminho já percorrido e o terreno conquistado, fruto da ação persistente dos países dependentes, apoiados, num grau relativo, por pessoas e instituições que, embora pertencendo ao cenáculo dos países ricos, são sensíveis à premência e inviolabilidade dos direitos dos povos.

"Nova Ordem Económica Internacional", "Diálogo Norte-Sul", "Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento", "Convenção de Lomé", entre outras denominações e projetos, correspondem ao conjunto de idéias, propostas e realizações, às quais a vontade política dos mais sinceros e esclarecidos foi dando corpo e forma.

Embora um balanço realista mostre que os re-



Uma das consequências do colonialismo é a dependência

sultados das diferentes iniciativas para a consecução de uma maior justiça internacional estão longe de ser animadores, é no entanto inegável que a luta do Terceiro Mundo passa pela mesa das negociações.

No quadro dessas negociações, a primeira realidade que se destaca é a desproporção de forças e de meios entre os interlocutores. Seja nas assembleias da Unctad ou do Gatt, seja nos ambientes "generosos" de Cancún ou de Paris (Reunião dos PMD, Países Menos Desenvolvidos, em 1981), os países do Terceiro Mundo defrontam-se com a obstinada política dos países do Norte que perspectivavam o desenvolvimento em termos de projeção do seu próprio modelo, e a cooperação em termos de um paternalismo condescendente, que não dispensa até mesmo o usufruto das dádivas concedidas e acaba muitas vezes cobrando benefícios superiores às quantias investidas.

Só assim se compreende o grito de alarme que

terceiro mundo - 81

em cada ano, nos últimos tempos, se reflete no Relatório do Banco Mundial, reconhecendo, com base em estatísticas, o empobrecimento progressivo dos países do Sul. Os 800 milhões de seres humanos que vivem numa situação de miséria extrema, olham, sem grande esperança, os horizontes do seu futuro e interrogam-se sobre os meios que poderão tornar menos dura a sua condição.



800 milhões de seres humanos vivem na miséria extrema

Projetos e contradições

Entretanto, uma análise atenta e objetiva levamos a reconhecer que a Convenção de Lomé (Lomé-1 em 1975, Lomé-2 em 1980 e Lomé-3 em preparação¹) representa um esforço apreciável ainda que limitado e, sob muitos aspectos, contraditório. Não tanto pela generosidade ou eficácia dos Acordos, mas por inovar um estilo de cooperação que ultrapassa a relação fria do "programa ou projeto financiado", para se traduzir na negociação efetiva entre as duas partes.

Os Acordos de Lomé que estabelecem as normas e a prática de cooperação entre os países ACP (África, Caribe e Pacífico) e a Comunidade Econô-

mica Européia (CEE), são, em termos globais, a forma mais avançada de relacionamento entre Norte e Sul. Os ACP não são simples assistidos mas parceiros, participando com pleno direito das negociações e das decisões finais.

Esse aspecto positivo, no entanto, não escapa a duas contradições de fundo, uma ligada à capacidade de negociação e margem de benefícios de que dispõe cada uma das partes envolvidas e a outra, relativa à política de desenvolvimento, concebida e liderada sobretudo pelo "Grupo dos 77"

Desigualdade de forças

Quanto à primeira, não há dúvida de que os benefícios que os países ACP obtêm pelos Acordos de Lomé são uma pálida conquista quando comparados às vantagens que, pelos mesmos Acordos, beneficiam a Comunidade Econômica Européia. Isso significa que as negociações se processam, desde o início, em termos de desigualdade de forças e de meios. Se é verdade que os países ACP desfrutam de um acesso preferencial ao mercado europeu e recebem da Comunidade uma ajuda relativamente importante, é preciso também reconhecer que a Convenção de Lomé dá aos países da CEE um sem-número de garantias que são diretamente proporcionais à sua prosperidade e hegemonia: a provisão regular de matérias-primas; uma abertura e expansão de mercados para as empresas européias; um clima favorável e facilitado para investimentos mais numerosos e qualificados.

Mais do que isso. A situação é de tal modo desproporcional que se a CEE e os ACP decidissem, de hoje para amanhã, cortar as suas relações comerciais, enquanto a Comunidade Européia perderia apenas uma pequena fração de seus fornecimentos e mercados, os ACP desapareceriam da cena comercial. As exportações dos ACP para a Comunidade Européia estão em torno dos 2,3% das importações totais da CEE, mas representam aproximadamente 50% das exportações totais dos ACP. Mas, por outro lado, a CEE fornece 61% das importações dos ACP, o que representa apenas 7% das exportações globais da CEE. Por aqui se vê a debilidade, de fato, com que os ACP se sentam à mesa das negociações.

Solidariedade ameaçada?

A segunda contradição tem a ver sobretudo com a unidade dos países do Terceiro Mundo diante dos problemas que lhes são comuns. A posição privilegiada dos países ACP nas suas relações com a Europa constitui, segundo alguns analistas, um obstáculo à política de desenvolvimento comum dos países em vias de desenvolvimento (PVD). Segundo eles, provoca uma ruptura na coesão que de-

¹Esta edição já estava em finalização, quando foram assinados, a 7 de dezembro do ano passado, os acordos de Lomé-3.

cas e as análises mais áspers. Como lembrava, no ano passado em Roma, durante a 7ª Sessão da Assembleia Parlamentar CEE-ACP, o porta-voz dos ACP, o ugandense Faren Butagya, "somos produtores de matérias-primas, mas temos problemas com a sua comercialização, o mesmo acontecendo com os produtos manufaturados. Estes dificilmen-

te encontram lugar nos mercados da Comunidade por causa das políticas protecionistas".

Protecionismo é, certamente, a palavra que melhor define o "calcanhar de Aquiles" dos Acordos de Lomé. Na realidade, não se trata de um protecionismo entre países situados em pé de igualdade, mas entre países que exploram as matérias-

Os países que participam da Convenção

PAÍSES ACP (ÁFRICA, CARIBE E PACÍFICO)

País	Sup. (Km ²)	População (1.000 hab.)	PIB per cápita (US\$)	Taxa Cres. do PIB per capita (%)	Saldo da Balança Comercial (em milhões US\$)	Taxa de Cobertura Exp./Imp.	Dívida Ext. (em milhões US\$)
Angola*	1.246.700	7.452d	470b	-2,3b	-51c	0,97c	614b
Antígua e Barbuda	442	77,2d	1.260b	5,3a	+20b	1,28b	—
Baamas	13.935	250c	3.740c	9,6a	-486c	0,84c	1.640b
Barbados	431	269d	3.040b	4,5b	-293d	0,46d	145c
Belize	22.965	171d	1.072c	3,1b	-37,8d	0,71d	23b
Benin	112.622	3.620d	300d	-6,9a	-306b	0,15b	549c
Botsuana	600.372	936,6c	969c	8,2a	-260d	0,62d	148,5d
Burkina Fasso (Ex-Alto Volta)	274.200	6.360d	190b	3,6a	-263c	0,22c	296c
Burundi	27.834	4.460d	219c	-0,5b	-96c	0,42c	220d
Cabo Verde	4.033	335d	270b	-0,3a	-70,9c	0,05c	—
Camarões	475.442	8.865d	670b	2,6b	-207d	0,82d	2.300d
Chade	1.284.000	4.643d	103d	-1,8b	+3d	1,02d	143d
Comores	2.171	380d	272c	0,9b	-13b	0,6b	74d
Congo	342.000	1.621d	1.338d	0,9a	+249c	1,31c	1.100c
Costa do Marfim	322.463	8.568d	1.070d	4,5a	+104d	1,04d	4.497d
Djibuti	21.783	332d	480b	-6,6a	-75b	0,4b	25b
Dominica	751	86d	581d	4,8a	-31,3c	0,38c	—
Etiópia	1.221.900	32.780d	137d	-1,3a	-383d	0,51d	950d
Fiji	18.274	660d	2.143d	4,2b	-230d	0,55d	197,6b
Gabão	267.667	563d	5.417a	11,5b	+1.160b	2,06b	1.360b
Gâmbia	11.295	635d	377b	2,5b	-53d	0,45d	119,5b
Gana	238.537	12.243d	1.239b	1b	-43c	0,96c	1.100b
Granada	344	113d	708d	1,6b	-37,3d	0,33d	—
Guiana	214.969	922,0d	523d	5,7a	-27d	0,9d	800b
Guiné	245.857	5.285d	333b	0,3b	+138c	1,36c	1.140b
Guiné-Bissau	36.125	594d	160b	1,4b	-48d	0,2d	22b
Guiné-Equatorial	28.051	381d	418(PNB)b	-12,9b	-16,3d	0,6d	98,5b
Jamaica	10.962	2.253d	893d	-3,7b	-650d	0,55d	1.800d
Kiribati	728	60d	833b	—	+8b	1,47b	—
Lesoto	30.355	1.409d	543d	6,2a	-275b	0,14b	107d
Libéria	111.369	2.113d	414d	-1,8b	-12d	0,97d	612d
Madagascar	587.041	9.233d	350b	0,5b	-159d	0,67d	1.380d
Malauí	118.848	6.280d	212d	-1,9b	-55d	0,82d	780d
Mali	1.240.000	7.340d	203d	1,1a	-186d	0,43d	635b
Maurício	2.045	983d	1.166c	-2,5b	-101d	0,78d	420d
Mauritânia	1.030.700	1.730d	399d	-1,5a	-6c	0,97c	910d
Moçambique*	801.590	12.130b	270b	—	-90b	0,66b	500d
Níger	1.267.000	5.646d	317d	-1,6b	-107d	0,71d	710d
Nigéria	923.768	82.392d	903d	-2,5b	+1.800d	1,12d	6.600d
Papua-Nova Guiné	461.691	3.093d	840c	0,6a	-462d	0,6d	613d

primas dos outros e que, pela superioridade tecnológica, atingem excedentes de produção que barram toda e qualquer hipótese de abrir os seus mercados aos países economicamente menos desenvolvidos. É nessa perspectiva que a resolução final da citada Assembléia Parlamentar constata que as exportações dos ACP para os países da Comu-

nidade “registraram nos últimos anos uma queda considerável, em valor absoluto e em percentagem”. Isso quanto ao comércio.

Em relação à “ajuda”, basta considerar a distância que vai entre o montante solicitado pelos ACP e as verbas consignadas pela CEE. A título de exemplo, em 1981, os ACP pediram à Comunidade

País	Sup. (Km ²)	População (1.000 hab.)	PIB per cápita (US\$)	Taxa Cresc. do PIB per capita (%)	Saldo da Balança Comercial (em milhões US\$)	Taxa de Cobertura Exp./Imp.	Dívida Ext. (em milhões US\$)
Quênia	582.646	17.864d	420b	0,2b	-619d	0,62d	2.800d
Rep. Centro- Africana	622.984	2.405d	300b	2,6a	+46,5c	1,52c	251c
Ruanda	23.338	5.276d	228d	5,1a	-167b	0,31b	324c
Salomão	29.785	246d	640c	---	-1,2d	0,97d	12d
Santa Lúcia	616	122d	902d	4,6c	-76d	0,35d	---
São Cristóvão- Nevis	261,6	44,4b	920a	1,3a	+5b	1,25b	---
São Tomé e Príncipe	964	96d	732b	0,3b	+12b	1,66b	---
São Vicente	388	121d	520(PNB)b	1,1b	-23b	0,42b	---
Samoa							
Ocidental	2.842	159d	510b	---	-37d	0,26d	57d
Senegal	197.722	5.968d	403d	-4,9a	-618d	0,40d	953c
Serra Leoa	71.740	3.672d	311d	0,6a	-158c	0,49c	346c
Seychelles	280	60	1.770b	3,1b	-26,5d	0,56d	60c
Somália	637.657	5.116d	103d	---	-68d	0,73d	940d
Suazilândia	17.363	590d	760c	11,3a	-196c	0,66d	163c
Sudão	2.505.813	19.451d	488d	0,2b	-786d	0,39d	6.700d
Suriname	163.265	407d	2.860d	8,4a	-12d	0,97d	20d
Tanzânia	945.087	19.111d	311d	1,8b	-574c	0,49c	2.500d
Togo	56.785	2.747d	355c	8,6d	-228,6c	0,47c	860c
Tonga	748	100d	622c	-0,7b	-42d	0,10d	---
Trindade- Tobago	5.130	1.202d	4.258d	6,6b	-461d	0,86d	780d
Tuvalu	25,7	8d	500e	---	-2c	0,33c	---
Uganda	236.030	14.057d	280b	3,7a	-60d	0,84d	590d
Vanuatu	14.763	126d	530c	---	-38d	0,38d	10b
Zaire	2.345.409	26.948d	560d	-8,2a	+750d	1,77d	4.200b
Zâmbia	752.614	6.163d	549d	-5,2b	+215d	1,25d	2.294c
Zimbábue	390.580	7.600c	869d	3,1b	-150d	0,89d	1.030d
Países CEE (Comunidade Econômica Européia)							
Alemanha							
Federal	248.577	61.637d	10.659d	1,7b	+20.572d	1,13d	---
Bélgica**	30.513	9.860d	8.431d	8,1d	-5.615*d	0,90d	---
Dinamarca	43.069	5.120d	10.920d	9d	-1.635d	0,90d	---
França	647.026	54.221d	10.551c	2,4b	-23.137d	0,80d	---
Grécia	131.944	9.792d	4.013d	2,8b	-5.726d	0,43d	6.900
Holanda	40.844	14.310d	9.650d	4,4d	+3.739d	1,05d	---
Irlanda	70.283	3.483d	5.049d	2,2b	-1.637d	0,83d	---
Itália	301.225	56.276d	6.176d	3,6b	-12.723d	0,85d	---
Luxemburgo	2.386	357d	9.524d	3,3b	-5.615*d	0,90d	---
Reino Unido	244.040	55.782d	8.368d	1b	-2.489d	0,97d	---

* Ainda não são membros e = 1983

a = 1979 ou anterior

b = 1980

c = 1981

d = 1982

** Bélgica inclui Luxemburgo, dada a união aduaneira

Fonte: *Guia do Terceiro Mundo*, 1984-85.

um apoio no valor de 261 milhões de escudos (europeus)², quando a soma reservada pela CEE não ultrapassou os 138 milhões. Isso, numa altura em que o preço de um trator duplicava e o de uma tonelada de café descia de cinco para três mil dólares.



Produção de café na Tanzânia: o preço do produto desceu de cinco para três mil dólares a tonelada

Os dossiês da Convenção

Uma das inovações dos Acordos de Lomé foi a criação do Stabex, o sistema de estabilização das receitas de exportação dos ACP, cedo transformado no eixo central da cooperação entre eles e a CEE e, consequentemente, o alvo das maiores críticas e acusações.

Os produtos exportados pelos países ACP são quase exclusivamente matérias-primas. Daí que a criação do Stabex (1975), precisamente na época em que a Europa entrava num período de recessão económica que se viria a agravar, estava comprometida desde o início. Os resultados positivos dos quatro primeiros anos se explicam pelo fato dos recursos financeiros concedidos terem conseguido responder a todos os pedidos feitos. Mas, já a partir de 1980, a regressão é notória na medida em que apenas 52% das solicitações puderam ser satisfeitas.

O problema da incapacidade de que o Stabex

² Moeda comum ao mercado europeu, cuja cotação é aproximadamente igual a 1 dólar norte-americano.

tem dado provas não é reduzível a números e a verbas. Há questões de fundo, estruturais, que explicam o fracasso de um sistema que chegou até a ser considerado uma forma de "segurança social das nações". É verdade que, em certas circunstâncias, o Stabex deu uma ajuda importante a países extremamente frágeis, vítimas de acidentes climáticos ou de produção, que provocaram uma queda brusca de receitas. Mas isso não compensa nem neutraliza as deficiências inerentes ao sistema:

- Trata-se de um mecanismo ligado às receitas de exportação mas que não intervém diretamente no jogo de preços e mercado;

- a compensação é determinada pela média móvel dos quatro anos precedentes, o que não garante uma estabilidade de receitas, já que estas podem se degradar de um ano para outro;

- as consequências da inflação não são levadas em conta;

- as transferências financeiras são utilizadas pelos países ACP segundo políticas próprias, o que, em alguns casos, determina que essas somas sejam destinadas a fins não-lucrativos;

- a indexação dos preços das matérias-primas sobre os dos produtos industrializados nunca foi aceita pela CEE;

- finalmente, a recusa de créditos é decidida exclusivamente pela CEE, uma vez que os Estados ACP não participam no Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), contrariamente ao que sempre reivindicaram.

A conjugação de todos esses fatores faz com que o Stabex, previsto para corrigir desequilíbrios conjunturais, acabe por não realizar os seus objetivos, canalizando muitas vezes os fundos recebidos para a solução de problemas estruturais, em princípio estranhos à sua finalidade.

O caso do Senegal

A esse respeito, o que se passa com o Senegal é significativo e esclarecedor. Desde a época da descolonização francesa, a produção do amendoim é não apenas a cultura agrícola de base do Senegal como o fator mais importante do equilíbrio da balança comercial e principal fonte de receitas para o Estado.

A partir de 1970, fatores internos (secas e endividamento crescente dos agricultores) e externos (concorrência no mercado internacional) fizeram ressaltar os limites e inconvenientes de um sistema de quase monocultura que já criara uma dependência alimentar generalizada (a importação do arroz tornou-se indispensável). O sistema não tem condições de garantir as reservas de alimentos necessárias face às ameaças de seca e, por fim, o gradual empobrecimento dos solos.



A cooperação industrial é um capítulo semeado de obstáculos: os europeus não têm investido o suficiente

Na busca necessária de uma solução, os agricultores tentam desenvolver cada vez mais as culturas alimentares e o Estado seguiu uma política idêntica, principalmente através dos Projetos do Vale do Senegal. Mas o problema é que o país continua a precisar das receitas do amendoim para pagar o petróleo, o arroz etc. . . Nesse contexto, qual é a resposta de Lomé?

O amendoim figura entre os produtos contemplados pelo Stabex. Durante o Lomé-I o amendoim representou 43% dos pedidos formulados à CEE pelos ACP. Desse conjunto, o Senegal recebeu, entre 1975-82, 169 milhões de escudos (europeus) ou seja 20% dos fundos do Stabex transferidos nesse período. Foi, assim, o país que mais se beneficiou do Sistema.

Mas para quê serviu esse dinheiro? Serviu sobretudo para equilibrar o balanço de pagamentos e muito pouco foi canalizado para apoio à cultura do amendoim. O Stabex funcionou assim como um bálsamo nas dificuldades do Estado senegalês mas em nada contribuiu para atenuar as dificuldades da produção e da exportação do amendoim.

Dinheiro e sua aplicação

O que ocorre no Senegal e que se multiplica sob formas idênticas ou aproximadas na quase totalidade dos países ACP, é a expressão e o resultado de uma outra questão: a utilização dos fundos.

Assim como disse o vice-presidente do Banco Mundial, Munir Benjek,³ pode-se afirmar que um dos problemas centrais do desenvolvimento reside no fato do Norte querer conceder cada vez menos fundos e impor mais condições, e o Sul querer mais fundos, com menor número de condições.

Isso é verdade. Mas a questão está longe de ser tão simples. Por trás dos argumentos e acusações, está a secular desconfiança que data da colonização reforçada pelo conhecimento que ambas as partes têm de casos e situações de deficiente gestão e comprovada corrupção tanto em países industrializados como em países do Terceiro Mundo.

Para o secretário geral adjunto dos ACP, Edwin Carrington, o que é necessário é que "haja mais fundos e que eles sejam utilizados de maneira mais eficaz. O Norte, porém, não está necessariamente melhor colocado que o Sul para definir uma utilização mais eficaz dos fundos", afirma Carrington.

Por um lado, os fundos são concedidos aos países ACP segundo um sistema de ajuda que só muito raramente tem a ver com uma estratégia de desenvolvimento que beneficiaria as populações mais carentes. Por outro lado, o mecanismo de controle da CEE continua a privilegiar o reagrupamento dos projetos de ajuda em grandes lotes e a aplicação das mesmas medidas utilizadas para os macro-projetos de investimento. Consequência? Os milhões de unidades de conta prodigalizadas pela CEE vão preencher lacunas orçamentais de outro tipo, devidas a um modelo de desenvolvimento elitista e anacrônico. Beneficiam apenas minorias privilegiadas e relegam ao esquecimento enormes massas de população, as únicas que, através de uma estratégia de desenvolvimento progressista, poderiam garantir a utilização eficaz dos fundos oriundos da CEE.

³ Conferência em Lisboa, "Diálogo Norte/Sul - O papel da Europa", em abril de 1984.



Os fundos concedidos aos países ACP raramente têm a ver com uma estratégia de desenvolvimento que beneficiaria as populações mais carentes

Micro-realizações: nova estratégia de ajuda

A experiência dos dois primeiros Acordos de Lomé leva a concluir que, embora importante, não é o volume da ajuda financeira o fator determinante do aproveitamento racional e progressista das verbas concedidas. Só uma estratégia de ajuda contra a pobreza poderá tornar fecundo um fluxo monetário que até agora não tem feito mais do que alimentar um círculo vicioso de protecionismo e dependência. Porque realmente nada há de mais absurdo do que consagrar volumosas ajudas financeiras ao reequilíbrio de economias nacionais que acabam sendo promotoras da pobreza cada vez mais gritante das respectivas populações.

Essa estratégia de ajuda terá de adotar, como política de base, a criação de fontes de receita para a população pobre dos países ACP. Nessa perspectiva, o FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento), com os seus imensos recursos, poderia concentrá-los prioritariamente na pesquisa e desenvolvimento de técnicas agrícolas para uma maior produção alimentar e no prosseguimento de estratégias de desenvolvimento que incluam a reforma agrária e programas de criação de empregos destinados aos camponeses sem terra.

Aliás, há um precedente que, embora modesto, já aponta nesse sentido. Trata-se das "Micro-Realizações" (MR) que Lomé-2 consagrou em todo um capítulo e que se implementaram em função de necessidades manifestadas pelas próprias populações e comunidades locais.

Segundo a CEE, as "Micro-Realizações" são "pequenos projetos que têm um impacto econômico e social na vida das populações e das coletividades dos Estados ACP". Mas o que é importante é sublinhar os critérios definidos por ambas as partes para que esses projetos sejam considerados dentro da definição de MR, a saber: que correspondam a uma necessidade real e prioritária, sentida no mundo rural; que esteja garantida a participa-

ção ativa das comunidades locais.

Em matéria de racionalidade de financiamento e utilização de fundos, as "Micro-Realizações" oferecem garantias e já alcançaram resultados que começam a questionar políticas e práticas até agora intocáveis na área da cooperação CEE-ACP. Por um lado, os financiamentos não são globais mas atribuem-se a projetos concretos e bem delimitados; por outro, o financiamento é tripartite, o que envolve uma partilha de responsabilidades positivas em si, e atenua o caráter paternalista da relação doador-beneficiário.

É evidente que, se a pequena dimensão das MR permite um diálogo quase sempre frutífero, o mesmo não se pode dizer quando estão em jogo as grandes questões do desenvolvimento e da cooperação, determinadas por orientações políticas definidas pelos Estados. É aqui que a imperiosa necessidade de dialogar "até o fundo", sugerida em um ou outro relatório das negociações, encontrou uma viva e, em alguns casos, violenta reação. A denominação de "diálogo político" foi apressada e sutilmente substituída por "diálogo sobre as políticas", pois nenhuma das partes aceita uma forma de diálogo que, de algum modo, possa dar a impressão de "ingerência" na política interna dos países.

Quando a CEE recusa discutir o seu "Programa Agrícola Comum" de reconhecida incidência no desenvolvimento dos países ACP, ou quando estes se recusam a dialogar sobre as condições políticas e econômicas vigentes nos seus países, torna-se claro que o termo "cooperação" cobre posições que, além de ambíguas, refletem uma reduzida vontade política de agir em conjunto. As recentes declarações do embaixador do Senegal junto à CEE ("O meu país aceita um tal diálogo; mas, porque é soberano e independente, nunca permitirá que lhe ditem a sua política"), embora justas e fundamentadas, não deixam de significar uma atitude que não favorece a confiança mútua.

Melhor a teoria que a prática

A diferença de objetivos buscados pelos países em desenvolvimento e suas ex-metrópoles constitui o mais sério obstáculo ao progresso dessa cooperação mútua

A Convenção de Lomé, cuja recente renovação se decidiu após longas e difíceis negociações, é um acordo estabelecido entre os países da Comunidade Econômica Européia (CEE) e 64 países da África, Caribe e Pacífico (geralmente designados por países ACP), através do qual os países membros se propõem a criar um novo quadro para o relacionamento comercial, financeiro e de cooperação entre países desenvolvidos e do Terceiro Mundo.

A origem da Convenção de Lomé remonta à fundação da própria Comunidade Econômica Européia (CEE). De fato, em 1957, quatro (França, Itália, Holanda e Bélgica) dos seis países europeus que formaram a CEE eram potências coloniais, essencialmente na África. Daí que, sobretudo por pressão da França e depois de acirrada polêmica com outros parceiros, o Tratado de Roma consignasse, no seu capítulo 4, a existência de "laços privilegiados" entre a CEE e os países e territórios ultramarinos citados explicitamente no Anexo 4 do Acordo, ou seja, os territórios que eram (ou tinham sido) colônias dos países membros da CEE.

Cabe ressaltar, porém, que para essa decisão os países africanos não foram sequer consultados. Ou seja, "os laços privilegiados" ou "particulares" com a CEE, mais do que resultado de uma negociação, foram impostos, unilateralmente, pela CEE.

Os princípios básicos consignados eram o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação, o respeito pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais e, obviamente, o aumento do intercâmbio comercial entre os dois grupos de países.

Um conjunto de disposições de âmbito comercial, alfandegário, financeiro e jurídico constituíam o quadro daquilo que se pretendia ser um



A Convenção de Lomé é um acordo entre a CEE e 64 países de África, Caribe e Pacífico para estabelecer um novo tipo de relacionamento entre eles

novo relacionamento entre os países africanos e a CEE. No entanto, durante os cinco anos de duração dessa primeira experiência associativa, poucos resultados se fizeram sentir.

Enquanto isso, os anos finais da década de 50 e os primeiros da de 60 marcaram o momento da guinada no continente africano. Movimentos de libertação de toda a África colonizada conquistavam a independência política para os seus países. Foi assim em Gana, Senegal, Camarões, Togo, Gabão, Zaire, Costa do Marfim, Mali, Tanzânia, Zâmbia etc.

Homens como Nkrumah, Nyerere, Amílcar Cabral, Lumumba, Modibo Keita, Jomo Kenyatta surgem como figuras destacadas na luta pela independência e soberania dos territórios africanos sob dominação colonial.

As "relações particulares" da CEE com os países africanos tinham que ser revistas sob nova ótica, tanto mais que os resultados obtidos até então eram praticamente nulos.

Yaoundé-1 e Yaoundé-2

Iniciaram-se então as negociações, primeiro
terceiro mundo - 89



A Convenção visa, entre outros objetivos, o incremento do intercâmbio da CEE e dos estados associados

entre os próprios membros da CEE (A República Federal da Alemanha, por exemplo, ao contrário do pretendido pela França, opunha-se à existência de "laços privilegiados" com os países africanos) e, depois, entre esta e os 18 Eama (Estados Africanos e Malgache Associados) que culminaram na assinatura da Convenção de Yaoundé, no Camarões, em 20 de julho de 1963. Curiosamente, e em consequência das contradições existentes entre os países da CEE, Yaoundé-1 só viria a entrar em vigor quase um ano depois, a 1º de junho de 1964.

Sendo, no essencial, semelhantes aos consagrados no capítulo 4 do Tratado de Roma, os objetivos da nova Convenção são, no entanto, mais vastos: independência econômica dos Estados associados e, uma vez mais, o incremento do intercâmbio destes com a CEE.

Novos instrumentos foram criados: o regime recíproco de livre troca, 18 zonas de comércio livre (entre a CEE, por um lado, e cada um dos países associados, por outro) o FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento), a aplicação da Tarifa Alfandegária Comum, e a introdução de outros mecanismos institucionais. Simultaneamente foram aumentados os recursos financeiros para os Eama (Estados Africanos e Malgache Associados).

Yaoundé-1 tinha a duração prevista de cinco anos e, em 1968, iniciaram-se negociações para a

sua renovação. Mais uma vez os tempos tinham mudado: os países do Terceiro Mundo afirmavam a sua presença na cena internacional (realizaram-se as Conferências das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento de 64 e 68 — as Unctad 1 e 2 e a 2ª Conferência dos Países Não-Alinhados, a Tricontinental de Havana, em 1967), lutando já não apenas pela independência mas também pela econômica.

As negociações de Yaoundé-2, refletiam, de alguma forma, esses novos tempos. Os Eama apareceram com propostas concretas e exigiram a valorização dos seus recursos de exportação, a criação de um fundo de estabilização dos produtos tropicais, o aumento da ajuda financeira e dos investimentos produtivos europeus e um maior apoio à industrialização.

Implícita nessas negociações, a constatação do fracasso relativo de Yaoundé-1. Comparando-se os objetivos e os resultados, pouco, de fato, se tinha conseguido.

As novas negociações viriam a ser difíceis e demoradas, mas, finalmente, a 1º de janeiro de 1971, entraria em vigor a nova Convenção (assinada em 29 de julho de 69, em Yaoundé). Essa nova Convenção aponta como objetivo último o desenvolvimento econômico e social dos países associados. Acentuam-se as referências à cooperação comercial, técnica e financeira. Entretanto, os Eama aumentam de número — passando a 19 — com a entrada das ilhas Maurício.

Durante a vigência de Yaoundé-2 (1971-1975) e face à relativa frustração do chamado diálogo Norte-Sul, ganha força entre os países do Terceiro Mundo a idéia de "contar com as próprias forças".

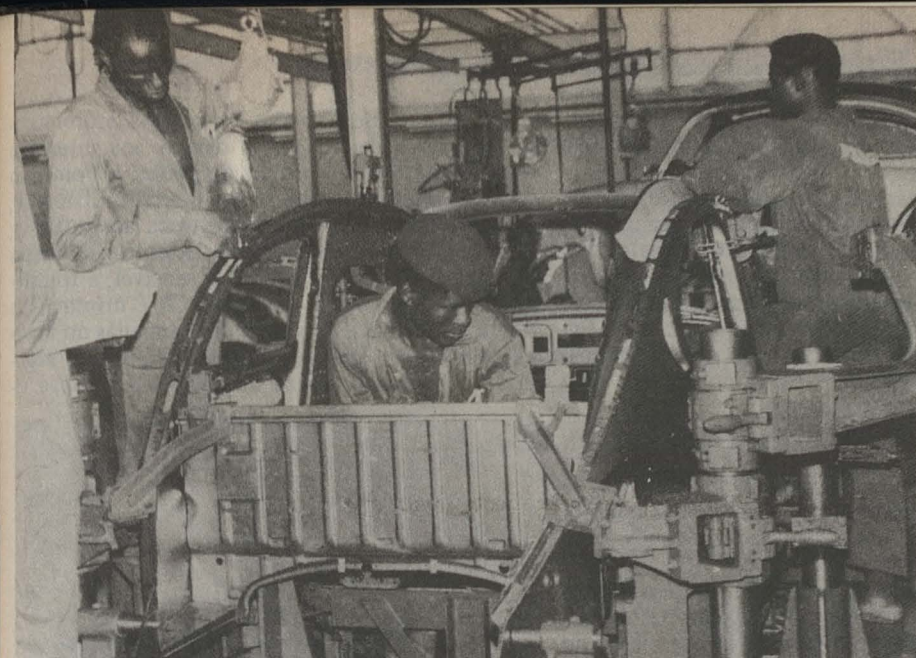
Entretanto, a adesão da Inglaterra à CEE, em 1973, trazia implícita a necessidade de renegociar Yaoundé-2 face a uma nova realidade: os países associados passariam a ser 46, já que foram integrados os países da *Commonwealth*, com os quais a Inglaterra mantinha laços privilegiados.

Lomé-1 (1975-79)

Nas negociações mantidas antes de ser consagrado o texto definitivo da Convenção de Lomé-1, cada um dos blocos — CEE e ACP — teve que fazer concessões em relação às propostas que haviam progredido inicialmente. No entanto, em termos genéricos, pode-se afirmar que Lomé-1, assinada a 28 de fevereiro de 1975, consagra aspectos inovadores (pelo menos teoricamente) nas relações entre nove países industrializados (CEE) e 46 países em vias de desenvolvimento (ACP).

Entre esses aspectos inovadores, deve-se destacar:

Stabex (ver Quadro): É criado um sistema de estabilização das receitas de exportação (Stabex)



Com o objetivo de promover a industrialização dos países da África, Caribe e Pacífico foi criado um Centro de Desenvolvimento Industrial

através do qual se pretende minorar os efeitos das variações conjunturais do preço de 12 produtos de exportação dos ACP: banana, café, amendoim, cacau, coco, madeiras, algodão, peles e couros, azeite de dendê, chá, sisal e minério de ferro. Tratava-se sobretudo de garantir as receitas de exportação, mais do que os preços.

Segundo este mecanismo, a queda das receitas abaixo de determinado nível implica a concessão de empréstimos, sem juros, aos países exportadores e, no que se refere aos 24 PMD (Países Menos Desenvolvidos) esse apoio assume a forma de doativo.

Cooperação comercial: O princípio da reciprocidade, vigente na convenção de Yaoundé, é abandonado. Ou seja, enquanto os produtos dos ACP entram livremente na CEE, o mesmo não acontece com os produtos da CEE nos países da África, Caribe e Pacífico.

É aprovada a disposição segundo a qual os ACP podem exportar livremente os seus produtos para os países membros da Comunidade Econômica Européia, isentos de direitos alfandegários e sem lhes serem aplicadas restrições quantitativas.

Estabelece-se também o apoio por parte da CEE às ações de promoção comercial dos países ACP.

Por outro lado, são definidas novas "regras de origem" que facilitam o acesso de certos produtos ACP aos mercados da CEE.

Cooperação industrial: É dado grande destaque à necessidade de promover a industrialização dos países ACP, e com esse objetivo foi criado, em 1977, o Centro de Desenvolvimento Industrial (CDI), que promove contatos entre a CEE e os

ACP com vistas à concretização de projetos industriais nesses últimos países. Desenvolver e diversificar a produção industrial dos países ACP e promover a cooperação industrial é outro objetivo desse novo organismo.

Acordo do açúcar: Foi constituído um regime particular no que diz respeito às importações pela CEE de açúcar, a preços garantidos.

Ajuda financeira: O montante da ajuda da CEE aos países envolvidos na Convenção foi aumentado de 581 milhões 200 mil em 1957 para 3 bilhões 390 milhões de escudos (europeus). O FED reforça o seu papel no financiamento aos projetos nos países ACP, funcionando em colaboração com o BEI (Banco Europeu de Investimentos) e outros organismos internacionais, como o Banco Mundial.

A cooperação financeira define-se através de programas indicativos aprovados por ambas as partes com base em propostas dos países ACP.

Caráter global do acordo: Pela primeira vez na história do relacionamento Norte-Sul, foi estabelecido um Acordo Global de cooperação nas áreas comercial, financeira, técnica e jurídica. Tratava-se do reconhecimento das legítimas reivindicações dos países do Terceiro Mundo no sentido de que a cooperação com as nações desenvolvidas seja um instrumento global de progresso e desenvolvimento e não, como vinha sendo, um instrumento de dominação e reforço da dependência. O desenvolvimento não é uma questão meramente econômica ou financeira. Há uma diversidade de aspectos que se têm de conjugar coerentemente a favor de uma política que leve à diminuição das desigualdades na ordem mundial estabelecida.

A Convenção de Lomé aparecia pois como uma vitória dos países do Terceiro Mundo, que viam contempladas algumas das suas justas reivindicações no relacionamento com a Comunidade Econômica Européia.

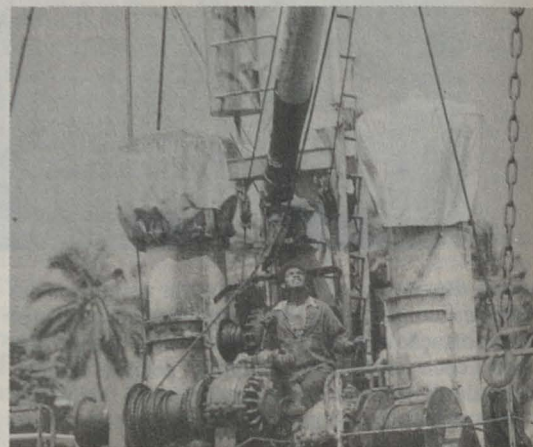
No entanto, passados os cinco anos da sua vigência, a euforia inicial foi substituída por um sentimento generalizado de desencanto: os países em desenvolvimento afirmavam o seu descontentamento face aos resultados alcançados. De fato, os objetivos propostos estavam longe de ter sido atingidos e os instrumentos criados mostravam-se manifestamente insuficientes para implementar uma política de cooperação justa e eficaz.

A distância que separa o texto da Convenção dos resultados obtidos era a prova da correlação de forças a nível mundial: em última instância, os países da CEE procuravam manter, com o mínimo de concessões, o estatuto de verdadeiros beneficiários do subdesenvolvimento dos ACP.

Foi, pois, num evidente clima de pessimismo que, em 1979, se iniciaram as negociações de Lomé-2, que entraria em vigor em 1º de março de 1980 e expirará a 28 de março de 1985.

Lomé-2 (1980-85)

As difíceis negociações de Lomé-2 prolongam-se por cerca de 15 meses devido aos interesses divergentes dos dois grupos de países. O comércio bilateral crescera, mas só no sentido CEE-ACP; a deterioração dos termos de troca acentuara-se; o aumento do endividamento externo dos países da África, Caribe e Pacífico é sensível; a transferência de tecnologia para os ACP é mínima. Os objetivos de Lomé-1 permaneciam apenas no texto da Convenção. Daí que Lomé-2 tenha sido negociada com maior dureza de parte a parte mas, si-



O Stabex só diz respeito às exportações com destino a CEE

O que é o Stabex

☐ O sistema de estabilização das receitas de exportação, conhecido por Stabex, foi criado em 1975 por ocasião da 1ª Convenção de Lomé. Essa proposta de Claude Cheysson (então Comissário da CEE e hoje ministro das Relações Exteriores francês) permitiu desbloquear uma negociação que estava ameaçada e tornou a Convenção atraente para os novos países que pela primeira vez tomavam parte dela.

Elemento inovador, o Stabex garante por contrato aos países ACP, produtores de matérias-primas, um mínimo de receita em caso de flutuação dos preços ou de quebras de produção. Ele abrange atualmente 44 produtos e subprodutos (do café e cacau ao sisal e amendoim).

Para que o Stabex seja aplicado é necessário que existam duas condições: 1 - Que o produto considerado tenha representado, no ano precedente, 6,5% das exportações totais do país (2% para Países Menos Desenvolvidos (PMD); 2 - que as flutuações/quebra atinjam pelo menos 6,5% (2% para os Menos Desenvolvidos) em relação à média das receitas de exportação para a CEE no decurso de quatro anos precedentes.

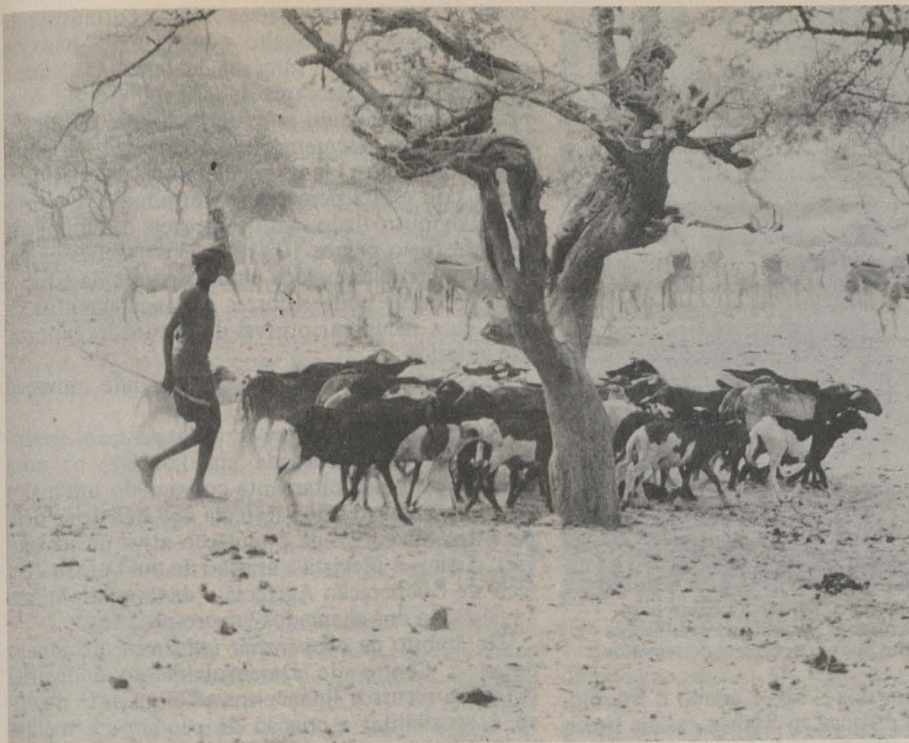
Nessas condições, o Stabex só diz respeito às

exportações em direção à CEE. Apenas a 11 países ACP, o Stabex é aplicado, qualquer que seja o destino das suas exportações. Desde 1982, as trocas comerciais entre países ACP podem se beneficiar dos fundos do Stabex.

Os fundos concedidos tomam geralmente a forma de empréstimos sem lucros, reembolsáveis quando os países aumentem as suas receitas de exportação. Entretanto, aos países mais pobres não se exigem reembolsos: é uma doação da Comunidade.

O funcionamento do Stabex supõe uma contribuição financeira dos dez países da Comunidade, definida de tal modo que, uma vez esgotada, não é possível que o Stabex responda a novos pedidos.

Para Lomé-1, essa contribuição foi de 382 milhões de escudos europeus, elevando-se a 557 milhões para Lomé-2. No decorrer da primeira Convenção, a doação foi suficiente para cobrir as necessidades manifestadas. Mas, desde 1980, sobretudo por causa da queda dos preços do cacau e do café, houve um déficit de 123 milhões naquele ano e de 341 em 1981.



A economia agrícola e industrial do Terceiro Mundo devia ser a principal beneficiária dos acordos de Lomé. Porém, a distância que separa os textos aprovados da prática demonstra que os países da CEE procuram manter os seus privilégios e ser os principais beneficiários

multaneamente, com maior pragmatismo: a crise da economia capitalista fazia sentir os seus efeitos nas economias dos países industrializados e, mais ainda, nas dos países em desenvolvimento.

Os ACP apresentaram-se nas negociações evidenciando uma forte unidade e solidariedade. No entanto, mais do que "inovações" e promessas, os ACP defendiam um aperfeiçoamento e aplicação efetivos dos mecanismos e instrumentos estabelecidos em Lomé-1. No essencial, pode-se afirmar que Lomé-2 vem dar continuidade à Lomé-1.

Novamente, a grande novidade e talvez o aspecto mais positivo da Convenção residia na sua natureza "global": Lomé-2 consagraria alguns aspectos que não são contemplados em nenhuma outra instância de diálogo Norte-Sul.

O que foi acertado em Lomé-2?

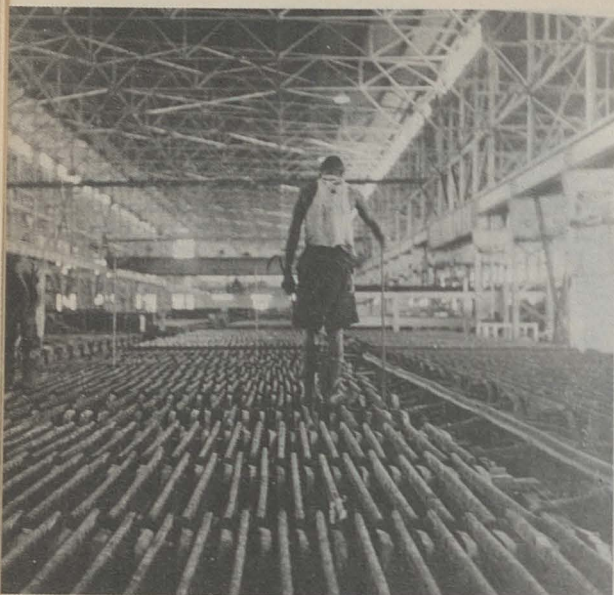
No que se refere à *cooperação comercial*, Lomé-2 reafirma a abertura do mercado da CEE aos produtos dos países ACP e alarga o âmbito dessa abertura: o tomate do Senegal, a cebola de Cabo Verde ou a carne do Botsuana passam (pelo menos teoricamente) a ter livre acesso aos mercados da CEE, ao mesmo tempo que se consagram algumas medidas de promoção dos produtos ACP no mercado da CEE. Ainda nessa área, o Stabex, a grande "novidade" de Lomé-1, vê aumentados os seus



recursos e crescido o número de produtos abrangidos (de 34 passam a 44). Da mesma forma, são aperfeiçoadas as condições de financiamento do sistema.

Quanto à *cooperação no setor mineiro*, além das disposições que visam aumentar e modernizar

terceiro mundo - 93



A última fase da recuperação do cobre por eletrólise, na Zâmbia. O Sysmin está destinado a garantir as receitas dos exportadores de minérios

a produção mineira dos ACP, é criado o Sysmin. De fato, uma das críticas ao Stabex residia precisamente na sua limitação ao âmbito dos produtos agrícolas e seus subprodutos. O Sysmin vem ga-

rantir as receitas dos países ACP exportadores de cobre, fosfatos, cobalto, manganês, bauxita, estanho, alumínio e minério de ferro. O sistema, com um capital de cerca de 370 milhões de dólares, intervirá quando as exportações de um determinado país descenderem abaixo dos 15% e desde que, nos quatro anos imediatamente anteriores, tenha sido essa a percentagem mínima de exportação. Por outro lado, caso se preveja a diminuição sensível (pelo menos 10%) das exportações de um dos produtos abrangidos para os países da CEE, o país produtor pode recorrer a financiamentos da CEE para recuperar o nível de produção/exportação anterior.

O Sysmin foi, sem dúvida, a grande inovação de Lomé-2.

Outra novidade refere-se à *cooperação agrícola*: ligeiramente abordada em Lomé-1, na nova Convenção é explicitamente consagrado um maior apoio da CEE ao setor agrícola dos ACP (que ocupa entre 80 e 90% da população ativa desses países). Assim, é prevista a criação de um Centro Técnico de Cooperação Agrícola e dada maior ênfase à realização dos chamados "micro-projetos".

No âmbito da *cooperação industrial*, decidiu-se dotar o Centro de Desenvolvimento Industrial (CDI) de recursos financeiros adicionais. O objetivo é possibilitar a criação de pequenas e médias unidades industriais nos ACP, ao mesmo tempo que a CEE se compromete a promover o investimento

As instituições da Convenção de Lomé

☐ **Conselho de Ministros ACP-CEE** — Composto por 10 membros do Conselho de Ministros das Comunidades, 13 membros da Comissão das Comunidades, um membro do Governo de cada um dos ACP e um representante do BEI (Banco Europeu de Investimentos).

O Conselho de Ministros ACP-CEE pode deliberar na presença de pelo menos metade dos membros do Conselho das Comunidades, um membro da Comissão Europeia e dois terços dos representantes ACP.

Cabe ao Conselho de Ministros a definição das grandes orientações para a aplicação da Convenção; examinar resultados, formular resoluções e recomendações, assegurar os contatos e consultas entre os agentes econômicos e sociais dos países ACP e CEE.

Comitê dos Embaixadores — Compõe-se de um representante de cada Estado ACP, um representante da Comissão Europeia e um representante de cada Estado da CEE.

Esse Comitê, que se reúne pelo menos uma vez em cada seis meses, tem por objetivo assessorar o Conselho de Ministros e realizar as tarefas que esse órgão lhe determinar. Examina a realização da Convenção e presta contas da sua atividade.

O presidente do Comitê dos Embaixadores é, rotativamente, um representante de um Estado ACP e um representante de um Estado da CEE.

Assembleia Consultiva — Composta com base na paridade de membros do Parlamento Europeu e de membros dos parlamentos (ou representantes do governo) dos países ACP. Essa Assembleia, que se reúne pelo menos uma vez por ano, decide em função de propostas apresentadas por um Comitê Paritário. O Conselho de Ministros apresenta, anualmente, à Assembleia Consultiva, um relatório de atividades. Por sua vez, este órgão pode propor medidas e iniciativas tendentes a reforçar a cooperação entre os ACP e a CEE.

público e privado dos seus países na industrialização dos ACP.

Também a *cooperação energética* vai ser incentivada, principalmente através do apoio da CEE à exploração de energias alternativas dos ACP (energia eólica e solar, sobretudo).

No âmbito da *cooperação técnica e financeira*, acertou-se o aumento dos recursos postos à disposição dos ACP nos diferentes instrumentos de financiamento (ver Quadro). De 3 milhões 466 mil de escudos europeus previstos em Lomé-1, passa-se para 5 milhões 607 mil. Aqui, ainda, e levando em conta a inflação e o crescimento da população, o aumento verificado fica muito aquém do pretendido pelos países ACP, que reivindicam ainda maior autonomia na gestão e aplicação desses recursos — o que só parcialmente virão a conseguir.

Também a *cooperação regional* é incentivada através da criação de um fundo próprio. Procura-se promover essa cooperação especialmente em determinados setores, como transportes, comunicações, pesquisa e formação.

E de se salientar a especial atenção dada em Lomé-2 aos chamados Países Menos Desenvolvidos (PMD) que se beneficiam de condições especiais de acesso aos diferentes fundos e instrumentos da Convenção. Países como a Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Tanzânia se beneficiam desse estatuto que prevê, principalmente, que muitos dos financiamentos feitos pela CEE

sejam transformados em donativos.

Ainda uma referência a outra inovação: a *cooperação no setor de pesca*. Com excelentes potencialidades para um grande número de países ACP, esse setor é, no entanto, pouco explorado (a Guiné-Bissau e Cabo Verde exploram 45 e 20% dos recursos disponíveis, respectivamente). Por isso foram introduzidas algumas medidas visando promover a cooperação da Comunidade Econômica Europeia no desenvolvimento da pesca nos países ACP.

Finalmente, Lomé-2 definiu um determinado quadro institucional para o seu funcionamento. Além das instituições citadas, existem em funcionamento numerosas comissões técnicas que elaboram estudos e propostas para as diferentes questões a serem debatidas entre CEE e ACPs.

Passados cinco anos da sua vigência e quando se acabam de concluir as negociações de Lomé-3, uma pergunta, inevitavelmente, se coloca: que balanço fazer da Convenção de Lomé?

Será um mero instrumento de dominação dos países ricos europeus sobre os países pobres, como defendem alguns? Ou será a melhor e mais acabada forma de cooperação Norte-Sul, como defendem outros? Ou será, antes, um espaço de diálogo — e também de confrontação — entre países ricos e países pobres, com interesses divergentes e muitas vezes opostos, mas que apesar de tudo reconhecem a utilidade do diálogo e negociação? A resposta não é fácil.

Instrumentos de financiamento

	1º FED		Yaoundé I		Yaoundé II		Lomé I		Lomé II	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Subvenções	581,25	100	620	93	748	90	2.155	70	2.928	65
Empréstimos Especiais	—	—	46	7	80	10	444	14	504	11
Capital de Risco	—	—	—	—	—	—	94	3	280	6
Stabex	—	—	—	—	—	—	382	13	550	12
Sysmin	—	—	—	—	—	—	—	—	280	6
Total FED	581,25	100	666	100	828	100	3.075	100	4.542	100
BEI										
Empréstimos Ordinários	—		64		90		390		685	
Empréstimos Extraconvenção	—		—		—		—		200	
— Projectos Mineiros —	—		—		—		—		—	
Total (FED+BEI)	581,25		730		918		3.465		5.427	

* ECU em escudos europeus ou unidades de conta em 1981 — 1 ECU = 1 US dolar.

Fontes: Note Information Comision des Communautés Européennes — Bruxelas, Outubro, 1979.

La Convention de Lomé — amorce d'un nouvel ordre économique international ROY, M. D. — La Documentation Française, Paris, 1976.

Humor

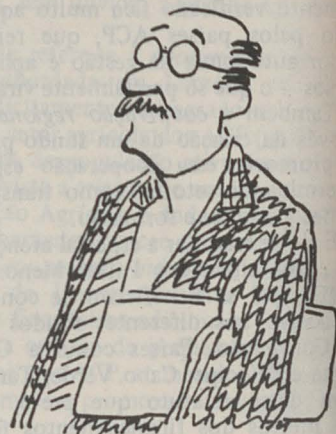
DEPARTAMENTO DE ESTADO

SEU VISTO PARA VISITAR
OS ESTADOS UNIDOS
FOI NEGADO

PORQUE?



PORQUE NÓS NÃO
GOSTAMOS DE SUA
POSIÇÃO POLÍTICA



PENSEI QUE EM SEU
PAÍS HAVIA LIBERDADE
DE EXPRESSÃO...



PRIMEIRO TEM
QUE ENTRAR



WASSERMAN

Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

**Quando se
pensa em banco
no Estado do
Rio de Janeiro,
tem um que está
na cabeça de
todo mundo.**



**BANERJ
NA CABEÇA**

BANERJ

As coisas estão mudando.